



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ADRIANA SANTANA BITTENCOURT**

**A PAISAGEM URBANA DE CACHOEIRA-BA: DIFERENTES OLHARES E  
INTERFACES.**

Salvador, 2011.

**ADRIANA SANTANA BITTENCOURT**

**A PAISAGEM URBANA DE CACHOEIRA-BA: DIFERENTES OLHARES E  
INTERFACES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique.

Salvador, 2011.

---

B624 Bittencourt, Adriana Santana  
A paisagem urbana de Cachoeira: diferentes olhares e  
interfaces / Adriana Santana Bittencourt. - Salvador, 2011.  
157 f. : il. + anexos

Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique.  
Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em  
Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de  
Geociências, 2011.

1. Paisagem urbana – Cachoeira (Ba). 2. Patrimônio  
cultural. 3. Planejamento urbano. 4. Geografia cultural. I.  
Henrique, Wendel. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto  
de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3 (813.8)

ADRIANA SANTANA BITTENCOURT

**A PAISAGEM URBANA DE CACHOEIRA-BA: DIFERENTES OLHARES E  
INTERFACES.**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Mestre em Geografia,  
Instituto de Geociências da Universidade Federal  
da Bahia.

Dissertação aprovada em 30 de setembro de 2011.

Banca Examinadora:

---

**Prof. Dr. Wendel Henrique (UFBA)** (Orientador)

Doutor em Geografia Humana (Universidade Estadual Paulista – Rio Claro)

---

**Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa (UFBA)**

Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental (Universitaet Fuer Bodenkultur Wier)

---

**Prof. Dr. Jânio Roque Barros de Castro (UNEB)**

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal da Bahia)

*Tempo Reinscrito*

*Que  
As manhãs  
Nunca entardeçam  
Que  
As tardes  
Nunca anoiteçam  
Que  
As noites  
Nunca amanheçam iguais.*

*Damário da Cruz*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pelas bênçãos que têm me concedido!

Agradeço a minha mãe por todo amor dedicado a mim, pelas palavras de incentivo e pelo exemplo de força que fazem parte da minha construção como pessoa e como mulher.

Ao meu pai agradeço o carinho e por acreditar em mim!

Ao meu querido irmão André agradeço por compartilharmos dessa tal solidariedade de que sempre nos falou nossa mãe...(risos). A certeza da reciprocidade do seu amor e as suas críticas construtivas sempre foram essenciais para mim. Agradeço aos meus irmãos Linhares e Eduardo pelo apoio. Linhares muito obrigada pelo carinho com que sempre me tratou e pelos momentos de descontração tão importantes. Aos meus sobrinhos agradeço a alegria de compartilhar momentos tão especiais ao lado de vocês, sou muito feliz com vocês.

Aos meus tios e tias agradeço a constância no acompanhamento do meu crescimento e aos meus primos e primas pelos momentos de alegria que compartilhamos nessa grande família Santana que faz de nós todos irmãos e filhos dos queridos Eufrásia e Arlindo.

A Márcio agradeço o carinho e o incentivo!

Aos meus amigos, peço desculpas pela ausência. Mesmo à distância, as palavras de apoio de vocês me fizeram sentir a importância de tê-los em minha vida. Em especial, a Vanhise, Danusa, Ruy Borges e Michele (minha comadre)! Agradeço aos meus professores do curso de Licenciatura em Geografia da UEFS que tanto contribuíram na minha formação acadêmica, bem como aos amigos feitos nesta instituição pessoas mais que especiais.

Ao meu orientador Wendel Henrique agradeço a força! O meu muito obrigado pelas palavras firmes e de incentivo. Agradeço também as observações norteadoras e a oportunidade de ter feito parte do grupo CiTePlan.

Ao professor Jânio Roque sempre disposto a colaborar, agradeço as contribuições e o auxílio no esclarecimento de diversas inquietações. Agradeço ao professor Angelo pelo rigor com que analisou o meu trabalho e pelas observações críticas e enriquecedoras. E aos secretários, Dirce e Itanajara, sempre solícitos e empenhados para o bom funcionamento deste programa de pós-graduação.

Aos queridos colegas do Grupo CiTePlan Lívia, Mateus, Elissandro, Shanti, Rodrigo, Hiram, e “os agregados” Jorge e Eduardo pelos instigantes diálogos, discussões nas reuniões semanais no nosso laboratório de pesquisa. As dúvidas, os questionamentos e os diálogos com diversas perspectivas de pesquisa e autores foram fundamentais e fazem parte do meu crescimento acadêmico. À vocês o meu carinho e desejo de sucesso. Um agradecimento em específico ao Mateus o qual tenho trajetória mais longa (desde a graduação). E a Lívia pelo compartilhamento das inquietações, por dividir as angústias e as dificuldades do campo e da escrita e pelas alegrias de simplesmente estar em Cachoeira, cidade que aprendemos a gostar!

Agradeço aos meus colegas do mestrado (Fádia, Daniel, Gedeval, Ivan, Henrique, Ione, Poliana, Denilson, Danillo, Paulo e Noelia) pela parceria e compartilhamento de experiências. Em especial à Fadia, amizade que iniciei aqui no mestrado e vou levar para sempre. Você foi um presente que eu ganhei! E a Daniel pelas conversas acadêmicas, pelos momentos de descontração e pelo apoio técnico com os mapas. Dan, obrigada por tudo!

Agradeço em especial aos cachoeiranos, principalmente à Lourival Trindade, pelo apoio e pela disponibilidade em cooperar.

**Dedico este trabalho a minha mãe  
exemplo de amor e determinação!**



## RESUMO

A paisagem urbana é repleta de significações e de experiências sociais. Ela evoca memórias e reúne uma rede de símbolos culturais. Nesta dissertação, propomos analisar Cachoeira – uma cidade tombada pelo seu conjunto paisagístico em 1971 e com amplos programas de preservação. O foco de análise constituiu-se a partir das diferentes leituras que os sujeitos sociais possuem dessa paisagem e desse patrimônio e os usos que lhe são atribuídos na contemporaneidade. Consideramos que a análise conjunta do par paisagem e patrimônio oferece um instigante aporte teórico-metodológico para o tratamento analítico do tema proposto, que pôde inclusive elucidar as especificidades de tais processos na cidade em questão. Partimos do entendimento que as diferentes culturas produzem diferentes paisagens e que tais paisagens em Cachoeira passam pelo processo fetichização, visto a presença de elementos valorados pelo novo nicho de consumo: o cultural. Desse modo, buscamos identificar como as diferentes paisagens e patrimônios são redimensionados e por vezes transmutados à condição de produto para consumo. Nesta perspectiva, são enfatizadas algumas estratégias de mercantilização e turistificação dos símbolos engendradas pelos diferentes entes governamentais. Como procedimento metodológico, além da pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, optamos pela utilização dos mapas mentais dada a possibilidade de elucidar as representações que os diferentes sujeitos sociais possuem. A pesquisa evidenciou como a composição lúdica e real da paisagem urbana de Cachoeira participa efetivamente na criação de uma imagem da cidade e como determinados elementos da paisagem da cidade condensam memórias, valores e significados para os distintos grupos sociais entrevistados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Culturas. Paisagem urbana. Patrimônio. Cachoeira.

## **RÉSUMÉ**

Le paysage urbain a beaucoup de significations et d'expériences sociales. Il évoque des souvenirs et réunit un réseau de symboles culturels. Ce travail a pour but l'analyse de quelques caractéristiques de Cachoeira, une ville préservée en 1971 par l'ensemble de ses éléments naturels et artificiels et avec vastes programmes de conservation. L'étude prend en considération en tant que les pratiques sociales dans la ville du point de vue de ses acteurs, les différentes lectures réalisées par les sujets sur ce paysage et ce patrimoine, aussi bien que les usages à leurs attribués aujourd'hui. Dans ce cadre, l'analyse conjointe du paysage et du patrimoine s'avèrent une avenue féconde pour le traitement du thème en offrant une contribution théorique et méthodologique et l'élucidation des caractéristiques singulières de ces processus est observée par exemple dans cette ville en question. Nous comprenons que les différentes cultures produisent différents paysages. Et les paysages de Cachoeira souffrent avec la fétichisation, processus où il y a la présence d'éléments valorisés par le consume culturel. Ainsi, nous cherchons à identifier comment les différents paysages et les patrimoines sont redimensionnés et parfois transmutés en produit de la consommation. Dans cette perspective, certaines stratégies de commercialisation et touristification usées par différentes entités du gouvernement sont mis en évidence. Pour examiner ces questions, nous avons utilisé de la littérature, du recherche documentaire, des entrevues et des cartes mentales, en tenant compte la possibilité d'élucider les représentations qui ont les différents sujets sociaux. La recherche a permis d'aborder comment les compositions ludique et réel du paysage urbain de Cachoeira participent efficacement de la création d'une imaginaire de la ville et comment quelques éléments de ce lieu condensent des souvenirs, des valeurs et des significations entre les différents groupes sociaux interrogés.

**MOTS-CLÉS:** Cultures. Paysages urbain. Patrimoine. Cachoeira.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jardim do Hospital São João de Deus.....	60
Figura 2 - Urbanização Temática da Praça do Culto Afro do Plano Diretor.....	78
Figuras 3 e 4 - Ciclos de Oficina: grupos de discussão e socialização das impressões grupos.....	80
Figura 5 - Panfleto de divulgação da cidade.....	88
Figura 6 - Vista do Rio Paraguaçu.....	91
Figura 7 - O Vapor de Cachoeira .....	92
Figura 8 - TransBaião atualização do modal ferroviário.....	100
Figura 9 – Viagem inaugural do “TransBaião”.....	100
Figura 10 - Itinerário percorrido pelo “TransBaião”.....	101
Figura 11 – “TransBaião” na Antiga Estação de trem.....	102
Figura 12 – Aglomeração de passageiros e curiosos no “TransBaião”.....	102
Figura 13 – Conjunto do Carmo .....	104
Figura 14 – Casa de Câmara e Cadeia.....	104
Figura 15 – Casas nos morros do Bitedô.....	109
Figura 16 – Casas da Recuada.....	109
Figura 17 – Local no Bitedô utilizado para parte dos ritos.....	110
Figura 18 – Estabelecimento comercial na Recuada.....	110
Figura 19 – Procissão da Irmandade da Boa Morte.....	116
Figura 20 - Procissão da Irmandade da Boa Morte.....	116
Figura 21 - Ônibus de lotação na orla.....	116
Figura 22 – Visitantes vindo de Salvador.....	120
Figura 23 – Mapa Mental Morador do centro da cidade.....	120
Figura 24 – Mapa Mental Morador da Periferia da Cidade.....	131

Figura 25 – Mapa Mental do Morador da Orla.....	132
Figura 26 - Mapa mental Turista.....	140
Figura 27 – Mapa Mental Turista.....	141
Figura 28 – Mapa Mental usuário do espaço.....	146

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Ações do PAC Cidades Históricas para Cachoeira .....	84
Gráfico 2 – Representação do Rio Paraguaçu nos Mapas Mentais .....	94
Gráfico 3 – Ocorrências de Furto, Roubos e Arrombamentos nos anos de 2010 e 2011....	112
Gráfico 4 - Faixa Etária dos Moradores Entrevistados.....	127
Gráfico 5 – % dos Elementos Representados Mapas Mentais dos Moradores.....	130

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Localização do Município de Cachoeira-BA.....	17
Mapa 2 – Delimitação dos subrecortes de pesquisa: centro, orla e periferia .....	126
Mapa 3 - Alguns espaços-referência.....	129
Mapa 4 – Mental Síntese dos Moradores (Centro, Orla e Periferia).....	133
Mapa 5 – Síntese dos mapas mentais dos turistas.....	142
Mapa 6 – Mapa síntese dos Mapas Mentais dos Usuários do espaço.....	147
Mapa 7 – Mapa síntese dos moradores, usuários e turistas.....	152

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das cidades e trechos tombados na Bahia que levaram o título de “paisagístico”.....	61
Quadro 2 - Ações do PAC Cidades Históricas para Cachoeira.....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo das ocorrências delituosas entre os anos de 2010 e 2011.....	112
Tabela 2 - Orçamento Comparativo dos Valores das Pousadas no Período da Festa da Boa Morte no ano de 2010.....	119
Tabela 3 – Referenciais (elementos) desenhados pela população moradora nos mapas mentais.....	130
Tabela 4 – Referencias (elementos) desenhados pelo turista.....	139
Tabela 5 – Referenciais (elementos) desenhados pelos Usuários.....	146

## LISTA DE SIGLAS

Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BTS	Baía de Todos-os-Santos
CAHL/UFRB	Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado
FCA	Ferrovia Centro Atlântica
FLICA	Festival Literário Internacional de Cachoeira
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MTur	Ministério do Turismo
PAC Cidades Históricas	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PDU	Plano Diretor Urbano
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SecultBA	Secretaria de Cultura da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo
Unesco	Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. PAISAGEM E CULTURA, REPRESENTAÇÕES E DIALÓGOS</b> .....	23
1.1 PAISAGEM NA ABORDAGEM CULTURAL DA GEOGRAFIA.....	25
1.2 PAISAGEM E PLURALIDADE DE CULTURAS.....	32
1.3 A EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM.....	35
<b>1.3.1 Os imaginários, os sentimentos e as subjetividades na experiência da Paisagem</b> .....	40
<b>1.3.2 O uso como possibilidade de experiência/vivência</b> .....	44
1.4 O FETICISMO DA PAISAGEM NAS CIDADES HISTÓRICAS.....	47
<b>2. O PATRIMÔNIO URBANO DE CACHOEIRA-BA</b> .....	50
2.1 ESTADO DA ARTE: PATRIMÔNIO URBANO.....	52
2.2 APROXIMAÇÕES DIALÓGICAS ENTRE PAISAGEM E PATRIMÔNIO.....	58
2.3 O PATRIMÔNIO E AS LÓGICAS DE CONSUMO CULTURAL.....	66
2.4 RENOVAÇÃO URBANA E MOVIMENTO DE CULTURALIZAÇÃO.....	69
2.5 PLANEJAMENTO URBANO E PROMOÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE DE CACHOEIRA.....	72
<b>3. A PAISAGEM URBANA DE CACHOEIRA- BA: DIFERENTES OLHARES E INTERFACES</b> .....	87
3.1 PAISAGENS DO RIO.....	91
3.2 PAISAGENS DO TREM.....	98
3.3 UMA (RE) LEITURA DA PAISAGEM DA CULTURA DOMINANTE E SUBDOMINANTE EM CACHOEIRA-BA.....	103
3.4 REGULAÇÃO DO ESPAÇO NA LÓGICA DA ANIMAÇÃO CULTURAL.....	113
<b>3.4.1 Irmandade da boa morte: atualizações</b> .....	113
<b>3.4.2 Projetos, programas e festivais: estratégias de valorização cultural ou de turistificação?</b> .....	121
3.5 INFERÊNCIAS SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MORADORES.....	124
3.6 INFERÊNCIAS SOBRE A PERCEPÇÃO DO TURISTA.....	137

3.7 INFERÊNCIAS SOBRE A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO DO ESPAÇO.....	144
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>162</b>



## INTRODUÇÃO

A simultaneidade de novas formas/conteúdos é uma das características do espaço urbano contemporâneo. Segundo Lefebvre (2008, p. 87): “redes e fluxos extremamente diferentes superpõem-se e se imbricam, desde as redes viárias até os fluxos de informações, desde o mercado de produtos até as rocas de símbolos”. Evidencia-se, desse modo, o quão dinâmicas são as cidades tendo na transformação um relevante vetor que sinaliza a inserção de novas racionalidades, novas formas e abstrações do urbano.

Em Cachoeira, esta constante reinvenção das cidades tem a sua especificidade muito relacionada ao consumo cultural, vinculada a estratégias de consumo visual do espaço e do tempo: “Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. (...) a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo” (SERPA, 2007, p. 107). Estas estratégias de consumo da cultura e do patrimônio, mesmo não se encontrando de todo implementadas na cidade em questão, encontram-se esboçadas tanto nas ações já executadas como também nos planejamentos estratégicos delineados pelos diferentes entes governamentais (municipal, estadual e federal).

Nota-se que a iniciativa da utilização dos símbolos<sup>1</sup> culturais e do patrimônio como alternativa para a interiorização do turismo é engendrada, mormente, por agentes externos (financiado pelo Estado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), mas que usa o discurso da promoção do desenvolvimento local, de geração de renda, de emprego, enfim, da melhoria do bem estar econômico da população. Entretanto, tal iniciativa traz consigo algumas repercussões relacionadas ao acirramento das desigualdades sociais, além das modificações que podem causar nas relações sociais, no cotidiano, nas manifestações populares, uma vez que essas também passam a ser um produto para o consumo.

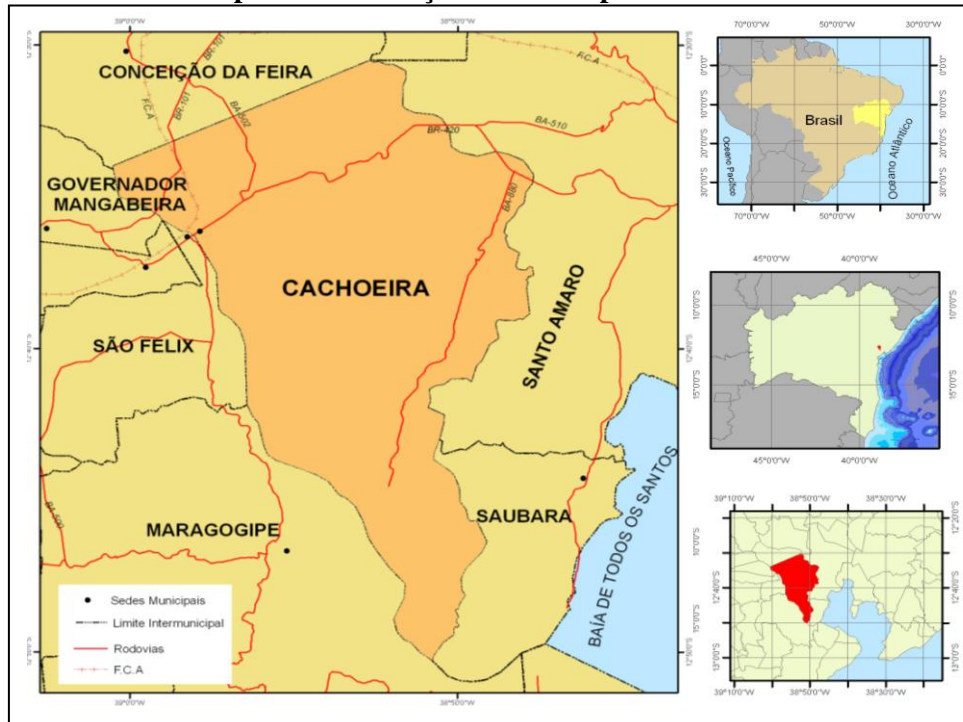
Cachoeira localiza-se no Territórios de Identidade<sup>2</sup> do Recôncavo Baiano, de acordo com regionalização proposta pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), situando-se no vale do Rio Paraguaçu, à sua margem esquerda, a 110 km da

<sup>1</sup> De acordo com Ferrara (1997), conforme o modo pelo qual um signo representa um objeto ele será um símbolo se representar uma associação necessária com o objeto e que atua com a força de uma lei.

<sup>2</sup> Territórios de Identidade é uma nova perspectiva de regionalização do Estado da Bahia no qual o conceito de território é “base geográfica da existência social”. O objetivo é orientar o planejamento estratégico governamental através da parceria dos municípios de um mesmo território com o poder estadual e federal. Em tese, busca-se a descentralização das tomadas de decisões, a criação de instancias intermediarias entre o poder municipal e estadual, além da realização de consultas públicas para a implementação de políticas públicas.

capital. Essa localização (Mapa 1) propiciou uma situação de destaque regional por um longo período.

**Mapa 1 – Localização do Município de Cachoeira - BA**



Fonte: IBGE, 2001(adaptado por UZÊDA, 2009)

Santos (1959) ao tratar sobre a rede urbana no Recôncavo em meados do século XX, circunscreveu as mudanças hierárquicas ocorridas entre as cidades que compunham tal região. Para tanto, o referido autor remonta ao começo da ocupação da terra. Neste contexto, o autor sublinha o processo de transição da função militar para o florescimento da função econômica, atreladas ao abastecimento da Cidade de Salvador e ao comércio mundial por meio do cultivo da cana-de-açúcar, favorecendo o desenvolvimento dos núcleos de Cachoeira, Nazaré e Santo Amaro. Estes núcleos se constituíram nas margens de rios e a ascensão deles esteve atrelada à interiorização do cultivo, bem como devido ao transporte fluviomarítimo que viabilizava o fluxo de pessoas e mercadorias do interior da Bahia para a capital. Dentre as suas antigas funções, a cidade de Cachoeira foi entreposto comercial, de modo que suas relações se estendiam à Chapada Diamantina e demais áreas do sertão, função esta perdida para a cidade de Feira de Santana em meados do século XX, que passou a agregar de forma crescente mais funções e a polarizar a região.

A cidade manteve boa parte de suas edificações graças à estagnação econômica, enquanto outros centros econômicos passavam por processos de modernização. Com vistas à

superação desta estagnação, e dentre outras motivações, estas construções receberam em 1971 a condição de patrimônio histórico e artístico, quando o contíguo arquitetônico da cidade se consolida com o tombamento do conjunto paisagístico da cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Na atualidade estas edificações incorporam novas funções atreladas às transformações, contradições e (re) significações do patrimônio que ocorreram em Cachoeira e demais centros históricos do Brasil e do mundo.

Em Cachoeira, as formas foram produzidas no momento histórico marcado pela opulência econômica, vinculada à economia açucareira dos séculos XVIII e XIX e a economia fumageira na segunda metade do século XIX. Estas formas arquitetônicas materializam a experiência de mundo de um grupo dominante, reforçando sua cultura em detrimento de culturas alternativas<sup>3</sup>. Dessa maneira, fora edificada uma cidade com uma arquitetura de estilo barroco europeu. Paralelamente, tal núcleo urbano preservou por séculos elementos das culturas alternativas. O mesmo modo de produção que produziu as edificações contidas na paisagem da cultura dominante, também produziu as paisagens alternativas, ou seja, ambos são produtos intrínsecos ao mesmo período, mas com diferentes representações na paisagem.

As paisagens humanas representadas nas manifestações populares e pelo patrimônio arquitetônico compõem a paisagem urbana da cidade e refletem como os diferentes grupos sociais comunicam suas produções através da paisagem. Deve-se salientar que tais comunicações se dão no plano simbólico, podendo ser materializadas ou não. Atualmente estes símbolos têm sido apropriados por alguns agentes provocando mudanças no valor de uso e no valor de troca em tal espaço urbano, bem como diferentes usos do espaço e do tempo. Em conformidade com tais mudanças temos uma maior apropriação capitalista da cultura que é transformada em capital simbólico, acirrando o processo de consumo das formas culturais e religiosas. Assim, o movimento de culturalização<sup>4</sup>, que coloca o viés cultural como cerne do ordenamento da cidade, tem acentuado a exacerbação dos símbolos da cidade.

Se, no passado, o patrimônio era evidentemente uma medida política de legitimação de heróis, expressão de poder e disseminação de uma referida cultura dominante, na atualidade o

---

<sup>3</sup> De acordo com Cosgrove (1998), um grupo dominante procura impor sua experiência de mundo e suas suposições como válidas para todas as pessoas. Entretanto, ele não possui o poder de inibir a coexistência de culturas alternativas e opicionais.

<sup>4</sup> O movimento de culturalização segundo Arantes (2001) refere-se à simbiose cultura e cidade, na qual a cidade passa a ser encarada como um repertório de símbolos, pois tudo virou cultura. Neste contexto, o patrimonialismo é a forma exacerbada desse processo. Os “bens culturais” tornam-se objeto de consumo e o forjamento de uma valorização simbólica identitária coloca a cultura como redentora dos grupos marginalizados socialmente e economicamente.

patrimônio reveste-se de um viés fortemente econômico sob a égide do consumo cultural. Nesta direção, questionamos: como os indivíduos lêem esta realidade (principalmente os moradores)? O patrimônio é para eles apenas uma verdade política e econômica, ou possui outra participação em suas vidas?

Estes questionamentos se fazem presentes não com o intuito de oferecer ao leitor uma resposta fechada a este quesito, mas no intuito de suscitar dúvidas e de provocar reflexões a respeito de um assunto que poucas pessoas – que não os estudiosos ou profissionais dos órgãos envolvidos com o patrimônio – param para refletir em sua vida cotidiana. Frequentemente nas entrevistas nos deparamos com moradores da cidade patrimonial em pauta que raras vezes realizaram o exercício de refletir o quê o patrimônio e o quê a paisagem tombada da sua cidade representam para suas vidas, bem como estes povoam as suas mentes no seu cotidiano, seus imaginários e como podem estar imbricados ao uso de determinados espaços da cidade.

Cachoeira, ao longo dos anos, tornou-se alvo de variados estudos no campo das Ciências Sociais. As produções acadêmicas têm abordado as manifestações afrodescendentes como a Irmandade da Boa Morte (Aureanice de Mello Corrêa); as políticas públicas culturais (Maria da Paz de Jesus Rodrigues); a espetacularização dos festejos juninos (Jânio Roque Barros de Castro); o significado do patrimônio (Lola Medeiros); as transformações no espaço urbano dadas pela inserção da UFRB (Wendel Henrique), a refuncionalização do patrimônio mediante ações do Monumenta (Lívia Fraga Celestino), dentre outros. No entanto, permanecia uma lacuna no que diz respeito ao sentido mercadológico que tem recebido a sua paisagem e os novos usos do espaço e das representações. Assim, o recorte da área de estudo é a cidade dada à contiguidade e a concentração dos processos relativos ao uso do patrimônio urbano.

Nesta pesquisa<sup>5</sup> entendemos que a paisagem está vinculada às relações sociais, culturais e ao modo de produção, de modo que os elementos constitutivos da paisagem urbana se mantem ou se alteram de acordo com os usos que lhes são atribuídos ou ainda conforme as experiências daqueles que a enxergam. Essa leitura de paisagem está assentada em autores cujas reflexões teóricas foram basilares nesta pesquisa: Berque (1998), Claval (2004), Cosgrove (1998, 1999 e 2003), Holzer (1999 e 2008), Paes-Luchiari (2001), dentre outros.

Reconhecemos a importância da ação humana que através das práticas cotidianas cria paisagens distintas, de modo que, um avanço nos estudos da abordagem cultural da geografia, lastro teórico desta empreitada, estaria em análises baseadas nas relações de produção dialética

---

<sup>5</sup> Pesquisa inserida na Linha de Pesquisa Cidades Médias e Pequenas da Bahia: reestruturação urbana, usos do território, planejamento, segregação e cotidiano, do grupo de pesquisa CiTePlan 'Cidade, território e Planejamento' da Universidade Federal da Bahia.

destas paisagens, fugindo do idealismo fenomenológico ou ainda da classificação por indicadores culturais na paisagem (COSGROVE, 2007). Mesmo assim, permanece uma dificuldade em assumir a postura dialética, pois a tendência em considerar a produção social como a produção de bens materiais reduz a importância, frequentemente, das produções culturais tramadas por crenças, valores e imaginação, podendo acarretar num determinismo econômico.

Dado o exposto, a pesquisa teve como objetivo analisar as diferentes interfaces e leituras de paisagem urbana de Cachoeira para os moradores, para os turistas e demais usuários do espaço, bem como analisar as estratégias de mercantilização e turistificação dos símbolos. Entendemos que as leituras de paisagens se diferem no tempo, nos grupos sociais e dentro de um mesmo grupo. Sendo assim é importante a interpretação além do pesquisador, daqueles que produzem, transformam e (re) significam a paisagem. Para este fim, foram utilizados mapas mentais pela possibilidade dos mesmos elucidarem as representações e a cognição que os distintos sujeitos sociais da pesquisa (moradores, turistas e usuários) possuem e de quais são os seus referenciais. A cartografia cognitiva segundo SERPA (2005) é parte integrante e indissociável das práticas espaciais e demonstra as estratégias de apropriação do espaço. Temos assim a importância da cartografia na abordagem cultural como instrumento que possibilita a leitura das temporalidades e espacialidades por meio dos ícones<sup>6</sup> neles expressos.

Como metodologia de análise dos mapas mentais, nos baseamos nas perspectivas metodológicas de Kozel (2007), na qual os conteúdos dos mapas foram analisados conforme as especificidades dos ícones (elementos da paisagem natural, construída e humanos) e as suas particularidades. Para melhor delinear as diferenças entre os grupos (turistas, moradores e usuários) utilizamos os mapas mentais síntese, recurso metodológico utilizado por Souza (2002) em sua dissertação de mestrado. Tais mapas evidenciaram similitudes e diferenças entre os diferentes grupos entrevistados.

A pesquisa se efetivou por meio da análise documental e fotográfica (Arquivo Público Municipal), observação empírica, análise dos programas (municipais, estaduais e federais) de preservação e de animação cultural, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *websites* governamentais relacionados ao patrimônio, bem como análise dos panfletos de promoção do patrimônio urbano da cidade. Dois ciclos de oficinas foram realizados para o levantamento do entendimento que a população tem do espaço urbano, de planejamento urbano e de Plano Diretor.

---

<sup>6</sup> Segundo Ferrara (1997), conforme o modo pelo qual um signo representa um objeto ele será um ícone se representar uma qualidade que é, simplesmente, uma possibilidade do objeto.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em conjunto com a produção de mapas mentais, com os diferentes agentes que produzem o espaço, tais como: população moradora recente e mais antiga, turistas e usuários. Para os moradores partiu-se da análise dos diferentes sub-recortes espaciais: centro, orla e periferia. Estas subdivisões foram delimitadas para a observância das diferentes leituras e formas de uso de seus moradores. São ao todo 56 entrevistas, sendo 40 com a população local, distribuídas no centro (16); na orla (8) e na periferia (16). Os entrevistados estavam na faixa etária adulta, com diferentes níveis de escolaridade e profissões buscando apreender as leituras de paisagem, os usos institucionalizados e marginalizados, bem como as discursividades diversas sobre o patrimônio e sobre a paisagem tombada de Cachoeira que tal agente social possui. Com os usuários foram realizadas o total de 08 entrevistas, entre eles professores, alunos da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), comerciantes dentre outros, que não residem na cidade.

Para os turistas fora escolhido os festejos da Boa Morte para contemplar um período festivo na cidade com o total de seis entrevistas. Optamos por entrevistar os turistas que vêm à cidade durante os festejos da Boa Morte, tendo em vista o forte direcionamento do marketing urbano voltado para as manifestações do culto afrodescendente. Assim, abarcamos um período de festa e outro sem festas na tentativa de retratar as representações do cotidiano da cidade (este último relacionado aos moradores e usuários).

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo elucidamos a tipologia de abordagem no qual o conceito de paisagem foi tratado na dissertação, buscando a correlação dessa base teórica com a realidade da cidade em estudo. Analisamos como a mercantilização da paisagem e o marketing de imagem da cidade, baseado na lógica do consumo dos bens culturais, têm transformado a paisagem em um ornamento, um artefato para auxiliar na projeção do marketing e no incentivo ao consumo cultural. No segundo capítulo circunscrevemos uma breve discussão sobre a acepção patrimonial, visto os processos urbanos e sociais fomentados pelo uso desta representação simbólica legitimada. Além disso, a renovação urbana a partir do movimento de estetização, culturalização e do patrimonialismo que tem ocorrido em Cachoeira. Os Programas de preservação do patrimônio, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas) e o Plano Diretor da cidade foram analisados na busca por compreender os rumos trilhados para cidade. A simbiose cultura e cidade foram estudadas a partir do acento dado ao viés cultural na estruturação da cidade com a exacerbação dos seus símbolos, forjados ou não, que escamoteiam a indústria cultural. E por fim, o terceiro capítulo que versa sobre as diferentes leituras da paisagem pelos distintos sujeitos sociais da pesquisa. As novas lógicas de animação

cultural da cidade foram analisadas, bem como a produção de novas formas de segregação social e como alguns grupos sociais transgridem a lógica de apropriação da cidade. Analisamos o papel dos grupos e das suas resultantes paisagens e, ao mesmo tempo, as suas relações, haja vista que as representações dos grupos se inter-relacionam formando um conjunto complexo de marcos que transitam entre as várias propostas de paisagens trabalhadas.

## 1 PAISAGEM E CULTURA, DIALÓGOS E REPRESENTAÇÕES

A conexão entre paisagem e cultura é constante e por muito tempo tem sido observada e analisada por muitos geógrafos. Ao abordar as interfaces entre paisagem, cultura e representações na cidade em estudo, torna-se necessário sublinhar o tratamento analítico sobre o qual tais conceitos serão utilizados. Neste ponto se fazem necessários alguns esclarecimentos:

- A abordagem aqui trabalhada atrela-se ao entendimento da cultura para além das concepções que a colocam como ente, ou até mesmo, como “supraorgânica”<sup>7</sup>, como problematiza Duncan (2003) e, portanto, não questionada. As culturas são uma construção social, assim como a legitimação que se faz delas por meio do patrimônio. Assim, a cultura não paira acima do funcionamento social e econômico material, pelo contrário, ela participa da reprodução da vida cotidiana, com imbricações com relações de produção e consumo cada vez mais acentuadas envolvendo uma teia complexa de fluxos, intencionalidades e ações;

- A partir do entendimento das culturas como socialmente construídas, as consideramos como imbuídas de contradições, de relações de poder e, usualmente, de intencionalidades, sobretudo quando as culturas são utilizadas para “favorecer processos mistificadores do poder social” (MITCHELL, 1996, p. 82). O processo de mistificação do poder por meio da cultura, mencionado pelo autor, relaciona-se ao uso dela para controlar e definir os “outros”, por muitas vezes atrelado a estratégias de poder e de lucro, ao passo que a mesma tornou-se um “termo” oportuno e usado para escamotear outras dimensões sociais. Circunscrevendo a operacionalização do uso da cultura para a imposição de determinados grupos Mitchell (1996) expressa que: “[...] a cultura e as diferenças culturais (e sua valorização como atributo do povo) ajudam a colonização, a ‘guerra’ étnica, a produção de uma subclasse”. (MITCHELL, 1996, p. 98). Com efeito, tal posicionamento reforça o uso que se faz das culturas e são contribuições importantes para o entendimento deste trabalho. Entretanto, não acreditamos

---

<sup>8</sup> O tratamento supraorgânico da cultura foi analisado por Duncan (2003) apontando críticas à postura de alguns geógrafos culturais que perfilharam seus estudos tendo como base um conceito de cultura reificado cunhado no poder causativo e na existência independente da cultura. Para tal autor, a teoria supra-orgânica da cultura pauta-se na separação do indivíduo da cultura, ao reificar uma construção mental e social, ao mesmo tempo em que atribui à cultura autodireção e poder sobre os homens. A cultura entendida dessa forma negligencia a importância das interações complexas e dos próprios sujeitos sociais, ao tempo em que coloca o homem como passivo, tendo o seu comportamento definido por uma cultura autônoma e destituída dos efetivos contextos sociais que implicaram na sua engendragem.



que a natureza da cultura se restrinja a um processo social de imposição de poder como sugere o referido autor;

- Acreditamos que a cultura não existe só como instrumento de controle social num movimento de “cima para baixo” que visa à hierarquização e a distinção entre os grupos sociais. De acordo com Hoefle (1996), a cultura, assim como a ideologia, a economia, a política não tem a sua existência em si própria, mas apenas como construções sociais utilizadas para entender o mundo. Além disso, entendemos que a cultura também existe como movimento contestatório, como ocorre em Cachoeira no qual a permanência de determinadas culturas tem o seu significado atrelado, em certo ponto, à resistência, ao conflito étnico e religioso, envolvendo juízos políticos e estéticos como nos sugere Serpa (2007);

- Os termos em que a cultura aparece como reificada neste texto refere-se, sobretudo, à penetração das leis de mercado e de seus agentes sociais na turistificação e espetacularização da cultura e das especificidades destes processos em Cachoeira;

- Para o entendimento do objeto de estudo que se coloca, partimos do entendimento da paisagem como marca e matriz (BERQUE, 1998) e do reconhecimento do seu caráter plurimodal: ativa [processo], passiva [produto] e potencial [condição, possibilidades];

- Tramitando no fluxo entre paisagem e representações temos um elemento em comum: a percepção<sup>8</sup>. Da mesma maneira que a paisagem só existe por meio da percepção entre o sujeito e o objeto, as representações também se dão no limiar da percepção do dado objetivo e da significância e cognição que o mesmo possui, envolvendo uma apreensão e interação espaço-temporal, sujeito-objeto. As representações como criação individual e coletiva abrangem “[...] um campo que vai além da leitura aparente do espaço” (KOZEL, 2001). Enveredando no campo das representações temos a sua elaboração advinda de processos sociais e culturais, para além de uma concepção pautada apenas na construção de um sistema referencial. Sublinhamos a indispensável relação entre as representações e a realidade, uma

---

<sup>8</sup> Entende-se percepção como “apreensão de uma qualidade sensível, acrescida de uma significação” (OLIVEIRA, 2001). Assim, a percepção está subordinada à presença do objeto, fornecendo desse modo um conhecimento imediato imbricando-se com relações como espaço-tempo e sujeito-objeto. Se a percepção tem a ver com as redondezas imediatas, como considera Serpa (2005), a cognição pode transitar entre a ordem próxima e distante, ou seja, mesmo na ausência os objetos são evocados “por via simbólica, imaginária ou conotação verbal” (OLIVEIRA, 2001). Ambos, percepção e cognição, participam da elaboração das representações.

vez que no constante processo de (re)produzir o espaço, as representações são criadas sob diferentes dinâmicas, contextos e com diferentes intencionalidades.

- Elementos como aparência e essência participam efetivamente dos processos de percepção e cognição na construção das representações, e estas, por muitas vezes, imbricam-se com a incorporação de discursos e retóricas do espaço vivido e percebido, podendo as mesmas serem distorcidas em favor de um determinado interesse. Com o propósito de delinear as distintas representações espaciais de Cachoeira por meio dos sujeitos sociais entrevistados optamos pela utilização dos mapas mentais. Estes mapas possuem a sua qualidade atrelada à possibilidade de revelar o imaginário coletivo e individual, vinculando-se a diferentes visões de mundo podendo trazer a tona a “[...] concepção que nós temos de mundo, a qual serve de base a muitos de nossos comportamentos, tanto à nível das escolhas dos itinerários quanto ao nível de nossas preferências espaciais” (KOZEL, 2001). Dessa maneira, pôde-se analisar os valores, as experiências, as subjetividades dos distintos agentes sociais.

### 1.1 PAISAGEM NA ABORDAGEM CULTURAL DA GEOGRAFIA

Com o propósito de introduzir o nosso tema, a tentativa primeira aqui empreendida se constituirá em esmiuçar o conceito de paisagem, abordando-a a partir da tônica pela qual a mesma é entendida na presente pesquisa. Para tal finalidade, em meio à construção desse escopo teórico, algumas reflexões foram realizadas visando a elucidar as tipologias de abordagens empregadas e, ao mesmo tempo, sublinhando as necessárias ressalvas ao agrupar certas vertentes pelas quais a paisagem foi tratada no decorrer do texto. Neste primeiro momento, de modo breve, perfilaremos o advento da paisagem ainda fora do campo da geografia.

Advinda das artes, concernente à pintura, a paisagem emerge como visão estética do mundo expressa nas telas. A paisagem era assim (re)criada pelo olhar do pintor e, por conseguinte, pelos contempladores de sua obra. Como tema, era pujante a presença da natureza representada nas telas sob o tão diluído aspecto de beleza e tranquilidade.

Como experiência perceptiva, Merleau-Ponty (2004) assevera que Cézanne inovou e destacou-se por não se contentar em reproduzir uma visão – tão comum ao seu meio – que se centrava na representação milimetricamente projetada da paisagem, suprimindo assim a vida e o movimento nela contido. Assim, por meio da multiperspectiva, pôde-se dar ao homem, ao contemplar uma tela, alguns fatores como: ângulos distintos, situação espacial, ponto de vista, dentre outros, que poderiam alterar sobremaneira a visão de um quadro.

A paisagem, neste momento, se define por aquilo que se vê através das telas e janelas. Na pintura, a moldura substitui o enquadramento dado pela janela para quem projeta a visão. Entretanto, reconhece-se que mesmo na pintura a “[...] busca por reproduzir objetivamente um fragmento de natureza, mas o ponto de observação, o ângulo e o enquadramento resultam de uma escolha” (CLAVAL, 2004, p. 15). Ou seja, a escolha do que representar e de como fazê-lo, dentre outros aspectos, residem na dimensão subjetiva de tal representação. Mesmo que esta se pretenda ser tão próxima da realidade objetiva, o subjetivo se faz presente através da seletividade e das ideologias empregadas. E é nestes termos, situado no ponto de encontro entre objetividade e subjetividade, que trataremos a paisagem.

Ainda seguindo o fio condutor relativo ao advento da paisagem, na Geografia ela emerge por meio das descrições das viagens, destacando-se o geógrafo Alexander Von Humboldt não só pelas descrições como também pelas ilustrações e gravuras das regiões por qual passava. A paisagem, desse modo, no âmbito geográfico nasce como uma espécie de imagem sintética da região:

A paisagem do geógrafo resulta da reconstrução sistemática daquilo que pontos de vistas sucessivos haviam permitido descobrir, mas continuava suficientemente próxima do olhar do pintor para que sua descrição falasse da harmonia das formas e das cores (CLAVAL, 2004, p. 23).

Da sua significação inicial até a atualidade, o conceito de paisagem passou por diversas elaborações teóricas, mediante as novas correntes de pensamento. Assim, o entendimento do conceito de paisagem na contemporaneidade se faz a partir das mudanças ocorridas no campo epistemológico e das transformações nas relações econômicas, sociais e culturais no mundo globalizado, que, sob a égide do capital, introduz novas dinâmicas e estabelece novas relações. Deve-se ressaltar que não se trata de uma evolução numa escala linear do conceito de paisagem, de maneira que na atualidade permanecesse apenas uma única acepção como válida. Decididamente não é isso. Entendemos que serão tantos os conceitos, quantos forem os paradigmas, os métodos e as intencionalidades que os circundam. E isso tanto vale para a paisagem como para tantos outros conceitos/categorias.

Entre as diversas elaborações conceituais existentes sobre a paisagem, notamos em comum o tratamento analítico pautado na percepção, na necessidade do homem como leitor e (re) significador dos seus signos. De acordo com Bailly, Raffestin e Reymond apud Holzer (1999, p. 161): “paisagem e meio físico não são assim confundidos, porque a paisagem existe a não ser para o grupo humano e para o homem, em particular, através da relação fenomenológica entre o eu e o meio”. Nesta pesquisa a experiência cognitiva, a percepção e a

intencionalidade são elementos da subjetividade relevantes no estudo da paisagem. Com o propósito de compreender os diferentes significados da paisagem para os seus diferentes sujeitos sociais, assim como o processo de consumo da cultura por meio da paisagem urbana cachoeirana – aí se encontram elementos das culturas materializados ou não - optamos pela Geografia Cultural Renovada<sup>9</sup>.

No processo de evolução do pensamento geográfico a paisagem na Geografia Cultural foi amplamente estudada, tanto na denominada Geografia Cultural Tradicional quanto na sua abordagem mais contemporânea. No âmbito da Abordagem Cultural Renovada, o conceito de paisagem aparece atrelado ao campo das representações sociais e identidades, configurando-se como um elemento de afinidade e resultado da relação sensível com o espaço vivido e percebido, sobretudo. Dentre outras questões, a Nova Geografia Cultural dá enfoque aos aspectos não-materiais da cultura, antes ofuscados por estudos embasados essencialmente na produção material dos diferentes modos de vida.

As inovações estendem-se também sobre a aderência de outras matrizes metodológicas que possibilitaram a esta nova abordagem uma maior flexibilidade teórica e empírica. Para o entendimento de um espaço urbano cada vez mais complexo lança-se mão de diferentes métodos interpretativos, utiliza-se fontes históricas, busca-se aproximações com outras áreas de conhecimento. Para tal, partimos do reconhecimento da parcialidade e da necessidade de abertura para ouvir as vozes dos distintos sujeitos sociais que dão sentido ao lugar e experenciam as paisagens. Observamos um nexos temporal e espacial na experiência da paisagem. As relações intrínsecas com o tempo e com o espaço imbricam-se com a memória – coletiva e individual –, anseios e vivências em tal espaço.

Cientes da complexidade da construção de um aporte teórico que dê conta do tratamento do objeto de estudo proposto, a seguir trataremos das modificações ocorridas no conceito de paisagem no âmbito da abordagem cultural da geografia nas denominadas Geografia Tradicional Cultural e Nova Geografia Cultural, estabelecendo comparativos com o intuito de distinguir a acepção de paisagem aqui trabalhada, bem como os principais autores que lhe dão suporte.

#### a) A Paisagem na Abordagem da Geografia Tradicional Cultural

---

<sup>9</sup> Existem algumas aproximações entre os distintos geógrafos culturais, “velhos” e “novos”. Entretanto, segundo Hoefle (1996), tais abordagens podem ser discernidas por meio daqueles de corrente Saueriana e os marxistas culturais e pós-modernistas.

Na abordagem da Geografia Tradicional Cultural a paisagem configurou-se como conceito destaque. Estritamente atrelada ao seu caráter morfológico, a paisagem foi analisada em sua forma material a partir da observância de como a cultura humana a modifica. A paisagem, assim compreendida, é vista como um resultado da ação humana sobre o meio natural – o que acentua ainda mais a dicotomia entre o físico e o humano, uma vez que distinguia a paisagem natural da cultural. Em suma, constituíam-se em estudos de caráter genético da paisagem, tendo como enfoque principal as paisagens rurais.

Carl Sauer é uma figura-chave nesta discussão. O método morfológico da paisagem, desenvolvido por Sauer, contribuiu para que a Geografia Tradicional Cultural ganhasse status de subcampo da geografia<sup>10</sup>. Na escola de Berkeley<sup>11</sup>, Sauer fundou a conhecida Geografia Cultural norte-americana, numa espécie de movimento de oposição ao determinismo geográfico, no qual o conceito de paisagem, como assinala o autor, ofereceria a possibilidade de romper com os dualismos entre o físico e o humano. Todavia, Sauer restringiu-se em seus estudos aos aspectos visíveis da paisagem. Embora reconhecesse as dimensões subjetivas da paisagem, colocava-as como não passíveis de estudos científicos, pois não poderiam ser classificadas ou mensuradas.

Por muito tempo, a Geografia Cultural Tradicional deu ênfase à cultura materializada, os modos de vida e as transformações nas paisagens rurais trazidos pela ação humana. Tal postura propiciou a produção de inúmeros trabalhos relativos à seleção e à classificação de indicadores culturais na paisagem. Em consonância com tal posicionamento da Geografia Tradicional Cultural com relação ao tratamento da paisagem, estão os órgãos de preservação – a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em escala mundial e do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) no Brasil – no tocante aos critérios por eles elencados para a legitimação de uma determinada paisagem como de cunho cultural. O foco destes órgãos, dados por seus profissionais, historicamente privilegiou a observação dos modos de vida e suas expressões concretas na paisagem, em detrimento da importância da análise dos significados e intencionalidades nas constituições dessas referidas paisagens.

Podemos afirmar que o estudo morfológico da paisagem trouxe à tona eminentes dificuldades teóricas e metodológicas. Mas, por outro lado, criou a tradição paisagística dentro

---

<sup>10</sup> A Geografia Cultural aqui abordada não é entendida como um subcampo da Geografia Humana. Compartilhamos dos pressupostos de Claval (2002) que trabalha com uma abordagem cultural da geografia, dando acento à natureza cultural dos fatos geográficos.

<sup>11</sup> A Escola de Berkeley surgiu na Califórnia, no início do século XX, como reação ao determinismo alemão e ao possibilismo francês. Neste contexto, o artigo “A morfologia da Paisagem” de Sauer, constituiu-se num marco de tal escola.

da geografia cultural, dando-a legitimação científica por meio dos métodos científicos nela empregados. Lastreado por outros paradigmas e métodos, Cosgrove (1998 e 2003), é um dos autores que avança nessa limitação trazida pela influência da Geografia Tradicional Cultural. Na busca por uma abordagem nova e “radical” – como o mesmo qualificou – Cosgrove, além de atrelar o estudo da cultura à teoria social marxista, reconheceu os aspectos não-visíveis da cultura como participantes da paisagem. O autor chega a explicitar a existência de uma paisagem fantasia, relacionada, frequentemente, aos grupos marginalizados e ao papel das ideologias que nem sempre se projetam no espaço, mas são igualmente importantes no entendimento de sua complexidade.

#### b) A Paisagem na Abordagem Cultural Renovada

A nova abordagem da Geografia Cultural acentua a importância do caráter simbólico e subjetivo da paisagem. A partir de uma maior aproximação da abordagem cultural da geografia com o humanismo (David Lowenthal e Yu-Fu-Tuan) e com o marxismo (Denis Cosgrove e Peter Jackson), a nova roupagem da abordagem cultural tem dado ênfase às várias significações da paisagem, as suas diferentes leituras, às intencionalidades imbricadas à sua produção perante as relações de classe e poder da sociedade (RIBEIRO, 2007).

Os autores da nova abordagem cultural, segundo Melo (2001), discutem a paisagem em um contexto de heterotopia, ou seja, a partir do reconhecimento das diversas linguagens na paisagem e da importância de diversas lentes conceituais e metodológicas para apreendê-la:

Tendo em vista a diversidade de opções com as quais a paisagem passa a ser analisada na nova geografia cultural, onde cada um dos pesquisadores difere em sua perspectiva de abordagem da natureza da teoria de interpretação da paisagem, o objetivo em comum na obra desses geógrafos pesquisadores é a “elucidação do processo cultural por meio do estudo das paisagens” (MELO, 2001, p. 36-37).

Ao rejeitar a compreensão da paisagem estritamente por meio dos objetos empíricos de fácil mensuração, as crenças e valores emergem como relevantes elementos a serem observados, visto que os mesmos também atuam – aliados a outras motivações – na promoção da ação humana, nos comportamentos e nos usos do espaço. A análise da paisagem se dá por meio das diferentes habilidades interpretativas, entendendo-a como uma expressão humana intencional quando de sua construção ou mesmo de sua leitura.

Dentre os autores da Geografia Cultural Renovada, Cosgrove (1998) destacou-se por abordar a simbologia da paisagem de maneira diferencial por meio de pano fundo teórico

marxista (RIBEIRO, 2007). Diferentemente da escola humanista – na qual a paisagem é abordada por meio da percepção e das atitudes humanas – o autor inseriu os aspectos simbólicos como produto dos meios de produção de uma sociedade e esta é uma das suas mais importantes contribuições. O referido autor buscou demonstrar em que medida as produções e comunicações simbólicas estão atreladas à produção material e como estas se encontram entrelaçadas por relações de classe.

Quanto às acepções da ciência econômica estruturadas, desvinculadas das condições sociais que produzem símbolos, o próprio Marx expõe que a economia é determinante e determinada, tanto fruto de mediações concretas, como também de mediações espirituais. Neste sentido, a produção e o trabalho possuem sua relação material inserida como modo de produção de mercadorias, todavia, a ordem simbólica não deve ser encarada como fantasmas que não participam da vida material.

Reafirmamos a importância da variável tempo tanto nos estudos da Abordagem Cultural da Geografia, quanto no tratamento analítico de um dos seus temas mais significativos, a paisagem. Na abordagem cultural da geografia as fontes históricas passaram a ser investigadas por um leque de possibilidades interpretativas. Ainda neste ponto, Schama (1996), afirma que tanto o sentido do lugar, quanto a experiência da paisagem – foco do estudo em questão – possuem relações intrínsecas com o tempo, imbricando-se com as lembranças, anseios e com o espaço. A história por meio da memória é inserida nos estudos culturais da geografia.

Nos estudos culturais, a história é substituída pelo passado, pela memória, e então é trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos (COSGROVE, 1999, p. 23).

Trata-se de uma memória relevante na medida em que esta é construída coletivamente, configurando-se como uma memória social, ao mesmo tempo em que não se relega a importância das reminiscências individuais. Importante também grifar a intenção de não se perder de vista o tempo em que efetivamente os estudos geográficos estão atrelados: o presente.

Ainda no limiar da nova abordagem, Augustin Berque, apresenta-se como um importante autor. Ao não reduzir a paisagem ao visual, Berque (1998) situou a paisagem como especificada pela subjetividade do observador. Trata-se da abordagem de um sujeito coletivo, não somente o indivíduo, mas toda a sociedade que o condiciona na sua relação com o mundo

e com as culturas. Assim, nesta empreitada, ancorados aos preceitos de Berque (1998), trabalhamos com as distintas leituras dos diferentes grupos sociais e não essencialmente a dos indivíduos, buscando o entendimento da compreensão dos significados e usos da paisagem para as diferentes coletividades.

A paisagem compreendida por Berque (1998) é plurimodal: ativa, passiva e potencial. A paisagem entendida como ativa refere-se a sua participação, a seu entendimento como processo através da relação sujeito e objeto. Como passiva a paisagem assume a posição de produto dos diferentes modos de vida, do modo de produção capitalista ou ainda engendrada pelas ações da natureza. Como potencial a paisagem amplia sua dimensão para a esfera da condição que gera e instigam determinadas ações, atitudes e /ou valores. Neste sentido, a paisagem e o sujeito são co-integrados em conjunto que se produz e se transforma, havendo interferências externas. Acrescentamos que cada cultura imprime a marca que lhe é própria, assim, o material físico será levado em conta, pois este possui elementos que atravessam transversalmente processos físicos, mentais e sociais, nos quais a paisagem permanece com seu simultâneo papel de marca e matriz (BERQUE, 1998).

Outro tratamento analítico com relação ao conceito de paisagem refere-se à utilização da metáfora da paisagem como texto. Essa metáfora leva em conta as dimensões textualidade – de modo simplificado, o que está explícito – e a intertextualidade – o que se encontra implícito a paisagem. A paisagem como um sistema de criação de símbolos, segundo Duncan (2004), possui um texto e as leituras deste texto podem acontecer de várias maneiras, sendo que no campo discursivo a suas significações podem variar nos diversos grupos sociais e dentro de um mesmo grupo. Argumenta-se que a interpretação da população local frequentemente encontra-se atrelada a uma retórica normatizadora de uma ideologia dominante. Mesmo assim, entendemos que todas as leituras de paisagem são válidas e juntas contam história.

Um problema, ainda relacionado à compreensão da paisagem como um texto, é que a paisagem ao se configurar como um documento a ser lido ela é algo dado, que está exposto à observação. Outra dificuldade se refere à questão que o texto é algo pronto e a paisagem e o espaço nunca estão prontos, eles são dinâmicos e como tal passam por constantes transformações mediante as modificações da sociedade, quer seja pela modificação de suas formas / conteúdos ou ainda, no caso da paisagem, das diferentes interpretações daquele que a lê. Porém, o entendimento da paisagem através da metáfora texto pode apresentar aspectos relevantes, visto que o texto é aberto à interpretação instável e leituras subjetivas. Além disso, a paisagem não é algo dado, pelo contrário ela é uma construção social, e como tal, serão tantas as paisagens quantos forem os seus leitores, existindo, portanto, diversas paisagens.



Desse modo, a nova abordagem da Geografia Cultural será empregada nesta pesquisa, visto o acento dado tanto aos aspectos materiais, quanto aos imateriais da cultura, além da inserção da teoria social marxista em sua análise e a possibilidade de sincronia entre tais lastros teóricos para a construção de uma pesquisa que se aproxime mais da realidade que se coloca e que viabilize interlocuções entre paisagem e patrimônio. Sobre este aspecto Ribeiro (2007) pondera como movimento de renovação da Abordagem Cultural possibilita uma maior sinergia no tratamento e compreensão do par paisagem e patrimônio:

Se for verdade que a atribuição de valor de patrimônio é uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos a um bem, seja este bem material ou não, é verdade também que elas estão estritamente ligadas à organização do espaço e às manifestações físicas da paisagem (RIBEIRO, 2007, p. 31).

As imbricações entre patrimônio e paisagem, tornam-se ainda mais latentes quando a paisagem é enfocada em sua simbologia e seus significados. Ambos – paisagem e patrimônio – possuem vários pontos de intersecção relacionados, a exemplo de lidar com a percepção dos indivíduos. Analisar o objeto de estudo que se coloca, Cachoeira – uma cidade tombada pelo conjunto paisagístico e com amplos programas de preservação – cria uma indagação no que concernem as diferentes leituras que os sujeitos sociais possuem dessa paisagem e desse patrimônio e os usos que lhe são atribuídos na contemporaneidade. Nas diferentes abordagens que se seguem, buscar-se-á elucidar os conceitos e caminhos metodológicos que nortearão o cercamento do objeto de estudo – a paisagem urbana de Cachoeira, mediante os diferentes olhares e interfaces. Para tal efeito, partiremos do reconhecimento da existência de variadas culturas na cidade em questão, e para o entendimento de que estas proporcionam diferentes comunicações na paisagem, bem como diferentes leituras e significações.

## 1.2 PAISAGEM E PLURALIDADE DE CULTURAS

Compreender que existem culturas é entender que a vida humana em seu cotidiano produz distintas práticas por meio dos diferentes sujeitos sociais. Podemos afirmar que as culturas são contestadas politicamente. Valores, normas, comportamentos, costumes, todos estes são elementos que podem oscilar em sua tônica conforme cada grupo social e suas experiências, bem como dentro de um mesmo grupo existindo, portanto, culturas em detrimento à tradicional visão unitária. As culturas, assim entendidas, são uma construção social. Ao entender as culturas como constructo social, possibilita-se a fuga de uma concepção

atrelada à aceitação de normas e valores – sem questionamentos ou modificações – que internaliza as culturas nos indivíduos colocando-as como entes herdados, autoexplicativos e, portanto, imutáveis. (DUNCAN, 2003).

Reconhecemos que as diferentes culturas se manifestam espacialmente. E as crenças e os valores permeiam a sua construção material, estas dimensões das culturas não devem ser renegadas, mas sim analisadas em conjunto. O significado, neste contexto, torna-se o carro-chefe nas manifestações materializadas das culturas, principalmente os significados comuns relacionados aos saberes, técnicas de dado grupo social, traduzidos em presenças e práticas. Ainda com relação à produção da vida material, de acordo com Cosgrove (2003), a mesma é mediada pela consciência e códigos de comunicação. Todavia, é necessário ponderar que nem sempre a produção material, bem como as ações humanas, perpassam pela consciência daqueles que dela participam. Frequentemente, muitos atos e produções da vida cotidiana se dão a partir de um posicionamento alienado e não-reflexivo, sob a égide de um determinado grupo e suas intencionalidades.

Tal postura revela o caráter eminentemente político da cultura sublinhando relações de poder e dominação, por meio do exercício, por um determinado grupo, de uma referida hegemonia cultural que atua sobre culturas alternativas. As relações entre ambas às culturas dominantes e alternativas são intrincadas, e não facilmente redutíveis a um padrão simples de explicação pautado em dominado e subordinado. Em certos momentos, estas culturas translocam-se das suas posições de dominação e subordinação. Prefere-se tratá-la aqui, como corrobora Cosgrove (1998), como dominantes e subdominantes, em detrimento da concepção de dominante e dominado, de maneira que, desvendar a inteligibilidade de cada cultura, refere-se a analisar as teias de significado produzidas por seus membros.

As dimensões das diferentes culturas, aqui tratadas, foram analisadas no espaço urbano, local no qual se concentram estes estudos. Este ponto de partida difere [e bastante] das abordagens da Geografia Cultural Tradicional que se calçou, sobretudo, na ênfase dada ao espaço rural, baseando-se nas expressões das paisagens agrícolas e dos diferentes modos de vida. Paralelamente, nota-se que por muito tempo, a Geografia Urbana negligenciou a importância da cultura para a compreensão dos processos e fenômenos da escala urbana.

De acordo com Corrêa (2003, p. 168): “na geografia urbana, a cultura não era considerada ou era relegada à condição de resíduo que as teorias em uso não explicavam”. Só a partir da segunda metade do século XX, que a cidade passa a ser enfocada por meio da dimensão cultural, ao mesmo tempo em que surgem variadas possibilidades temáticas, atreladas tanto às produções simbólicas expressas na paisagem urbana, bem como as questões

concernentes à identidade, à toponímia, dentre outros mundos de significados culturais presentes no urbano.

A paisagem urbana não é reflexo, tampouco uma espécie de espelho da realidade. Porém, se a colocarmos numa posição marginal perderemos uma dimensão importante do espaço, essencial para sua compreensão como totalidade. Elementos como ideologia, representação, consciência e suas relações com o sistema cultural tornam-se relevantes no estudo geográfico e inserem a paisagem como elemento importante na constituição dos processos sociais. Entendendo que a paisagem se reproduz e é transformada pela sociedade Berque (apud Holzer 1999), traz uma definição na qual a paisagem aparece como um terceiro termo além do homem e do meio:

A paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e espaço implica tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas (BERQUE, 1994, p. 5 apud HOLZER, 1999, p.163).

Esta acepção de paisagem coloca a cognição como um elemento crucial na apreensão do espaço. As culturas possuem uma relação intrínseca com a paisagem, uma vez que as diferentes culturas produzem diferentes paisagens humanas carregadas de símbolos e significados, sejam eles facilmente observáveis ou não. E as relações sociais assumem relevância, de modo que apenas a evolução do conjunto de técnicas não explica a produção, a permanência ou transformação das paisagens. Além disso, reconhece-se a pluralidade de culturas, uma vez que estas são uma construção social e, como tal, podem simbolizar conflitos políticos, econômicos e sociais.

A paisagem urbana como expressão das distintas culturas constitui-se numa das bases de análise em tal trabalho. Reconhecemos que a consciência humana e as crenças participam do processo produtivo material e que as culturas não possuem a sua integridade meramente assentada sobre crenças, valores e idéias. Ela, a cultura, possui um papel ideológico importante nas formações sociais, no controle de classes, dentre outros.

Gramsci afirmou que a relação entre cultura e produção material tem de ser articulada numa sociedade de classes por um grupo aparentemente separado do interesse de classe para ser universalizada através de todas as classes. Este grupo é o dos intelectuais. Nos níveis mais altos da ideologia, os intelectuais articulam na filosofia o mundo vivido da classe dominante: uma filosofia que é homóloga com a posição objetiva dessa classe na produção material (COSGROVE, 2003, p. 119).

A partir deste posicionamento podemos fazer um paralelo entre o tratamento da cultura e a sua legitimação como patrimônio. Por muito tempo, a seleção dos bens culturais a

serem consagrados como patrimônio e tombados pelos órgãos de preservação cultural é não obstante realizada por um dado grupo intelectual. Assim, o juízo de valor ancorado a acepção de patrimônio é permeado tanto pela cultura dominante, quanto por um grupo intelectual num referido tempo e espaço. Tais ações reforçam mais ainda o caráter político dado ao viés cultural, mediante os desdobramentos sociais atrelados a tais práticas.

A cultura tida como hegemônica, em certo ponto, assume o papel de estruturar um senso comum e uma dada ordem. Na contemporaneidade, o capitalismo tem dado o tom hegemônico a determinadas culturas – não que antes do modo de produção capitalista não existissem culturas hegemônicas e culturas reprimidas, mas no momento atual o capitalismo em suas práticas tem a transformado em senso comum, diluindo os questionamentos e contestações, reservadas as devidas proporções, buscando impor “arquétipos” universais. Porém, um processo inverso se contrapunha a tal constatação. O próprio capitalismo que em sua ação hegemônica tenta homogeneizar específicos costumes e culturas nas mais variadas escalas geográficas tem valorado – para novo nicho de consumo – culturas tidas como alternativas. E é neste lastro que se dá o limiar do trabalho aqui proposto.

### 1.3 A EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM

Tratar aqui sobre a experiência da paisagem implica em a um só tempo trilhar, paralelo ao aporte teórico, um caminho metodológico que aspiramos seguir no decorrer da análise do objeto de estudo. O método fenomenológico, tributário dessa tentativa, é situado como essencial, mediante a inserção de elementos como consciência, imaginação e experiência pessoal como formas de conhecimento geográfico. E a inserção do caráter subjetivo e simbólico, neste ponto – correlato aos pensamentos semiconscientes, a imaginação e a fantasia –, na percepção da paisagem, ancora-se na aproximação da geografia com o humanismo.

Para os humanistas “a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção do meio” (RIBEIRO, 2007, p. 24). Importante grifar, como ambos – humanismo e marxismo – podem ser complementares para o entendimento do objeto de estudo que se coloca a análise. Se, por um lado, torna-se complicado extrair o homem moderno da sua relação com o mundo capitalista na atualidade, tão pouco soa como sedutor reduzir as relações sociais a relações de produção. Podemos afirmar que a observação deste duplo aspecto confirma o quão instigante pode ser trabalhar com mais de um método. Levando em consideração as necessárias ressalvas em

utilizá-los e agrupá-los num mesmo estudo, uma abordagem “a um só tempo dialética e fenomenológica” (SERPA, 2007) pode auxiliar no entendimento da complexidade da leitura e da produção do espaço em questão.

Santos (2006) corrobora, de certa maneira, com tal afirmativa quando o mesmo sugere que nas construções epistemológicas, devemos tratar de forma simultânea o mundo da matéria e o mundo do significado humano, semeando, assim, a importância de trabalhar com híbridos, da mesma maneira como o referido autor abordou o espaço como um intrincado “sistema de objetos e ações indissociáveis”. De maneira análoga, Berque (1998) confirma a importância de tratar a paisagem de tal forma, quando a situa como de natureza “plurimodal” - passiva, ativa e potencial – acentuando o seu duplo aspecto de materialidade (marca e produto) e subjetividade (matriz, processo e condição) que “[...] determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência” (BERQUE, 1998, p.86). Tais contribuições apontam a relevância dessa busca por compreender os sentidos e significados dialógicos da paisagem urbana de Cachoeira.

A experiência da paisagem tem sido abordada por diversos estudos científicos que visam abarcar como as pessoas experimentam as paisagens em suas experiências corporais com a cidade<sup>12</sup> – sejam elas população moradora ou não - e como as (re)significam. Autores como Kevin Lynch, Edward Relph, Yu-Fu Tuan e David Lowenthal possuem publicações representativas que tem servido de base para inúmeros estudos desenvolvidos. Na construção teórica de tais autores, nota-se em comum a relevância dada à percepção, a memória e a imaginação daqueles que observam uma dada paisagem e a partir destes constroem a sua significação. A luz de ambos os autores – e em meio a outros – é que será decorrida a temática da experiência da paisagem como embasamento teórico e metodológico parcial desta pesquisa.

De acordo com Relph (1979), “as experiências variadas e mesmo contraditórias que nós temos de espaço, paisagens e lugares combinam as qualidades e aparências destes espaços

---

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que, por entender a paisagem como importante experiência geográfica que envolve a percepção, a “experiência corporal da cidade” é colocada como critério de pesquisa. Os sujeitos sociais abarcados nas entrevistas, desse modo, são indivíduos que possuem algum tipo de vivência da e na cidade, seja ela numa escala de tempo duradoura (morador) ou não (visitante, turista, usuários). A pesquisa, assim empreendida, possibilita a fuga de uma análise que abarque apenas a imagem da cidade. De acordo com Jeudy e Jacques (2006, p. 09), “a experiência corporal da cidade é o exato oposto da imagem urbana fixada por um logotipo publicitário. Pois uma experiência corporal singular não se deixaria reduzir a uma simples imagem de marca. Essa experiência da cidade feita pelo cidadão lhe dá um corpo, às vezes imaginário, um outro corpo “urbano” que se move de maneira enigmática(...)”. Deve-se considerar que mesmo experienciando a cidade, não se foge por completo dos logotipos, imagens, rótulos e retóricas que a circundam. Entretanto, considera-se que conhecer, usar e transitar pela cidade possibilita uma forma peculiar e enriquecedora de experiência geográfica da cidade, de modo que em alguns momentos pode-se vencer as pré-leituras e os significados existentes.

com os nossos modos e atitudes, e que essas experiências são fundidas em ‘geograficidade’<sup>13</sup>, a base preconiente e preconceitual da geografia” (RELPH, 1979, p. 02). O referido autor relaciona o experimento da paisagem com uma experiência geográfica na vida de qualquer indivíduo e possibilitada pelas experiências no mundo vivido. Merleau-Ponty (2004) já ponderava que: “[...] o homem não é um espírito e um corpo, mas um espírito com um corpo, que só alcança a verdade das coisas porque seu corpo está como que cravado nelas” (p. 17-18). Torna-se explícito, dessa maneira, as imbricações existentes entre o homem, a paisagem e o espaço. Nesta conjuntura reconhece-se que o homem, não está num invólucro e que as experiências de paisagem, lugares e espaços dizem muito mais do que a observação das suas qualidades objetivas. A fenomenologia, neste ponto, é utilizada para dar voz às vivências e significações construídas no cotidiano e por muitas vezes colocados à margem ou ainda objetivados pela ciência por meio de alguns métodos e convenções.

As coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que os gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assumiu em relação ao mundo e ao ser exterior são lidos nos objetos que ele escolheu para ter a sua volta, nas cores que prefere, nos lugares onde aprecia passear (MERLEAU-PONTY, 2004, p.23).

Tal citação elucidada como os objetos que nos circundam, para além do seu sentido funcional, possuem uma participação efetiva, e porque não dizer afetiva em nossas vidas. A utilização do método fenomenológico, neste ponto, tem um papel fundamental na decodificação da “linguagem do espaço” presente na paisagem, permitindo o seu entendimento. A análise do objeto, desse modo, se dará também por meio da análise do fenômeno e baseada na consciência. Para Husserl (1989) toda consciência é consciência de alguma coisa, isto é, toda consciência visa um objeto exterior a ela, que ultrapassa o realismo na medida em que toda significação remete a uma consciência. O fenômeno, dessa maneira, é antes aparição que aparência, ele é manifestação plena de sentido. A intencionalidade da consciência é colocada como chave nas experiências vividas. E o espaço vivido – como revelador das práticas sociais – torna-se referência central na análise, sendo essencial para elucidar as representações.

---

<sup>13</sup> Relph (1979), baseado em Dardel, coloca que a geograficidade tem a ver com o modo com o qual vivenciamos o mundo, bem como as experiências ambientais que realizamos ao longo da vida. A partir do reconhecimento da geograficidade podemos entender as experiências geográficas que temos que são experiências de espaços, lugares e paisagens pré-científicas e pré-conscientes que podem fazer erigir – por meio da fenomenologia – significados até então ocultados.

Nos estudos fenomenológicos traçados por Relph, a geografia torna-se o cerne da questão, uma vez que o autor a coloca como possibilidade de abarcar as experiências do mundo vivido que são experiências de espaços, lugares e paisagens. Neste trabalho o foco é para a paisagem, ela é o ponto de partida, entretanto ela – a paisagem – não se constituirá no ponto de chegada. Partimos dela para entender os significados e usos atribuídos a tal cidade. Para tanto, não se pode descolar a paisagem do espaço para o seu entendimento, assim como, não raro, encontraremos “vestígios” de lugar em meio à pesquisa empírica, sobretudo nas entrevistas e nos mapas mentais. Afinal, “não existem limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados. Nem a relação entre eles é constante – lugares tem paisagens, e paisagens e espaços têm lugares” (RELPH, 1979, p.16).

Cachoeira, por ser uma cidade histórica e tombada por seu conjunto paisagístico, possui, a priori, a possibilidade de uma experiência marcante de paisagem urbana, visto a presença das antigas edificações, do Rio Paraguaçu às margens da cidade, além da acentuada presença das manifestações culturais étnicas de cunho afrodescendente. Relph (1979) afirma que podem existir experiências mais “intensas ou fracas” de paisagem, e Lynch (1997) corrobora ao afirmar que existem cidades que aguçam sobremaneira o olhar de quem a contempla. Tais colocações imbricam-se com o sentido qualitativo dos espaços, e as qualidades que os espaços, paisagens e lugares possuem. Estes, por sua vez, podem provocar experiências agradáveis (topofilia) ou repulsivas (topofobia).

[...] topofilia inclui qualquer coisa dos ambientes que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas nossas atitudes e costumes nos capacite a experienciar locais como dando-nos prazer(...). Entretanto, topofilia provê apenas uma descrição parcial da geografia semiconsciente, porque muitos de nossos encontros com nossos mundos vividos estão longe de serem agradáveis. Por causa do costume, das circunstâncias, ou do próprio ambiente, as experiências de paisagem e de lugar podem ser topofóbicas (RELPH, 1979, p.19).

A praia, por exemplo, tem como aliado, usualmente, a experiência relaxante – para a maioria das pessoas – por contemplar tal natureza. Mas como acontece com as paisagens urbanas edificadas no passado, sobretudo nas cidades históricas tombadas? Como as pessoas reagem a elas (Se é que reagimos a ela)? Como os moradores antigos e novos e turistas vêm a periferia <sup>14</sup> da cidade – se é que eles a visitam –, a condição de submoradia expressa nas construções improvisadas, sem reboco, de casas pequenas e as vielas que mais sugerem

<sup>14</sup> Segundo Serpa (2001), as periferias brasileiras, de modo geral, são o lugar da residência da população de baixo poder aquisitivo. Caracterizando-se pela “urbanização popular”, pelo crescimento espontâneo, a periferia diferencia-se do restante da cidade pela precariedade da sua configuração espacial. Em Cachoeira, o processo de periferização ocorreu, sobretudo, através das encostas que bordejam o centro da cidade.

labirintos? Como estes sujeitos sociais desta pesquisa observam os contrastes existentes entre a opulência dos casarões antigos e a configuração atual da periferia bordejando o centro antigo, no tocante aos contrastes qualitativos e sociais? Como os moradores enxergam a diferença de tratamento entre ambos os espaços pelos órgãos de preservação – e seus vultosos investimentos assentados sobre as antigas ruínas para reforma – e a atuação do poder local também diferenciada em tais subespaços? Em que ponto as ações voltadas para o centro histórico e a orla tem marginalizado ainda mais ampliando as desigualdades dentre aqueles que vivem na periferia? São questões a serem tratadas.

Sendo assim, a “geograficidade envolve bons e maus encontros com os ambientes” (RELPH, 1979, p.21). Frequentemente a experiência dos lugares, paisagens e espaços acaba por ser superficial, um dos motivos seria a retóricas e a discursividade atreladas a estes. Acabamos vendo-os como uma espécie de repertório, como um roteiro pré-definido, uma espécie de *script* de significados. De tão repetidos, estes acabam por ser tomados como verdadeiros e, por fim, não nos permitimos experienciá-los efetivamente, com mais profundidade, curiosidade e singularidade de nossas experiências individuais. Por muitas vezes, enxerga-se com uma lupa dada e construída socialmente – pelas instituições principalmente –, e não se enxerga a olho nu, com os próprios olhos. E a lupa – que, a priori, teria o efeito de melhorar a percepção – acaba por embaçar os sentidos e os significados que permeiam os espaços, lugares e paisagens e, por conseguinte “embaça-se” o homem a si mesmo e o seu imaginário.

Analisar a experiência da paisagem é também, neste momento, problematizar o simulacro criado em torno das paisagens tidas como agradáveis. Com efeito, tornou-se um paradigma a experiência de certas paisagens e do patrimônio como evocativa de sentimentos positivos. É comum na atualidade a ‘cobrança’ de um sentimento afetivo positivo com relação a algumas paisagens. Este tratamento é corriqueiro ao patrimônio no que concerne, em certo ponto, a requisição de um sentimento de prazer, de identidade, de segurança emocional e de enobrecimento intelectual ao reconhecê-lo, dentre outros sentimentos.

A ‘cobrança’ que pesa sobre ambos – paisagem e patrimônio –, na contemporaneidade parece análoga, no que se refere ao seu ponto de partida na relação contemplação e percepção sujeito/objeto, assim como no fato de tal postura (de promoção de sentimento positivo mediante a paisagem e o patrimônio) obscurecer as dimensões sociais, econômicas, culturais e religiosas que permeiam estes e que, quase sempre, são conflituosas. Estas dimensões, por seu turno, aparecem escamoteadas pela imagem de convivência harmônica entre as diferenças e pela aceitação pacífica de determinados símbolos da paisagem e do patrimônio como



reverenciáveis para qualquer indivíduo. As ruas estreitas e repletas de ruínas da cidade, por exemplo, tão comum as cidades históricas, podem trazer insegurança e medo a seus transeuntes, assim como denotar lembranças negativas para os afrodescendentes, pois, de certo modo, podem remeter a um período de escravidão. O rio Paraguaçu pode passar a imagem de desequilíbrio ambiental mediante a situação de assoreamento e poluição em que o mesmo se encontra, ou ainda pode suscitar algum tipo de fobia para quem possui alguma experiência negativa com águas profundas. Entretanto, tais situações, antes citadas, são ocultadas pelo fetichismo que ronda tais paisagens. Observamos que o mundo, assim entendido, é experienciado não apenas como um acúmulo de espaço e tempos, mas de modo relacional entre o indivíduo, seu contexto, vivências e interesses que o cercam.

### **1.3.1 Os imaginários, os sentimentos e as subjetividades na experiência da paisagem**

Ainda que, em certa medida, se considere que o homem moderno possua menos imaginação mediante o avanço científico que possibilitou o desvendamento de muitos mistérios que circundavam o mundo, e que, por conseguinte, desmistificaram certos mitos elaborados pela imaginação humana, a imaginação persiste como ato de fantasia, de invenção e até mesmo devaneio, e que nos reafirma a condição de seres subjetivos na nossa experiência com o mundo. Nossas relações com o mundo e com os objetos que nos circundam não é uma relação tão clara, tampouco tão estanque e familiar que nos passe despercebido, como muitos nos sugerem. Para Lowenthal (1982, p.119): “A visão do mundo transcende a realidade objetiva. As esperanças e o medo da mente humana frequentemente animam as percepções de sentido comum”.

A individualidade presente na percepção do mundo é ressaltada como irrevogável. Ainda que se compartilhe certo senso comum, haverá espaço para o pessoal: “Cada um de nós desvia o mundo a seu próprio modo e contempla as paisagens com suas imagens particulares” (LOWENTHAL, 1982, p.135). A experiência individual, a memória, o acúmulo de fatos vividos na vida, os sentimentos, tudo isso sugere fatores que conferem oscilações na percepção do ambiente e operam sobre cada visão de mundo particular. Lowenthal (1982), citando Peter Green, assevera como são estas experiências:

O viajante ideal, conforme um crítico, deveria ser cuidadoso não somente do aspecto visual imediato do país que ele visita, de sua história e costumes, de sua arte e pessoas, mas também de suas próprias relações a todos esses aspectos, a seu lugar simbólico e mítico em seu próprio mapa universal (LOWENTHAL, 1982, p. 138).

Por tudo isso, nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa indagou-se – tanto para moradores, quanto para os turistas, visitantes e demais usuários do espaço – sobre a profissão, grau de instrução, local de moradia, idade, para assim minimamente circunscrever a trajetória pessoal do entrevistado ou da entrevistada, e a partir daí tentar compreendê-lo(-la) quando de sua percepção particular. Assim, podemos afirmar que participam da apreensão e cognição do mundo a imaginação, a memória, as vivências – não por ordem de importância – e estas, por sua vez, por meio da experiência que compartilhamos do mundo ao longo de nossas vidas, constitui a nossa realidade:

A superfície é elaborada para cada pessoa pela refração através das lentes culturais e pessoais, costumes e fantasias. Todos nós somos artistas e arquitetos de paisagens, criando ordem e organizando espaços, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predileções. A geografia do mundo é unificada somente pela lógica e óticas humanas, pela luz e cor do artífice, pelo arranjo decorativo e pelas idéias do bom, da verdade e da beleza. Como as anuências em tais assuntos nunca são perfeitas, nem permanentes, os geógrafos também podem esperar somente concordância parcial evanescente (LOWENTHAL, 1982, p. 141).

Sobre os diversos conceitos e visões de mundo existente, o referido autor coloca que persiste certa submissão parcial a um consenso de visões de mundo relativamente aceitas. Fazendo uma correlação dessa assertiva ao conceito de paisagem, pode-se referendar ao que expõe Ribeiro (2007) a este respeito. A citação a seguir evidencia o sentido construtivo e processual que permeia a construção do conceito de paisagem e no modo pela qual esta se tornou importante para a sociedade:

A paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade (...). O argumento utilizado é que o conceito de paisagem não emerge pronto da mente dos indivíduos ou grupos humanos. Historicamente e teoricamente seria insatisfatório tratar a forma de visão da paisagem em um vácuo, fora do contexto do mundo histórico real das relações humanas de produção e entre as pessoas e o mundo que habitam. A evolução das práticas sobre a terra na Europa oferece um importante paralelo histórico com o período em que a paisagem se transforma numa noção culturalmente importante. Não só a ordem espacial e a dimensão geográfica da transição para o capitalismo são importantes, mas as relações entre sociedade e ambiente físico, entre o homem e a terra também o são (RIBEIRO, 2007, p. 27).

Percebemos, pois, o estado transitório do conceito e do consenso geral sobre as visões de mundo. O mundo está em permanente fluxo, ao mesmo tempo em que os indivíduos geram novos fatos, o que sugere o surgimento de novas acepções – ou ainda reformulações das já existentes – para \_abordá-los. Esta análise da experiência da paisagem se aterá ao mundo

vivido e percebido. É interessante notar como Relph citando Dardel em seu texto constrói argumentos para ratificar o quão a paisagem participa da vida cotidiana “[...] a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido” (RELPH, 1979, p. 14).

Mesmo considerando apenas a utilização dos sentidos como restritiva para a percepção da paisagem, outros sentidos, além da visão, também podem auxiliar na apreensão do mundo através da paisagem segundo Lowenthal: “um mundo puramente visual também seria uma abstração irreal, um sentido concreto e estável do meio ambiente depende da sinestesia, visão combinada com som e tato” (LOWENTHAL, 1982, p.110). Merleau-Ponty (2004) vai mais além, quando, explicitando a exploração do mundo percebido, insere a faculdade do intelecto: “[...] a coisa é um sistema de qualidades oferecidas aos diferentes sentidos e reunidas por um ato de síntese intelectual” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 19).

Uma metodologia para avaliar a imagem da cidade foi criada por Kevin Lynch com o intuito de entender a importância que a mesma possa ter na vida daqueles que frequentam a cidade, bem como a requisição de prazer ao contemplar a sua paisagem e os cuidados que se deve ter ao alterar a sua imagem. Neste limiar, fazendo um paralelo com o objeto aqui proposto, é necessário refletir em que medida a paisagem urbana tem se alterado em sua forma/conteúdo, mesmo mediante o controle dos órgãos de preservação, tal como o IPHAN, que tem na atualidade em suas ações a paisagem como um importante elemento de controle e salvaguarda, na cidade de Cachoeira, que possui o seu tombamento atrelado ao conjunto urbano paisagístico. Outra questão que se coloca, é em que alcance tais modificações – nas formas, conteúdos e fluxos da cidade – podem transformar, além das materialidades, os imaginários individuais e coletivos. Paralelamente, podemos considerar que a paisagem humana também se altera, talvez esta ainda mais rapidamente pelas novas dinâmicas trazidas a cidade atualmente. Quiçá esta seja a mudança que mais salte aos olhos, sobretudo, dos moradores.

Através das acepções de legibilidade e imaginabilidade é que se dá o cerne dos estudos de Lynch. O conceito de legibilidade está atrelado aos símbolos identificáveis da cidade que a torna legível e clara, sendo esta acepção de suprema importância na construção da fisionomia das cidades segundo o autor:

Um cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem definida, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação de grupo. Uma paisagem admirável é o esqueleto sobre o qual muitas raças primitivas erigem seus mitos socialmente importantes (LYNCH, 1997, p. 05).

Torna-se explícito, assim, a participação da paisagem como interlocução simbólica de determinados grupos por meio das relações de representação, significante e significado. Quanto à imaginabilidade, refere-se “[...] à característica num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador” (LYNCH, 1997, p. 11). De modo esquemático, o ponto de partida seria um atributo físico e as qualidades de identidade e imagem mental que o mesmo pudesse evocar nas pessoas que o observassem. A partir das imbricações entre forma física exterior e da representação mental é que a imagem do ambiente é formada: “As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente” (LYNCH, 1997, p. 07).

Nesse trilhar, a experiência da paisagem foi analisada a partir do seu entendimento como ação nem sempre reflexiva do cotidiano e do mundo vivido das pessoas. Analisamos também a maneira como o capital tem se apropriado das experiências de paisagens tidas como agradáveis e mercantilizadas – quer seja por meio do turismo cultural<sup>15</sup>, da visitação ou da moradia. Observamos que o turismo configura-se, a seu modo, como uma forma de experiência geográfica, sendo – no caso de Cachoeira – a experiência da paisagem urbana comercializada. Percebemos uma manipulação da imagem da cidade através do uso da paisagem, tendo nos meios de comunicação social uma importante ferramenta para a promoção da imagem da cidade.

Reconhecemos que Lynch (1997) traz uma contribuição importante ao elencar cinco elementos que propiciam a experiência corporal na cidade, são eles: as vias, os bairros, os limites, os pontos nodais e os marcos. Tais elementos são relevantes quando considerados como pontos analíticos, como caminho metodológico para a compreensão de como as diferentes pessoas experimentam a cidade. Distinguem-se as vias como relevantes na construção da percepção da cidade, pois o ato de transitar pela cidade possibilita o surgimento de novas experiências que se confrontam com as experiências anteriores que cada um de traz consigo.

Quanto aos ícones, eles estabelecem-se como elementos relevantes nesta pesquisa. Eles aparecem nas entrevistas e, sobretudo, nos mapas mentais. E Lynch constitui-se numa importante referência para o seu entendimento. O autor define ícone como referência concreta de um objeto, um aspecto memorável num contexto, um elemento marcante facilmente identificável. De acordo com Souza (2002), boa parte das imagens se faz de ícones escolhidos

---

<sup>15</sup> O Ministério do Turismo (2008) define como turismo cultural as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural que valoriza e promove os bens materiais e imateriais da cultura, no qual o turista busca entender e vivenciar tais representações.

para serem divulgados e salientados como potenciais para a “venda” do lugar, principalmente no lugar turístico. Por meio do processo que Souza (2002) denominou de iconização dos símbolos tradicionais<sup>16</sup> – a exemplo do que ocorre em Cachoeira com a Irmandade da Boa Morte – pode-se notar em que medida ocorre à promoção e a efetivação da venda do lugar. Assim, através da análise dos ícones presentes nas entrevistas e nos mapas mentais, pôde-se avaliar os elementos comuns que tornaram-se símbolos para distintos sujeitos sociais, bem como os diferentes ícones que são peculiares a cada um destes grupos. Outro ponto, refere-se a possibilidade de analisar as intencionalidade incutidas nos símbolos por ora iconizados pelos diferentes agentes sociais que atuam sobre cidade.

### **1.3.2 O uso como possibilidade de experiência/vivência**

Para a construção de um referencial a respeito do uso que permita evidenciá-lo e analisá-lo, partir-se-á do reconhecimento das imbricações da tríade espaço, tempo e corpo na constituição do uso. Situando-se nas dimensões do vivido e da existência, o uso está atrelado também à experiência corporal da cidade. Dentre os autores que discutem a temática do uso do espaço urbano, encontramos Odete Seabra(1996), que trata a acepção de uso sob a ótica das obras de Henri Lefebvre.

O cerne aqui empreendido refere-se à compreensão das intersecções existentes entre o uso e a paisagem. Ou seja, visa-se abarcar como a paisagem participa na seleção e na concretização de alguns usos, ou ainda no seu reverso, quando as alterações do uso da cidade repercutem sobre a paisagem transformando-as. Segundo Joseph (1999) “as mudanças da paisagem caminham juntas com as mudanças de uso e traduzem a abertura do território local, seja central ou periférico, à ordem das redes” (JOSEPH, 1999, p. 15). Tal afirmativa endossa as interrelações existentes entre uso e paisagem, ao mesmo tempo em que evidencia a relevância do seu tratamento analítico.

Situado nas dimensões do vivido, o uso atrela-se a rotina, ao costume e as ações cotidianas, estas, por sua vez, ligadas ao desejo, sonho, prazer, dentre outros. Por definição e prática social, o costume tem sua práxis usualmente vinculada à repetição de atos sem reflexão, ou seja, sem um exercício de consciência. Contudo, os costumes, reconhecidos como resultados da vida social são permeados de imbricações, políticas e histórias. Mesmo que, a priori, se fale em práticas não reflexivas, existe um contexto no qual certas práticas nascem e

---

<sup>16</sup> Neste trabalho entende-se tradição, segundo Hobsbawn (2002), como conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, cujos valores e comportamentos são definidos por meio da repetição num processo de continuidade em relação ao passado.

motivos pelos quais estas se difundem em diferentes escalas. Todas estas ações estão submetidas às particularidades relativas às diferenças sociais. Sejam elas de qualquer cunho – cultural, sexo, social, econômica –, as diferenças poderão implicar em distintos modos de uso do tempo e do espaço.

Como possibilidade teórico-metodológica, o uso pode dar respostas referentes ao sentido e aos processos sociais, tendo o seu fio condutor lastreado pelo embate entre o racional e o afetivo. Ao analisar o seu movimento dialético, percebemos que o mesmo está presente na forma mercadoria, sendo ele o estímulo para o consumo, ao mesmo tempo em que trava certa resistência ao prevalecimento da razão. O uso se faz presente mesmo quando da exacerbação da mercadoria e do valor de troca. Sua presença se dá como insurgência, costume e na luta entre o concebido e o vivido.

Na esteira da abordagem do uso, Seabra (1996) insere dialogicidades entre apropriação e propriedade. A propriedade, como assinala a autora, relaciona-se a quantidades e ao dinheiro, enquanto que a apropriação pauta-se na qualidade, inclui o afetivo, o corpo, o imaginário. Assim, a propriedade cria certo conflito entre a posse e a apropriação, ao não propiciar a apropriação concreta dos que não possuem a propriedade, tendendo também, dessa forma, a restringir e balizar as formas de uso. Este conflito latente envolve as particularidades sociais das diferentes coletividades que se reproduzem por meio das lutas pela apropriação:

O uso recusado, aquele que não cabe nas prescrições da propriedade, não se pode abolir. Assim recusado, o uso continua como ausência, exclusão da propriedade, e como conflito, se concebendo como tal no âmbito das estratégias dos usuários. Nisto está o conflito, a insurgência do uso (SEABRA, 1996, p. 79).

Ainda que hajam usos hegemônicos instituídos, outros usos coexistirão, visto que alguns grupos sociais encontram maneiras de transgredir as normas. Mesmo que a propriedade reprima algumas dimensões da existência, a espontaneidade humana e as imanências do vivido provocarão conflitos e, por conseguinte, insurgências.

O cotidiano, como aspecto relevante, ao abarcar as questões inerentes ao uso deve ser aqui pormenorizado. Podemos afirmar que as nossas práticas cotidianas têm sua essência para além de pontos de vistas ingênuos que situam as suas ações relacionadas estritamente às necessidades e aos impulsos. Existe um padrão difundido e influências implícitas, a exemplo da classe média:

No mundo moderno, elas são o veículo através do qual se expande e se homogeneiza um modo de vida cotidiano. A moda que elas trazem, intitulada muitas das vezes como revolução cultural, nada mais é, na maioria das vezes, que um reformismo

carregado de ilusão e reforçador do consumismo alienante (CARVALHO, 2005, p. 20).

Trata-se de um processo de industrialização do cotidiano no mundo moderno, impondo o consumo dos signos e das marcas: “O consumo do signo ameaça o ‘uso’ como fruição, como desfrute” (SEABRA, 1996, p.77). Percebemos que o uso, frequentemente, não possui suas relações inscritas estritamente no instintivo, no devir e na criatividade de grupos. Existem moldes propalados e praticados cotidianamente, de forma que o Estado participa efetivamente por meio das regulações e demais instrumentos de controle social, gerindo desse modo o cotidiano. Assim como se criam padrões, produzem-se também novas necessidades. Estas são facilmente divulgadas graças ao avanço do meio tecnológico informacional.

Mesmo sendo o uso e o cotidiano, de certa maneira, “orquestrados” pelos padrões de determinados grupos, existem outros elementos como as surpresas, o devir e outros fluxos – globais, nacionais, regionais e/ou locais – que também participam e que podem trazer outras tônicas na engendragem dos usos do espaço e do tempo. Assim, convivem outros usos que não os hegemônicos e estes são cotidianamente configurados através de experiências e experimentações, fruto de relações sociais conflitantes ou ainda consensuais.

Com efeito, nas relações capitalistas de reprodução e produção de modos de vida percebe-se que a troca não restringiu o uso. Pelo contrário, a troca constitui-se numa fonte, por muitas vezes, geradora de sociabilidade, claro que resguardadas as suas devidas proporções:

Considera-se então que mercadorias não são apenas os produtos que saem das fábricas, mas que fragmentos e momentos da existência social também se realizam nos circuitos de valorização do capital (...). Mas, sob este aspecto, tal temática se atualiza quando se pensa o sentido e as realizações da indústria cultural, já que o que esta realiza é a produção de subjetividade do espectador, querendo tê-lo usuário, como consumidor (SEABRA, 1996, p. 82).

Considerando que o uso tem suas práticas cotidianas pautadas no vivido, podemos encontrar as respostas para as indagações concernentes às lógicas que delineiam os usos instituídos e as insurgências trazidas pelos fluxos que tal espaço recebe, bem como os porvires imanentes da população moradora. Outros fatores reprimem a diversidade de usos, como a implementação de planos urbanos que se pautam na supremacia de usos funcionais da cidade, em detrimento dos usos comumente atribuídos pela população, ou ainda pela propagação de espaços segregados que delimitam a vida social e o uso daqueles tidos como diferentes. Todavia, mesmo nestes casos, o uso aparece como insurgência, uma forma de resistência que possibilita a compreensão de como o espaço público é compartilhado no cotidiano e de como as apropriações simbólicas participam no traçado de tais usos do espaço na cidade.

Ao suscitar estas questões torna-se necessário pontuar que nesta tarefa não se busca apreender os padrões de uso do solo, como se vinculou muitos estudos da abordagem cultural qualificada como “tradicional”. Tratamos das formas de uso dos espaços instigados pela paisagem urbana cachoeirana e pela exacerbação de sua imagem. Convivem e conflituam entre si, de modo diacrônico, novas formas de uso que aqui serão investigadas, propulsionadas, por novos e antigos fluxos, seja pelos impulsos do fetichismo da paisagem - comum à sociedade contemporânea - ou pelas relações de identidade e representações de paisagens que participam na vida cotidiana dos moradores.

#### 1.4 O FETICHISMO DA PAISAGEM DAS CIDADES HISTÓRICAS

A abordagem da paisagem no seu processo de fetichização pauta-se na transformação dela em mais um produto de consumo do modo de produção capitalista. A paisagem, desde a sua origem, esteve relacionada à estética, estando esta última presente nas pinturas que buscavam dar às telas uma representação de um fragmento da natureza. Entretanto, o tratamento estético contemporâneo da paisagem no qual se aterá esse trabalho, relaciona-se ao consumo visual do espaço urbano, imbricando-se com a exacerbação de determinados símbolos que convertem os componentes, materiais e simbólicos, em produtos a serem consumidos.

Paes-Luchiari (2001) e Zurin (1991) situam em seus estudos distintos modos pelos quais diferentes paisagens têm sido valorizadas. A primeira autora acentua como a natureza tem sido reinventada, enfocando de que modo as paisagens naturais têm sido apropriadas e transformadas em produto. Zurin (1991), por seu turno, enfoca as paisagens como fruto do labor humano, situando exemplificações que a priori parecem bens distintas – Disneylândia e Centros Históricos – ambas como paisagens urbanas pós-modernas sujeitas ao consumo visual.

Zurin (1991) em suas formulações assinala que a Disneylândia já foi produzida mediante a intenção de consumo de imagem. Esta produção se deu por meio da criação de nexos fictícios através da reprodução de diversos lugares do mundo e de diversos personagens. Quanto aos centros históricos, estes foram produzidos mediante os auspícios de ostentação de um determinado período econômico e social. Assim, em ambas as paisagens urbanas – Disneylândia e Centros Históricos –, um dos princípios de constituição e afirmação destes espaços foi o mesmo: o da visibilidade. Seguindo os preceitos da visibilidade, os grandes casarios, nos quais a quantidade de janelas, a presença de eira, beira e tribeira,



indicavam o acúmulo de riqueza da família; as enormes casas de senhores de engenho para indicar a riqueza e o poder escravagista dos senhores de engenho e as igrejas que, por sua vez, representavam muito mais do que um espaço destinado às práticas religiosas, serviam para demonstrar a hegemonia da Igreja Católica, principalmente nos primeiros centros urbanos do país, são exemplificações da visibilidade, bem como das representações do poder da qual cada estrutura faz parte.

Estas marcas (casarios, engenhos, igrejas, dentre outros) materializam na paisagem o período colonial, e principalmente a herança da cultura luso-brasileira, de modo que estes foram os primeiros patrimônios a serem legitimados no Brasil visando a impor ideários de identidade e nacionalidade. Após um considerável processo de ruína e desatenção, estes objetos têm passado por processos de preservação e restauro, no momento em que se tornaram valorizados perante a lógica de consumo cultural. Notamos que a lógica do capital seleciona diferentes paisagens a serem mercantilizadas, implicando em um consumo do espaço e do tempo, com desdobramentos sociais no mínimo relevantes:

[...] uma paisagem urbana pós-moderna também diz respeito à restauração e à renovação de antigos lugares, à sua abstração da lógica do capitalismo industrial ou mercantil, e à sua renovação como espaços de consumo na última moda por trás das paisagens de ferro fundido ou de tijolos vermelhos do passado (ZURIN, 1991, p. 82).

Cachoeira e tantas outras cidades históricas passam, desse modo, a ser referendadas como um importante segmento de mercado de consumo visual, no qual a arquitetura não aparece apenas como símbolo do capitalismo, mas como uma espécie de capital simbólico. Ora as arquiteturas das cidades patrimoniais aparecem como produto a ser consumido em si, ora aparecem como pano de fundo para o consumo de outros produtos culturais contemporâneos (festas, festivais, apropriação das manifestações culturais pelo turismo cultural).

Frequentemente a apropriação dos símbolos da cidade se dá, sobretudo, no espaço público. Segundo Serpa (2007a) os espaços públicos dos centros históricos têm sido apropriados para a promoção da imagem da cidade, além de servirem de cenário para variadas festas. Lefebvre (2004) explicita de que maneira ocorre esta apropriação simbólica e como eles são convertidos em produto:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sede de instituições, mas também espaços apropriados para festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo

urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta utilidade para estrangeiros e turistas (LEFEBVRE, 2004, p. 12).

Transformadas em mercadoria e incorporadas ao processo de acumulação capitalista, as formas simbólicas têm alterado ao mesmo tempo os seus significados e funções, em detrimento da preservação dos valores simbólicos. Os símbolos ou representações sociais consumidos tendem assim a transformar as identidades sociais em espetáculo. De acordo com Corrêa (2007, p. 181): “[...] desse modo, a paisagem urbana cumpre, de um lado, o papel de mistificar a realidade social e, de outro, o de viabilizar a circulação do capital. Efetiva-se, assim, plenamente, o seu caráter político”.

Paes-Luchiari (2001) ao analisar a (re)significação da paisagem contemporânea e o seu processo de construção no imaginário social, enfocou como a paisagem foi reinventada, transformando-se em antídoto para o homem moderno, ávido pela necessidade de prazer e lazer em espaços tidos como raros em sua vida cotidiana. Ao serem abordadas como uma espécie de contraveneno à vida urbana das metrópoles ou ainda dos centros urbanos com pouca aptidão cultural, as cidades patrimoniais enquadram-se como um exemplar do catálogo turístico, reunindo alguns aspectos atualmente tão valorizados dentro da atividade em questão.

A abordagem do processo de fetichização da paisagem imbrica-se, com certa frequência, com a tautologia da paisagem como visão materialista, destituída das implicações trazidas pelos fluxos da subjetividade que permeiam a sua constituição social. Devemos considerar, que a paisagem tratada como fetiche prescinde de um dado objeto material a ser contemplado. Mas, paralelamente, a paisagem carrega conteúdos e intencionalidades inculcadas, quer seja na sua produção, na sua leitura ou na exploração como objeto de consumo.

## 2 O PATRIMÔNIO URBANO DE CACHOEIRA

Do seu sentido inicial, relacionado ao termo grego *pater* (pai/paterno) e a ideia de herança, à sua configuração atual, as acepções de patrimônio passaram por diversas modificações capitaneadas pela assimilação de novas noções pelos órgãos de preservação que, por seu turno, revestem o patrimônio de conceitos e práticas novas. Por conseguinte, tais mudanças fazem com que o mesmo tenha na contemporaneidade grande participação na constituição de novos processos e fenômenos urbanos. Desse modo, discutir a respeito do patrimônio na contemporaneidade tem se tornado uma tarefa cada vez mais complexa, diante das circunstâncias que se impõem quando o conceito de patrimônio se amplia e se diversifica.

Ganham realce outras expressões culturais que não a arquitetônica, produzida por uma referida classe dominante. Este fato sinaliza a inserção de outros valores e outras intencionalidades na seleção dos bens culturais, ao colocar as produções de outros grupos sociais e elementos da cultura imaterial como bens de preservação. O ponto alto de todas estas modificações se dá quando a cidade passa a ser entendida como patrimônio urbano, implicando num entendimento mais largo da acepção de patrimônio em detrimento do tradicional tratamento que antes se compunha de elementos pontuais – os monumentos – e posteriormente com a delimitação rígida de algumas áreas da cidade.

Estas modificações trouxeram à tona questões por muito tempo ocultadas e suprimidas nos processos de patrimonialização. A postura – de cunho intelectual e/ou de classe – com a qual vinham sendo conduzidos os órgãos que regiam o patrimônio, tem seu espaço diminuído no momento em que se passa a agregar as culturas populares aos bens preservados. Acrescenta-se, nesta miríade de mudanças, a inclusão de outros profissionais nos órgãos de preservação, que não arquitetos e historiadores, nas suas instâncias e rodas de discussões, bem como a inserção da população moradora por meio da criação e da participação dela em conselhos da cultura e do patrimônio.

As mudanças citadas acima, a primeira instância sugere certa inclusão ao inserir as produções culturais das camadas mais populares antes relegadas em suas produções materiais ou imateriais. Paralelamente, os conselhos consultivos e deliberativos sugerem uma eminente democratização, ao inserirem a população nas tomadas de decisão e ao aludir à importância de diversos agentes da sociedade na gestão do patrimônio. Todavia, é notório também que ambos os princípios – inclusão e democratização – tem trazido novas problemáticas no tratamento do patrimônio.

Quanto à inclusão e à valorização – e aqui se pode dizer a exacerbação – das culturas subdominantes ou alternativas antes relegadas a segundo plano, isto se dá, muitas vezes, sob a égide da folclorização da cultura e de suas manifestações, por meio da exploração de sua valorização turística. Já quanto ao processo de democratização, este na prática quase sempre se esbarra em dificuldades, a exemplo da ausência de conscientização e conhecimento para que se obtenha uma efetiva participação da população moradora. E estas são questões relativamente novas no tratamento do patrimônio.

Com efeito, os procedimentos utilizados a priori para lidar com a legitimação e a preservação do patrimônio no Brasil, pautados em elementos como valorização da herança colonial luso-brasileira; criação de uma identidade nacional e exacerbação dos valores estéticos materializados – neste quesito, sobretudo a arquitetura –, recebem outra tônica na medida em que os órgãos de preservação do país passam a assimilar novos referenciais que, por sua vez, trazem novo fôlego ao patrimônio, trasladando-o do antigo limbo amorfo para um contexto mais vivo, dinâmico e, portanto, mais intrincado.

As novas políticas constituem-se num dos principais emblemas dessa nova roupagem da qual se reveste o patrimônio. As transformações significativas pela quais estas políticas têm passado são notáveis, perante as alterações nas acepções patrimoniais trazidas por diversos fluxos nas esferas institucionais, inclusive da inserção do conceito de paisagem como essencial, colocando-se como bem a ser preservado. As políticas de patrimônio têm também, como outro aspecto basilar, a abrangência de suas atuações repercutindo sobre o território, em detrimento de uma abordagem estanque proveniente do tratamento centrado apenas em áreas específicas milimetricamente delimitadas ou de monumentos individuais. Todavia, essas novas iniciativas vêm acompanhadas da transformação da cultura em objeto de consumo na indústria cultural, por meio do novo nicho de mercado capitalista que coloca a cultura material e imaterial como objetos a consumir.

Para a compreensão dessa conjuntura atual em que se encontra o patrimônio, apresentamos algumas ponderações a respeito de suas acepções e de suas políticas aplicadas ao Brasil, para que se entenda, a partir desse perfilhar, o tratamento, os acréscimos e as subtrações que têm ocorrido ao longo do tempo. O foco será, sobretudo, voltado para as acepções, as políticas e as mudanças que repercutem sobre o objeto de estudo aqui proposto. Podemos afirmar, desde já, que neste trânsito de mudanças o patrimônio tem ganhado cada vez mais “corpo”, fazendo-se tema presente nas decisões políticas, econômicas, sociais e, por conseguinte, nas decisões dos rumos das cidades, principalmente nas cidades tombadas em seu conjunto, como Cachoeira. E, assim, a escala de importância e abrangência do patrimônio

tem tocando transversalmente tanto os espaços públicos quanto os privados, ditando novos caminhos e novas ações nos centros urbanos.

## 2.1 O ESTADO DA ARTE: PATRIMÔNIO URBANO

Na trilha pela compreensão do patrimônio, alguns questionamentos tornam-se eminentes. Em que contexto ele surgiu? Sob que intenção e tutelado por quais agentes sociais? Por que e para quem preservar? Preserva-se por saudosismo ou por interesse de um determinado grupo social de exacerbar suas marcas na sociedade? Ou ainda, preserva-se por necessidade de referências do passado para constituir um presente e um futuro? Estas são questões que se tentará elucidar.

Não temos como objetivo evidenciar um único ponto de vista formado a respeito dos questionamentos que por ora se colocam na análise. Não é esta a intenção. A tentativa, aqui empreendida, é de expor divergências e comparativos sobre as formulações teóricas de tal assunto. Tal postura imbrica-se com o reconhecimento da complexidade do tema trabalhado, bem como se atrela ao entendimento da diversidade de interesses que abarcaram o patrimônio no passado e os tantos outros interesses e intencionalidades que o cercam na atualidade. Além disso, o propósito aqui cultivado não é o de seguir linearmente uma escala temporal da abordagem do patrimônio. Até porque, nas reflexões que propomos, não se almeja a construção de um histórico exaustivo das acepções do patrimônio e das ações voltadas para o mesmo. Visamos, desse modo, a evidenciar o que se considera como de maior relevância na trajetória do patrimônio, sobretudo as mudanças que repercutem sobre o objeto de estudo Cachoeira.

O surgimento da legitimação cultural chamada patrimônio, segundo Castriota (2009), esteve atrelado à perda da transmissibilidade da tradição e das experiências, que ocorreram, por vários anos, através das narrativas dos mais antigos. De acordo com o referido autor, a lógica industrial moderna ao impulsionar uma ruptura temporal passado/futuro, sobrepôs novos costumes e novos valores.

Castriota (2009) argue que no mundo subdesenvolvido emerge uma modernidade repleta de discontinuidades para aquele que vê a realidade através das lentes da ideia de progresso iluminista. Nesta conjuntura, as cidades mudavam rapidamente, principalmente as cidades das Américas, que viam na modernização – e no anseio pelo novo –, a possibilidade de estarem mais próximas de um ideário de progresso que as igualassem minimamente às nações européias tidas como exemplo de avanço.

No período entre as duas Guerras Mundiais, o patrimônio recebe uma conotação para além de sua origem relacionada à herança familiar. Neste momento, o patrimônio toma proporções maiores como legado de muitos, constituído por meio da seleção de um bem comum a uma referida sociedade e, portanto, digno de aclamação. A sua institucionalização aparece como uma medida política, com a intencionalidade de legitimar uma identidade nacional a priori.

Aos poucos, com o passar dos anos, vários países foram incorporando o patrimônio às suas políticas. Tal medida foi facilitada pelo que Choay (2006) denominou de “mundialização de valores e de referências ocidentais”, e, assim, os países foram inculcando aos poucos o patrimônio em suas rotas de ação. Entretanto, esta absorção da idéia do patrimônio ocorreu de forma diversa nos diferentes países. No caso brasileiro, a criação do patrimônio ocorre por meio dos intelectuais modernistas – fruto de uma das suas principais características, relativa à valorização do passado – que asseveravam a importância da construção de uma identidade nacional como já vinha ocorrendo na Europa. Notamos que, no Brasil, trata-se de um movimento criado de cima para baixo, uma vez que a propulsão do patrimônio teve como *input* uma dada elite intelectual amparada pelo Estado.

Ancorados na dialética lembrar/esquecer, o patrimônio e as políticas de preservação, de acordo com Castriota (2009), apresentam um caráter eminentemente político, presente no ato da escolha pela preservação de um determinado bem e na sua legitimação sociocultural. A própria noção de identidade a ser preservada, tão propalada pelos ideários nacionalistas que permeavam as noções patrimoniais, pode ser questionada. Como nos aponta Meneses (1999), os bens culturais não possuem em si identidade própria, mas a identidade que os grupos sociais lhes atribuíram, tendo matriz nos sentidos e valores da sociedade e nas relações que eles travam em seu seio. A identidade, assim entendida, pode ser forjada por um determinado grupo quando de sua intenção de celebrar um específico bem. Pode-se ainda ponderar a existência de identidades, como nos propõe Stuart Hall, sendo no mínimo arriscado, apontar um aspecto como de cunho identitário a todos sem exceções.

De fato, o patrimônio representa uma construção social e cultural, que não pode mais ser definido de maneira simplista como legado que é herdado, como nos faz crer a UNESCO (2008) quando declara que o:

[...] patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade (UNESCO, 2008).

É patente a existência de uma seleção consciente, uma escolha cultural realizada por alguns agentes sociais daquilo que se deseja legar para o futuro. Até porque, o conceito de patrimônio está atrelado à ideia de juízo de valor, do ponto de vista individual e social. E este juízo de valor é permeado especialmente pela cultura dominante e intelectual num referido tempo e espaço. O próprio tombamento é uma forma institucional de indicação de valor que legitima um determinado bem cultural. Segundo Choay (2006):

Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiqüidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. A transferência semântica sofrida pela palavra revela a opacidade da coisa (CHOAY, 2006, p.11).

Como uma construção social, o patrimônio é uma representação de um espaço-tempo. Trata-se da criação de uma representação simbólica legitimada social e culturalmente. Por sua vez, quanto às práticas associadas ao patrimônio, elas revelam contradições no tocante ao forjamento de um juízo de valor e de um sentimento de afetividade atrelados à representatividade dos monumentos. Concernente aos monumentos, durante muito tempo o foco das políticas patrimoniais esteve voltado para a sua criação e valorização. Os monumentos são dotados de sentido político, como assevera Corrêa (2005), ao entendê-los como representação material do passado presente em espaços públicos, com o intuito da criação de uma memória coletiva. E esta alusão à memória coletiva, perante a imposição de um bem – visto que as escolhas dos bens monumentais, ao que consta, não foram e não são realizados por consulta popular – ratifica o viés político quando a população é excluída de sua seleção, para ela restando apenas a idolatria aos heróis e pensamentos ali exaltados.

Por meio da necessária espacialidade que os monumentos têm, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. Dotados de alcance espacial limitado face aos modernos meios eletrônicos de comunicação que instantânea e simultaneamente produzem imagens impregnadas de intenções, no entanto, os monumentos têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valor estético e simbólico (CORRÊA, 2005, p. 04).

Como forma simbólica, cuja mensagem política é possivelmente mais acessível à maior parcela da população, os monumentos, assim entendidos, podem servir como maneira de dar ênfase a um determinado processo político, cultural, econômico e/ou religioso. A presença de um monumento em importantes vias públicas, ou ainda nas praças, constitui-se numa maneira de legitimar, de certa forma, uma história oficial, quase sempre articulada por

um grupo dominante, embora isso não impeça que haja outras interpretações dos monumentos que não a oficial e assim como também não impede que convivam outras histórias.

Corrêa (2005) ainda endossa os monumentos como relevantes na construção de identidade – diga-se de passagem, uma identidade tramada e forçada – enfocando o duplo aspecto espacial e temporal dos monumentos. Os monumentos ainda povoam muitas praças e demais espaços públicos mundo afora, como forma de imprimir nestes espaços uma história, uma ideologia política ou de outro viés, estando inclusive vinculados à constituição de poder. Todavia, mediante a assimilação de outros referenciais pelos órgãos de preservação, eles tiveram diminuída sua relevância nas novas políticas e gestões patrimoniais, como citamos anteriormente.

No Brasil, por um longo período, o foco esteve direcionado para a cultura hegemônica. E, nesta seara, os holofotes foram direcionados para os vestígios do período colonial, sobressaindo, além da criação de monumentos, a arquitetura dos centros históricos, ou seja, o patrimônio de “pedra e cal”. Imbuídas de caráter essencialmente estético e tendo à frente arquitetos, as práticas de preservação efetuadas pelos órgãos institucionais, por muito tempo, relegaram o caráter histórico e os valores sociais de seus monumentos.

Só após longos anos o valor documental do patrimônio vai receber ênfase, temática esta estudada por Sant’anna (1995) em sua dissertação de mestrado intitulada: “Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)”. A autora tem a sua contribuição atrelada à abordagem dos períodos de transição do tratamento do patrimônio, lastreando desde o período da hegemonia do valor artístico, passando pela hegemonia do valor paisagístico através da assimilação dos pressupostos presentes na Carta de Veneza<sup>17</sup> (1964) e chegando a um terceiro momento em que a cidade como um todo passa a ser entendida como um documento histórico.

Nesta ocasião, os monumentos deixam de ser “a bola da vez” nas políticas patrimoniais e a acepção de patrimônio se alarga. Quanto ao conceito de paisagem, no contexto da Carta de Veneza (1964), era entendida como ambiência, moldura e até mesmo cenário que realçaria as arquiteturas erigidas por um determinado grupo. A abrangência de outros critérios, para além dos reforçados históricos e artísticos, como entorno e ambiência –

---

<sup>17</sup> As cartas patrimoniais foram formuladas com o intuito de criar um plano internacional para lidar com o tratamento do patrimônio. Neste contexto, a Carta de Atenas (1931) trouxe os princípios fundamentais para a conservação e o restauro dos monumentos. Após trinta anos, a Carta de Veneza (1964) é formulada através do reexame crítico da Carta de Atenas, assim como da incorporação de novas questões ao documento. De certo modo, nota-se que ainda há na atualidade um modelo de gestão patrimonial mundialmente compartilhado, que, por conseguinte, faz emergir situações problemáticas quando as padronizações das intervenções desconsidera as especificidades locais.



mesmo entendendo que estes estão respaldados em um conceito, no mínimo “tosco” de paisagem – ampliou o campo do patrimônio, bem como o alcance de suas políticas. O patrimônio passa a ser entendido como um todo maior. E a criação de políticas que dêem conta de tal abrangência, dos conflitos de interesse, das dinâmicas e do constante processo de transformação das cidades patrimonializadas se complexifica, fazendo do desenvolvimento de políticas patrimoniais eficazes um desafio contemporâneo.

Houve um avanço não só cronológico, como tipológico do patrimônio (arquitetônico, histórico-artístico, cultural, natural, imaterial). É necessário ressaltar que estas mudanças não possuem apenas valor quantitativo, no sentido do surgimento de outras tipologias, como também valor qualitativo dada às modificações – acréscimos e subtrações – ocorridas na concepção de tipologias antigas, a exemplo das mudanças ocorridas no patrimônio cultural e no patrimônio arquitetônico.

Com relação às mudanças em seu teor, o patrimônio cultural tem a sua principal modificação atrelada à inserção das práticas e produções de coletividades antes suprimidas, visto a prevalência da cultura dominante na legitimação do patrimônio. “Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também manifestações populares e a moderna cultura de massa” (CASTRIOTA, 2009, p. 85). Notamos que a acepção de cultura é transmutada, uma vez que a mesma deixa de ser apenas vista como produto e objeto, para ser entendida como processo, presente inclusive nas práticas cotidianas, como menciona Rodrigues (2010):

[...] a transição do conceito de patrimônio histórico artístico para o patrimônio cultural, foi impulsionado por dois fatos, a saber: o surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975 e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Coordenado por Aloísio Magalhães desde a sua criação, o CNRC surgiu com a proposta inovadora de complementar a ação do IPHAN através da valorização da cultura popular e não apenas dos bens monumentais. Nesta perspectiva, propôs como alternativa renovadora ao conceito de patrimônio histórico a adoção da noção de bem cultural, por permitir a contemplação de várias atividades e manifestações populares, do artesanato, hábitos culturais, ritos e a inserção dos bens de origem afrobrasileiras e indígenas (RODRIGUES, 2010, p. 79).

O valor artístico, ele é paulatinamente substituído pelo valor cultural, que é de fato uma concepção mais ampla. Todavia, tal modificação não se constitui num empecilho para que a cultura e suas manifestações permaneçam como produtos à venda na indústria cultural. De modo similar, ocorre com o valor histórico, que se distancia – apenas um pouco – da história dos políticos e dos seus heróis, para aproximar-se mais do historicismo presente nos modos de vida, tais como: vestimenta, cantigas, alimentação, danças, dentre outros. Mas,

ainda perdura a prevalência pela preservação dos valores emitidos pela cultura dominante. Pois, se é verdade que ao longo dos tempos os holofotes estiveram sobre o patrimônio arquitetônico, é verdade também que os grandes investimentos estiveram e permanecem sobre tal tipologia.

No site do IPHAN consta a definição da UNESCO para o Patrimônio Cultural Imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (IPHAN, 2011).

Atualmente, assistimos ao registro de inúmeros bens culturais de cunho imaterial - na Bahia, temos, além da Festa da Irmandade da Boa Morte (IPAC, 2010): a Roda de Capoeira (IPHAN, 2008); o Ofício dos Mestres de Capoeira (IPHAN, 2008); o Ofício da Baiana do Acarajé (IPHAN, 2005); o Carnaval de Maragojipe (IPAC, 2007); o Samba de Roda do Recôncavo (IPHAN, 2004), dentre outros. Entretanto, a assistência que recaem sobre estes patrimônios, por meio dos órgãos institucionais de preservação, é ainda no mínimo duvidosa.

Para estes bens imateriais o caráter de tratamento é o registro, visto que o regime de tombamento não se adequa à mutabilidade e à dinâmica das manifestações culturais. Por outro lado, a restrição, inerente ao processo de tombamento, não se limita apenas ao tratamento dos bens imateriais. O tombamento dos bens imóveis, ou seja, dos bens materiais, em certa medida, implica na interferência do direito de propriedade, fato este que cria certo litígio entre os órgãos de preservação e os proprietários de bens tombados.

O tombamento de Cachoeira ocorreu por meio do decreto nº 68.045 – de 13 de janeiro de 1971. Tal decreto verte o tombamento “considerando a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira no Estado da Bahia”. Neste liame, é citada a importância histórica da cidade de Cachoeira na conjuntura nacional mediante o movimento de independência iniciado aí em 25 de junho de 1822.

No ano de 1971, o jornal local “A Cachoeira”, em diversas publicações, fez menção ao ato do tombamento. Dentre os assuntos abordados, para além do reconhecimento da importância do tombamento e do merecimento do registro, foram constantes nos artigos a preocupação com o futuro e com os desdobramentos que a chancela de patrimônio trariam para a cidade. O texto a seguir, foi publicado por ocasião de visita do ministro do planejamento:

Do seu ministério muito espera a Cachoeira, pois do Ante-projeto que considera Cachoeira – Cidade Monumento Histórico Nacional é atribuída a orientação e a elaboração de planos para a valorização da cidade e o seu desenvolvimento que todos os bons brasileiros confiam e aguardam para que se realize a quitação de uma dívida nacional (...) a retribuição dos nossos épicos feitos do passado (Jornal “A Cachoeira”, 10/01/1971, Nº 1503).

Com o título de “Monumento Nacional” evidencia-se a necessidade da aplicabilidade de um regime especial de proteção: área urbana, sítio da antiga vila de Nossa Senhora do Rosário e lugares históricos adjacentes. Mas o que foi realizado de lá para cá? Seguiram-se os parâmetros do decreto? Como tal espaço urbano tem sido (re) produzido mediante as novas dinâmicas que se apresentam na atualidade? Em que ponto o tombamento (“congelamento”) melhorou a cidade e a vida dos seus moradores? Foram elaborados os projetos de desenvolvimento pelo Ministério de Planejamento como regia o decreto? Como eles foram aplicados? Foi desenvolvido o plano de incrementação do turismo? De que forma isso tem sido engendrado? São alguns questionamentos que se colocam e que Rodrigues (2010) em sua dissertação de mestrado trata, quando aborda os caminhos das políticas públicas de preservação e suas ressonâncias em Cachoeira.

Quer seja patrimônio material ou imaterial, estes bens possuem, frequentemente, representações na paisagem, de modo que os próprios órgãos de preservação ao longo do tempo têm inserido a paisagem como integradora e importante acepção no tratamento patrimonial, além dos conceitos de espaço e territórios culturais. A paisagem, neste contexto, tem assumido a qualidade de mais um instrumento de gestão e proteção nas cidades patrimonializadas.

## 2.2 APROXIMAÇÕES DIALÓGICAS ENTRE PAISAGEM E PATRIMÔNIO

As dialogicidades entre patrimônio e Geografia sempre foram constantes, pois, como já se afirmara anteriormente, o patrimônio configura-se como uma representação de um espaço-tempo. O patrimônio tem se constituído num solo fértil para as reflexões geográficas. Criado, a priori, com auspícios de promoção de uma referida identidade nacional, na atualidade, frequentemente, o patrimônio encontra-se atrelado à difusão de intrincados processos urbanos, a exemplo da especulação imobiliária, da gentrificação, da espetacularização do espaço, dentre outros. Desse modo, o esforço aqui empreendido é o de esboçar algumas aproximações a respeito do patrimônio e da geografia, sobretudo por meio

do conceito de paisagem e da sua trajetória de inserção nos conceitos, documentos oficiais, discursos e nas práticas dos órgãos do patrimônio na atualidade.

A escolha pela abordagem das dialogicidades entre patrimônio e paisagem na cidade de Cachoeira ancora-se nas intersecções teóricas e práticas existentes entre estes na contemporaneidade. Se, de acordo com Berque (1998), a paisagem é marca [no sentido das suas manifestações concretas] e matriz [no que se refere a sua correlação sujeito-objeto], o patrimônio também é, ao mesmo tempo, marca e matriz. O patrimônio é marca de uma referida cultura e ao mesmo assume a dimensão de matriz quando enfocada, pelo menos em tese, a sua relação identitária e de referencial para as gerações. Além disso, os órgãos de preservação em suas trajetórias sempre privilegiaram nos processos de patrimonialização as marcas materializadas na paisagem de específicas culturas, sobretudo, as de uma referida classe dominante como forma de asseverar o poder de tal grupo, ao mesmo tempo em que se criava um simulacro de identidade nacional.

A paisagem ao longo dos últimos anos, nas mais diferentes escalas geográficas, tem se tornado alvo de políticas públicas de preservação do patrimônio. Tal iniciativa tem a sua engendragem inventariada, no caso do Brasil, pelo IPHAN, a partir da inserção da concepção da paisagem como um invólucro dos bens tombados. A paisagem, assim entendida, corresponde a uma espécie de moldura que realçaria os monumentos, foco central dos órgãos de preservação por muito tempo. Essa concepção de paisagem como moldura é antiga, e tem suas matrizes na pintura, segundo Claval (2004), quando a fisionomia dos lugares passa a ser retratada, objetivando reproduzir um fragmento da natureza.

Assim, o conceito de paisagem, por muito tempo, nas políticas de preservação, no contexto brasileiro, esteve vinculado à idéia de ambiência. A Carta de Atenas (1931) já demonstrava preocupações com a visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança: “[...] respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos”. Era dada a paisagem a qualidade de realçar um determinado bem criado pelo labor humano.

A incorporação da paisagem nos primeiros anos no Brasil foi cunhada no segmento paisagístico, o que gerou o tombamento de jardins, a exemplo do Jardim do Hospital São João de Deus em Cachoeira em 1939, na figura 1.

**Figura 1 - Jardim do Hospital São João de Deus – Cachoeira-Ba**



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Após algumas décadas a concepção de paisagem ampliou-se para ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial. Nos órgãos de preservação, a assimilação dos pressupostos trazidos pela Carta de Veneza (1964) é responsável pela efetiva introdução do conceito de paisagem na seara patrimonial. Oliveira (1997), embasado nos estudos de Sant’anna (1995), avalia que tal modificação transloucou a hegemonia do valor artístico presente nas políticas de legitimação dos órgãos de preservação, para a hegemonia do valor paisagístico como um resultado da influência da Carta de Veneza (1964):

A noção de monumento histórico **compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho a uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de acontecimento histórico.** Estende-se não só às grandes criações, mas também às **obras modestas**, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Carta de Veneza, 1964, grifo nosso).

Neste contexto, o conceito de paisagem esteve fortemente atrelado à concepção de ambiência, de entorno e de moldura para dar realce às arquiteturas antigas, ao mesmo tempo em que inseria arquiteturas mais modestas e/ou em ruínas:

A partir dessa nova configuração, a proteção do entorno do bem tombado, prevista no artigo 8º do Decreto-lei 25/37, baseada na garantia da visibilidade da obra protegida, passa a ser definida como ambiência. No caso, este termo refere-se à harmonia visual do conjunto arquitetônico, com o sentido de contextualizar o monumento valorizado (OLIVEIRA, 1997, p. 130).

No caso do tombamento do conjunto paisagístico de Cachoeira, os morros são tratados como uma espécie de pano de fundo, como uma massa verde que realçaria a obra humana referente à arquitetura colonial. A partir daí, os tombamentos das cidades passaram a agregar

cada vez mais à sua intitulação a expressão: “Conjunto Paisagístico” (RIBEIRO, 2007). Com efeito, a acepção de paisagem se faz presente inclusive em uma das tipologias dos quatro Livros do Tombo existentes: Livro Histórico, Livro de Belas Artes, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e o Livro das Artes Aplicadas. Nota-se que mesmo não estando presente em todos os títulos dos livros do tomo, a paisagem, em certo ponto, perpassa transversalmente as conotações de alguns dos outros livros, visto que muitas cidades que foram inscritas no Livro de Belas Artes poderiam estar inscritas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. No quadro 1 abaixo consta a relação de cidades e trechos tombados na Bahia que receberam o título “paisagístico”.

**Quadro 1 - Relação das cidades e trechos tombados na Bahia que levaram o título de “paisagístico”**

<b>Cidade e/ou trecho</b>	<b>Tipologia de Tombamento (título)</b>
Cachoeira	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
Cidade Alta de Porto Seguro	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
Igatu em Andaraí	Conjunto Paisagístico
Itaparica	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
Lençóis	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
Monte Santo	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
Mucugê	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico
Av. Otávio Mangabeira – Salvador	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
Conceição da Praia – Salvador	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
Dique do Tororó – Salvador	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
São Felix	Conjunto Paisagístico
Santa Cruz da Cabrália	Conjunto Paisagístico

Fonte: AMORIN, Carlos. (2010).  
Elaboração: Bittencourt, A. S.(2011).

No ato do tombamento e inscrição nos referidos Livros, houve, historicamente, certa hierarquização dos bens tombados, de acordo com Ribeiro (2007). Os classificados como de maior valor patrimonial foram inscritos no Livro do Tombo de Belas Artes, ficando relegados ao Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, os tidos como de menor valor, mediante processos de alteração ou ainda o estado de ruína pelo qual estes passavam. A cidade de Cachoeira teve a concretude da institucionalização do tombamento em 1971 pelo IPHAN, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, quando recebeu o título “Conjunto arquitetônico e Paisagístico” e de monumento nacional.

Quanto ao título e escolha do livro de tomo, eles podem representar uma gama de características da cidade, que devem estar presentes nos pareceres técnicos do ato do tombamento<sup>18</sup>. De uma maneira geral, segundo Ribeiro (2007), a presença de um determinado bem em um específico livro do tomo, dentre os quatro tipos supracitados, não tem suscitado,

<sup>18</sup> Não existe nem em Cachoeira, tampouco na Bahia, uma cópia do processo de tombamento de Cachoeira-BA. O dossiê com os pareceres técnicos e demais documentos encontram-se no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro-RJ, o que dificultou o acesso para uma análise efetiva de tal documento.

nos órgãos competentes, políticas específicas para qualidade de cada um destes. O Jornal “A Cachoeira”, em uma das suas publicações, de maneira crítica, sublinhou esta ausência de direcionamento: “Deu-lhe esse ato, no entanto características definidas estruturando-lhe as condições já existentes, mas sem disciplinação e sem método. Já sabíamos todos nós que a Heróica era um monumento” (Jornal “A Cachoeira”, 28/02/1971, Nº 1510).

Tanto o livro do tombo, como o título dado a determinado bem na ocasião do tombamento, não têm representando políticas específicas para o tratamento e a gestão desses bens à posteriori.

Uma questão que se coloca refere-se ao sentido de abordar os significados e os usos da paisagem urbana numa cidade tombada pelo seu conjunto paisagístico como é Cachoeira. Outro ponto que se apresenta é a distinção entre a concepção de paisagem cultural dos órgãos de preservação e a paisagem cultural no âmbito geográfico (mesmo reconhecendo a coexistências de múltiplas acepções dentro da geografia e mesmo dentro da abordagem cultural com alguns elementos diferentes e outros comuns entre si). A paisagem urbana como objeto de políticas públicas incita questionamentos no objeto de estudo em questão. Como isso ocorre em Cachoeira? Como as instituições e o planejamento urbano têm agregado ações voltadas para a paisagem da cidade? São situações que foram investigadas no decorrer da pesquisa.

Nos contextos nacionais e, sobretudo no internacional, a paisagem também é situada como importante na construção de identidades nacionais pelas instituições. Essa utilização da paisagem para a constituição da identidade nacional se dá, especialmente, nos países europeus. Conhecidos por seu pioneirismo na relação paisagem e identidade, torna-se comum entre eles, atlas de paisagens de cada nação como procedimento identitário e ao mesmo tempo de divulgação dessas referidas paisagens. Notamos que a paisagem tratada por eles usualmente é a materializada, prevalecendo os elementos morfológicos em detrimento dos elementos subjetivos. Uma visão de paisagem comum nos órgãos de preservação do Brasil e do mundo.

De acordo com Ribeiro (2007), frequentemente, os órgãos de preservação têm suas cadeiras ocupadas, em sua maioria, por arquitetos, em detrimento da participação de sociólogos, antropólogos, geógrafos, dentre outras áreas de conhecimento. Esta particularidade condicionou a ação dos órgãos de preservação a um ponto de vista da preservação de memória meramente estética, pautada, na maioria das vezes, na coleção de exemplares arquitetônicos. Em prejuízo ficavam outras matrizes culturais nem sempre tão

materializadas, mas de relevante valor. Devemos ressaltar que estas outras matrizes culturais, aqui colocadas, possuem frequentemente suas materializações na paisagem, porém, na maioria das vezes, trata-se de formas relegadas e olvidadas no processo de patrimonialização por muito tempo. Neste âmbito, podemos citar o primeiro tombamento de um terreiro de candomblé, o Ilê Axé Yá Nassô Ohá – o terreiro de Casa Branca do Engenho Velho da Federação –, em 1985, que, em certa medida, tornou-se emblemático e de certo modo polêmico, devido à legitimação da arquitetura de “pretos e pobres”, que em nada lembrava os “padrões oficiais” dos monumentos, e representava uma matriz religiosa, até então, tida, por muitos, como de valor folclórico, ao mesmo tempo em que a sua sacralidade era atrelada a ritos satânicos.

Desse modo, a diversificação tipológica pela qual passa o patrimônio, bem como a sua ampliação, tem trazido uma nova tônica aos órgãos de preservação, no momento em que fazem emergir a necessidade da congruência de outras áreas de conhecimento para dar conta da complexidade que se apresenta. Se fazem necessários novos modos de pensar e de gerir o patrimônio.

A paisagem surge como uma possibilidade de integração para os tão historicamente fragmentados natural/cultural, material/imaterial na abordagem do patrimônio, de acordo com Castriota (2009). Assim, a paisagem se oferece como um aporte teórico e metodológico para um entendimento mais completo e complexo do que deve representar o patrimônio, bem como pode apresentar caminhos para as políticas de preservação mais eficazes, contanto que não se caia nas armadilhas do conceito de paisagem, a exemplo de seu entendimento como estritamente morfológico.

Atualmente alguns trabalhos e projetos desenvolvidos buscam fugir da concepção de paisagem como moldura, a exemplo da inserção de bens relacionados essencialmente a natureza na lista do patrimônio mundial da UNESCO como paisagem cultural. Ou seja, sai de cena, a visão de paisagem como ambiência e moldura no momento em que ela mesma, a paisagem “cultural”, é o bem a ser preservado. A adoção da categoria paisagem cultural pela UNESCO, ocorreu no ano de 1992, trazendo concepções diferenciadas com relação às anteriores, uma vez que a paisagem passou a ser conotada como o próprio bem passível de preservação. As paisagens tornaram-se consideradas como ilustrativas da evolução humana e seus registros ao longo do tempo, sobre contingências físicas e influenciadas pelas relações sociais, culturais e econômicas. Todavia, para receber a categorização de paisagem cultural critérios, como autenticidade e componentes distintivos, distanciaram a paisagem urbana de muitas cidades coloniais da seleta lista do órgão. Assim, Cachoeira não concorre para obter



este distintivo, pois, como elucidada a UNESCO, trata-se de uma lista contemplativa e não exaustiva dos bens.

Um problema que se coloca refere-se ao congelamento de paisagens históricas<sup>19</sup>, por meio do processo de museificação e conseqüente processo de petrificação acenada por Jeudy (2005). Tal processo consiste na transformação da cidade em um museu a céu aberto, haja vista o patrimônio urbano concentrado e “congelado”. Em contraponto, argumentamos que se trata de um espaço vivo que constantemente sofre modificações e (re)significações mediante transformações trazidas pelos fluxos de pessoas e de informação. Quanto às relações existentes entre paisagem e identidade, devemos ponderar que é complicado reconhecer determinada paisagem como de cunho identitário, pois nem sempre a maioria da população a reconhece como tal. Muitas vezes a identidade se faz presente muito mais como um discurso. Ou ainda, como um traço de uma determinada cultura hegemônica que se pretende servir como padrão identitário de uma população na seleção de símbolos comum a todos.

O privilégio da forma sobre o significado coletivo dos bens culturais imbrica-se com os critérios formais utilizados pelos arquitetos em detrimento da representatividade histórica. Entende-se que as formas são criadas pelas relações sociais ao mesmo tempo em que estas se (re) produzem, pois “[...] a existência social dos seres humanos não se faz fora de sua existência material” (OLIVEIRA; MORAIS, 1996, p.100). Assim, as formas criadas pelo homem são imbuídas de intencionalidades e conteúdos nem sempre explícitos a um primeiro exame. Entretanto, o respaldo da forma trabalhado pelos órgãos de preservação, sobretudo inicialmente, pautou-se num viés estético e de legitimação cultural.

Ao instituir um livro do tomo paisagístico, revela-se de certa maneira o interesse em considerar a paisagem como um bem passível de tombamento que a priori restringiu-se às paisagens fruto do trabalho humano. Na abordagem cultural tradicional da geografia isso também ocorreu de maneira similar. Para os geógrafos dessa linha (Sauer, Vidal de La Blache), a paisagem cultural é aquela fruto do trabalho humano, símbolos de gênero de vida, produções agrícolas trazendo um traço forte no que concerne o rural, ao contrário dos órgãos de preservação que a priori privilegiaram o urbano. Podemos afirmar que todas as paisagens são culturais, à medida que tenham o homem como leitor – por meio dos seus filtros individuais e coletivos – e (re) significador dos seus símbolos.

O ponto alto da inserção do conceito de paisagem no contexto brasileiro se dá quando o IPHAN, através da portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, estabelece a chancela da

---

<sup>19</sup> Todas as paisagens são históricas, porém estamos aqui tratando as que são institucionalmente preservadas através do tombamento.

paisagem cultural brasileira. Entre leis e decretos que amparam tal chancela – tais como: a Constituição Federativa de 1988, o decreto de nº 3.551 de 04/08/2000 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, a lei que rege o Estatuto da Cidade nº 10.257 de 10/07/2001, dentre outros –, aponta-se como justificativa para tal chancela, os processos de expansão urbana e a globalização como responsáveis pela homogeneização tanto das paisagens urbanas, quanto das paisagens rurais. Dentre as prerrogativas de tal portaria enumera-se também a importância de ações administrativas e institucionais de preservação de porções peculiares, produto da interação homem meio, com o intuito de estimular a dimensão afetiva do território. O caráter sintético da portaria encontra-se no seguinte parágrafo que traz o cerne da questão:

Considerando que os instrumentos legais vigentes que tratam o patrimônio cultural e natural, tomado individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais, resolve:  
Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional (IPHAN, 2009).

A concepção de paisagem aparece como integradora. Dentre os intuitos encontra-se preservar as marcas e os valores da ação humana sobre as porções do território. Segundo Rodrigues (2010), o objetivo principal da chancela: “é atribuir um selo de reconhecimento a porções singulares do território nacional, locais nos quais a interrelação entre a cultura humana e o meio natural reproduzem na paisagem uma identidade peculiar” (RODRIGUES, 2010, p. 81). Em tese, trata-se de um pacto entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada numa tentativa de integração por meio de um plano de gestão.

Neste limiar, salientamos a relevância do trabalho de desnaturalização, como nos propõe Ribeiro (2007), tanto do conceito de paisagem – como mero aspecto visível – e de patrimônio genuíno – como legado herdado para as gerações vindouras. Para tal, torna-se necessário fugir das superficialidades que por tanto tempo permearam os estudos de paisagem, bem como de patrimônio, buscando dar conta da profundidade e da complexidade que envolve seus significados. O patrimônio e a paisagem também se encontram ancorados no tocante ao sentido mercadológico em que os mesmos têm sido inseridos. No jogo de competitividade entre os diversos lugares, o patrimônio e a paisagem são mobilizados para estabelecerem-se como uma vantagem competitiva, como um caráter de especificidade local, que ao mesmo tempo proporciona para a cidade que os possui um potencial globalizador.

Paisagem e patrimônio são trazidos para a esfera da economia urbana, por meio de um ativo cultural. Dentre as promessas e intuitos de tal tratamento do espaço, pautado no uso do

patrimônio e da paisagem urbana, temos o aumento do fluxo de turistas, a possibilidade de fixar residentes de outros níveis econômicos, a criação de uma esfera pública ideal [atrelada a um discurso urbanístico vinculado à acepção de urbanidade, valorização da memória, além de práticas de inclusão social pela valorização identitária], criação de novos empregos, além da captação de novos serviços, dentre outros elementos que inserem a cultura na promoção de novos dinamismos econômicos.

### 2.3 O PATRIMÔNIO E AS LÓGICAS DE CONSUMO CULTURAL

Aqui neste ponto é interessante sublinhar como as tipologias de patrimônio por vezes citadas (arquitetônico, histórico-artístico, cultural, natural) estão imbricadas às paisagens e como, ao mesmo tempo, cada tipo tem sido valorado e apropriado pela atividade econômica turística (turismo histórico, étnico, de natureza, de festas, dentre outros), concebida como estratégias de valorização econômica desses bens culturais.

Segundo Oliveira (1997), a própria UNESCO incentivou a exploração econômica do patrimônio, ao promover a importância do desenvolvimento da atividade do turismo para a conservação e a geração de renda para as cidades históricas. Neste caminho, Sant’anna (1995) alerta que as áreas tombadas passaram a ser tidas como verdadeiras “mercadorias culturais”. É importante observar que a cidade tornou-se, ela própria, informação comercializável, uma vez que o patrimônio, de certa forma, é informação constituindo-se assim num ambiente a ser consumido. Dessa forma, o patrimônio em sua origem é um bem a ser consumido. Todavia, o ponto aqui ressaltado é quando o capital se apropria da cultura das cidades patrimoniais como mais uma forma de acumulação transformando-as em mais um produto.

A utilização do patrimônio como produto para consumo coloca aquilo que deveria ser valor de uso, dada a representação simbólica a qual se propõe, como objeto de valor de troca, um espetáculo, uma “alegoria” (CHOAY, 2006). O prolapado legado da humanidade acaba, por muitas vezes, não representando um patrimônio a nível local, devido à mundialização de valores instituída mediante as referências ocidentais, à intencionalidade da manutenção de uma específica identidade urbana e de uma visão de mundo, além da apropriação desse patrimônio por agentes externos.

Algumas correntes teóricas questionam e problematizam a presença do patrimônio, bem como as atuações e estratégias a eles imbricadas. A preservação das formas patrimoniais arquitetônicas está atrelada, para autores como Jeudy (2005) e Arantes (2001), à concepção de espetacularização das cidades. Vinculada à transformação da cidade, lócus deste processo,

num cenário para espectadores especiais, a espetacularização tem como foco central os turistas, visitantes, moradores esporádicos e outros usuários. Castro (2009) abordou o processo de espetacularização e mercantilização urbana da cultura articulados pela propaganda, publicidade, divertimento e envolvendo investimentos em imagem e empreendedorismo urbano. Para tal autor:

No contexto atual, no qual intensifica-se a utilização de expressões como “marketing urbano”, a cultura urbana tem maior projeção e visibilidade. Ela é mercantilizada por meio dos objetos fixos (áreas tombadas como patrimônio histórico e que passaram por processos de revitalização) ou pelos atributos culturais cíclicos espetacularizados em eventos que produzem novas formas e dinâmicas espaciais (CASTRO, 2009 b, p. 489).

Cachoeira reproduz tal situação no tocante ao patrimônio edificado e às festividades, referente tanto à atuação dos entes federais e estaduais, quanto ao municipal. Todos têm traçado as suas estratégias para “a venda da cidade”, de uma imagem, uma marca “embebida em um sincretismo e hibridismo de roupagem como imposição mercadológica” (CASTRO, 2009 b, p. 489). Assim, através da lógica do consumo cultural, as cidades garantiriam sua inserção nas redes internacionais, atraindo investimentos estrangeiros para “revitalização” de antigos centros urbanos, além da inserção na rede de cidades turísticas de cunho cultural, mesmo sobre pena da petrificação da cidade (JEUDY, 2005).

Para além da petrificação – congelamento das feições da cidade patrimonial – a manutenção do patrimônio arquitetônico pode levar à museificação urbana, segundo Jeudy (2005), que consiste na transformação das cidades em museus a céu aberto, haja vista o patrimônio urbano ali encontrado e apropriado para prática da exploração cultural. Na discussão sobre a produção do espaço, o cotidiano e a museificação da cidade, Henrique (2009 b) expõe que: “as formas são passíveis de serem tombadas, congeladas, conservadas (...) pelas suas características de fixos espaciais comportam a petrificação, vista inclusive como uma possibilidade positiva do planejamento e gestão de cidades” (HENRIQUE, 2009 b, 191). Mas o referido autor, ao trazer a análise o par dialético forma/conteúdo, traz ponderações concernentes ao tombamento dos conteúdos das cidades patrimonializadas: “[...] os conteúdos não são passíveis de serem tombados (...). Permanência e mudanças são centrais na construção dos conteúdos. Dessa forma, o conteúdo e o cotidiano tombados a força criam uma paralisia da vida” (HENRIQUE, 2009 b, 192).

Contraditoriamente, argumentamos que a destruição de artefatos culturais pode levar à perda da temporalidade do homem. O desmanche das mais antigas construções sempre esteve

atrelado aos impulsos do domínio do capitalismo periférico, de modo que as cidades que permaneceram com suas antigas feições foram as que estiveram à margem do crescimento capitalista, a exemplo de Cachoeira, visto que o processo de tombamento chegou tardiamente. Se a cidade permanecesse sempre numa escala ascendente de crescimento econômico, certamente não teria mantido boa parte de sua feição arquitetônica. Segundo Carvalho (1999):

A realização das dimensões da essência humana é possibilitada, entre outras coisas, pelos artefatos criados pelo trabalho humano, do homem para o homem, numa escala de tempo cada vez mais historicizada. No entanto, as cidades sob a hegemonia da modernização capitalista tardia, mudaram mais depressa que seus cidadãos prejudicando, portanto, esta realização da essência humana. A existência humana e os espaços historicizados modernos têm tempos cada vez mais descontínuos e desconexos (CARVALHO, 1999, p.102).

Esboçada mais esta visão adicional sobre o patrimônio, pontuamos que a exposição de diferentes formulações teóricas aqui colocadas não consiste na pretensão de classificar, tampouco de criar uma binarização a respeito do patrimônio que o qualificasse como positivo ou como entrave para as cidades que possuem tal bem, quer seja para os seus moradores ou ainda para aqueles que a visitam. A intenção aqui pretendida é mostrar justamente as contradições que circundam o patrimônio na contemporaneidade, contradições estas que estiveram presentes desde a ascendência do patrimônio, de modo que na contemporaneidade suas questões se acentuam ainda mais mediante as novas dinâmicas da sociedade.

O objetivo proposto, dentre outras questões, é trazer para análise os significados que o patrimônio cachoeirano passou a ter ao longo dos tempos, os agentes que atuam sobre o mesmo, bem como as formas de usos. O patrimônio representa um produto de diversas temporalidades e, portanto, a ele tem se dado diferentes usos do tempo e do espaço, atrelados a transformações, contradições e (re) significações pelas quais passam o patrimônio e o espaço urbano. A presença de formas patrimoniais – e as diferentes formas de uso destas – esboçam processos socioespaciais específicos, constituídos por conflitos e territorialidades principalmente na cidade em questão.

Um questionamento que se coloca é sobre a relação que os moradores têm com os monumentos, ou melhor, com o patrimônio arquitetônico, e de que forma os grupos sociais fazem uso destas monumentalidades e como estas são cooptadas pela atividade do turismo. Mediante estes aspectos, alteram-se os valores de uso e de troca, visto que a cidade como construto humano na contemporaneidade está pautada no capitalismo, tornando-se um espaço com valor de uso e valor de troca.

O espaço e as representações como valor de troca revelam-se como uma mercadoria com relações de cambialidade e preços, ou seja, tornam-se um produto. O espaço como valor de uso imbrica-se com as necessidades da reprodução da vida, além de estar atrelado à cidade como obra. Devemos salientar que ambos, valor de uso e valor de troca, não se constituem como pólos antagônicos, de modo que a presença de um não prescreve o fim do outro, instituindo-se, portanto, relações complexas, pois os mesmos podem coexistir no mesmo espaço. Além disso, a apropriação social da cidade não se dá apenas pelas normas racionais impostas, pois alguns grupos sociais encontram maneiras de transgredir estas normas, coexistindo outros usos.

No livro “Corpos e Cenários Urbanos”, organizado por Jeudy e Jacques (2006), os referidos autores assinalam que as ações de preservação enquadram até certo ponto o tempo, exercendo uma forma de “prisão” da memória e da percepção das pessoas. Isso corresponde a uma estratégia de cenarização da cidade por meio da cultura e da arquitetura. Assistimos, pois, a uma mercantilização do tempo e da memória coisificada, movida pela globalização do espaço que envolve as esferas econômicas e culturais. Neste processo são redefinidas as relações entre o público e o privado, de modo que as alterações ocorridas nos espaços públicos, na maioria das vezes, atendem ao interesse corporativo privado no processo de (re)produção da cidade como parque temático (FERNANDES, 2006).

Estas mudanças implicam numa nova racionalidade da cidade, transformando-a em produto a ser consumido, além de condicionar a supremacia de determinados usos e funcionalidades. Estas ações repercutem também sobre o planejamento urbano, que cada vez mais tem agregado as demandas externas aos planos, em detrimento das necessidades dos moradores sob lema de uma Renovação Urbana essencialmente pautada num movimento de culturalização. No “fundo”, o que tal Renovação traz de novidade é uma nova roupagem para a cidade na medida em que seus logradouros e edificações são requalificados e restaurados. Acrescentamos o aparecimento de novos fluxos e interesses econômicos. De resto, permanecem as ações – ou ausência delas – atuando para a manutenção do tão antigo *status quo*.

## 2.4 RENOVAÇÃO URBANA E MOVIMENTO DE CULTURALIZAÇÃO

Os movimentos modernistas e pós-modernistas trouxeram alterações relevantes na seara da arquitetura, trazendo à tona a valorização de outros aspectos antes olvidados ou reprimidos. Se, por um lado, estes movimentos avançaram ao obter maior autonomia através

da libertação da arte da igreja por meio da burguesia, por outro promoveu a racionalização capitalista da dimensão cultural e o fetichismo da forma.

Nos ateremos ao pós-modernismo para explicar o objeto de estudo. Segundo Arantes (2001), neste movimento tem-se a fase da cultura do capital, no qual as mudanças do capitalismo repercutem com mais vigor sobre a lógica cultural. De certo modo, observa-se que no tratamento das cidades e dos seus espaços públicos, a política passa a ser substituída pela estética nos projetos. Resumem-se os conflitos à dimensão da aparência. Não que antes tal postura não existisse, entretanto neste período se tem uma maior propagação dela.

Nestas novas formulações denominadas de Renovação Urbana nos centros e cidades históricas, o viés cultural encontra-se pautado no convívio estetizante da cidade. Embasado numa dita “requalificação”, que lesa a construção de um planejamento urbano mais efetivo, a cidade passa a ser vista como um repertório de símbolos. E o novo, antes tão perseguido, passa, nessa conjuntura, a dar lugar à apologia da diversidade, sacramentada nos museus que dizem conter os cenários da vida pública.

Notamos, pois, uma valorização do passado, não só na seara da arquitetura como também em diversas áreas. Ou seja, deixa-se, a priori, o movimento moderno que preconizava o novo e que tinha uma visão da história como um processo progressivo – sempre para frente –, para uma atualização instantânea do passado. Uma espécie de memória, pautada num culturalismo historicista e em seu aprisionamento. Estes movimentos têm o seu rebatimento no urbanismo e na arquitetura e, de acordo com Fernandes (2006), produzem uma espécie de mercantilização do tempo e da memória.

As estratégias criadas de consumo da cultura remetem ao tratamento da memória coisificada. Por muitas vezes, esse processo é pautado numa retórica de cunho didático que privilegia determinadas ideologias e agentes, dando-lhes ênfase e trazendo-os à luz enquanto que, paralelamente, ofuscam-se tantos outros processos e ideologias que se pretende ocultar. Assim, vivemos uma colonização do tempo histórico, que contempla a fragmentação e a multiplicação deste, sob a égide do consumo cultural. O passado entra na linha da produção, por meio dos museus, galerias e centros incorrendo na historicização das tradições populares, não só na cidade de Cachoeira, como também nos diversos centros históricos que perpassam pelo processo de patrimonialização<sup>20</sup>.

Ao enquadrar, até certo ponto, o tempo, as ações de preservação pode exercer uma forma de prisão da percepção do cidadão. Principalmente quando as festas, as obras de arte, a

---

<sup>20</sup> O processo de patrimonialização é caracterizado por Fernandes (2006) como a transformação convulsiva de objetos, bens, saberes em patrimônio, transformando a cidade numa coleção de símbolos.

arquitetura, dentre outros, colocam a cidade na perspectiva da animação cultural escamoteando os problemas sociais. A arquitetura e o urbanismo, assim entendidos, de acordo com Jeudy e Jacques (2006), concorrem para o desenvolvimento do marketing de imagem da cidade fortalecendo o aparecimento destes processos.

A arquitetura, neste contexto, é tida como uma vitrine, embutida na relação forma-mercadoria, sobretudo na cidade em questão. Assim, não é possível dissociar a evolução da arte e da arquitetura da sua forma de inserção no mundo capitalista, num momento em que a dialética forma-mercadoria se generaliza e se complexifica. É proeminente uma correlação entre arquitetura e a modernização capitalista, visto que as imagens arquitetônicas funcionam como imagens publicitárias.

Para Jeudy (2005) não passa de uma teatralização da vida cotidiana, na qual a história da cidade é transformada em estética da memória, consagração da cena e mediação urbana. À arquitetura é delegada a tarefa monumental de tonificar o espaço público. O mesmo espaço público que é apropriado pelo capital é o propulsor de novos espaços urbanos. E a ideologia do espaço público enunciado pela fisionomia da cidade é definida agora por uma nova estratégia, ao mesmo tempo em que o modelo urbano que prometia a priori desenvolvimento acaba por acentuar ainda mais os problemas sociais.

De acordo com Harvey (2005), a busca por novos objetos de consumo levou à diferenciação de produtos do projeto urbano mediante as preferências estéticas. Neste processo, a cultura tem sido transformada em capital simbólico, passível de acumulação. A cultura, neste sentido, passa a ser as próprias coisas, ou seja, transformada em objeto, fato este que tem acirrado o consumo da cultura e a ação dos promotores culturais:

A pretensa “apropriação simbólica” via encenação das diferenças, patrocinadas pelas políticas patrimoniais e culturais dos governos e outras entidades locais, tanto quanto o propósito de acertar contas com o esteticismo e a frivolidade das pós-filosofias contemporâneas, cujo “texto” pretende com involuntária razão “apenas” reproduzir esses mesmo processo indefinido de desdiferenciação cultural (ARANTES, 2001, p. 154).

As ações supracitadas podem incorrer na cidade no processo de sedimentação dos tempos, sob a lógica do raciocínio urbano pautada na qualidade estética e nos atributos repetidos internacionalmente. São redefinidas as relações público e privado, de modo que as alterações ocorridas no espaço público atendem aos interesses corporativos privados. As intervenções no espaço público transformam-no num complexo turístico para o novo nicho de consumo. Serpa (2007) acrescenta ainda que os centros históricos, para além da apropriação da imagem da cidade, são transformados em cenários para grandes festas, como no caso dos



festejos juninos. Assim, de acordo com Fernandes (2006), a fratura do tempo (através da mercantilização da memória) e a fratura do espaço (dentre outras questões, por meio da “venda” do espaço público) transformam a cidade num grande mecanismo de tração de investimentos e consumo e estes, por sua vez, trazem à cidade tantos outros fluxos.

## 2.5 PLANEJAMENTO URBANO EM CACHOEIRA E PROMOÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE

Sendo o planejamento uma ação relacionada, frequentemente, a uma parcela da sociedade, é relevante explicitar as intencionalidades incutidas em suas ações. Segundo Santos (2006), a análise da intencionalidade permite entender de maneira crítica as relações entre sujeito e objeto, entre o homem e o seu entorno. No caso do planejamento urbano, é importante discutir as intencionalidades incutidas neste e o que pode esconder o seu discurso ordenador de uso e ocupação do solo. Ao analisar as questões implícitas ao planejamento pode-se perceber em que medida este pode representar solução, sobre que circunstância e sobre que tipos de propósitos (BITTENCOURT, A. S.; CELESTINO, L. F., 2010).

Neste contexto, o Estado não deve ser o único agente de planejamento. A população, dada a sua importância na produção do espaço urbano, não pode mais ser reduzida à crítica daquilo que está posto, mas colocada como possível autora de propostas e de estratégias. Assim, o planejamento urbano de caráter participativo deveria, em tese, seguir este caminho, convidando e ouvindo a população nas audiências públicas para a construção de um plano mais adequado.

Henri Lefebvre (2004), em “O Direito à Cidade”, reflete como a questão urbana excede o círculo dos técnicos, especialistas e dos intelectuais:

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações. Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem poderes de um taumaturgo. Nem um nem outro cria relações sociais (LEFEBVRE, 2004, p. 107).

Apenas a vida social em sua práxis possui elementos para tal. Lefebvre (2004) nos convida a repensar as necessidades sociais, inerentes à sociedade urbana: “[...] de unidade e diferença, isolamento e encontro, (...) de imediatividade e de perspectiva a longo prazo” (LEFEBVRE, 2004, p. 103). Estas necessidades devem ser levadas em consideração, sobretudo com relação aos moradores. Os profissionais acima citados podem em equipe

auxiliar na formulação, podendo propor e preparar ações. No momento do planejamento, normalmente, arquitetos e urbanistas voltam-se para questões como função, forma, elaborando planos não a partir das significações vividas por aqueles que habitam, mas por suas interpretações acadêmicas, marcadas por implicações ideológicas, assim como pelas instituições a que estão vinculados. Segundo Serpa (2007), ocorre uma valorização do espaço percebido (percepção) e concebido (pelas estruturas de planejamento e poder em detrimento ao vivido), sendo a exposição e a visibilidade colocadas como carro-chefe.

Por estas razões, não se pode colocar planejamento e urbanismo como sinônimos, visto que o urbanismo é apenas uma modalidade específica da atividade planejadora. A sociedade em sua dinâmica deve ser analisada em seu contexto. Quanto ao Estado, muitas vezes, atua mantendo a situação de injustiça e de desigualdade. Não será alterando formas espaciais, criando outras, embelezando certas áreas que se cumprirá a função social da cidade. Assim, as intervenções necessitam de consulta e a população deve ser oportunizada e conscientizada a participar. E em se tratando de uma cidade histórica, a preservação dos bens culturais representa o cumprimento da função social da propriedade segundo a Constituição Federal de 1988.

Os órgãos de preservação com o passar do tempo foram assimilando novas acepções e convenções. Tais modificações sugerem a complexificação das políticas públicas patrimoniais e das atividades de planejamento. Tanto os órgãos de preservação, quanto os de planejamento devem buscar uma congruência de esforços para traçar os destinos das cidades com realidade patrimonial.

No que concerne o Plano Diretor em cidades patrimoniais – forma de planejamento que foi analisada a míude neste trabalho –, o tombamento aparece como prática antiga na preservação dos bens culturais que carece de um mecanismo de gestão atual através da observação das áreas de preservação nos Planos Diretores (CASTRIOTA, 2009). Quanto à preocupação com a dimensão qualitativa do espaço, esta não deve se restringir apenas às áreas de maior importância histórica, mas se estender a toda cidade, visando à melhoria do espaço urbano, dando prioridade à linguagem urbana e aos usos de cada espaço.

Quando o Plano Diretor tem as suas ações embasadas num planejamento de cunho estratégico, como ocorreu em Cachoeira, e que coloca os interesses privados acima dos interesses das demais coletividades, tem-se um plano, que se de todo implantado, colocaria a cidade ainda mais na orientação mercado-produto. Em detrimento das preocupações sociais, acentua-se o *marketing* urbano para atrair investidores e turistas. O planejamento urbano embasado no viés esteticista e a partir da simbiose cultura e cidade trata o espaço urbano de

modo superficial através do culto ao embelezamento e da exacerbação da dotação turística de tal núcleo urbano. Estas ações carregam intencionalidades relacionadas à reprodução do capital por meio da exploração da cidade, pois não é um produto que está à venda, e sim, a cidade como um todo.

Reconhecemos o Plano Diretor como importante instrumento da política urbana, presente no Estatuto da Cidade, que tem como intuito criar estratégias para o desenvolvimento urbano compatível com a realidade e as necessidades de cada município e de propiciar que se cumpra a função social da cidade e da propriedade. Com diversas ferramentas previstas no Estatuto da Cidade (políticas, jurídicas e administrativas), o Plano Diretor pode auxiliar no enfrentamento de diversas dinâmicas urbanas como a especulação imobiliária, e, no caso de Cachoeira, o processo de gentrificação, dentre outros. Para as cidades históricas patrimonializadas existem ferramentas específicas de estímulo à preservação que podem ser aplicadas, como: isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Transferência do Direito de Construir<sup>21</sup> (TDC), direito de preempção<sup>22</sup>, dentre outros benefícios fiscais que podem auxiliar na conservação urbana. Estes últimos são indicados como possibilidade de gerenciamento, uso e ocupação dos lotes vazios e em ruínas, utilizando-os para a implementação de equipamentos públicos, sobretudo.

A avaliação de um Plano Diretor deve se basear num viés crítico, buscando entender para que caminhos apontam suas estratégias e que agentes sociais serão favorecidos com seus instrumentos e diretrizes. No caso de Cachoeira, dentre os objetivos traçados no plano, temos a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico cultural, arqueológico e paisagístico, além de uma dita revitalização cultural e fortalecimento da identidade. Os esforços foram direcionados para combater problemas relacionados a esvaziamento econômico, crescimento desordenado, degradação ambiental, enfraquecimento da identidade, dentre outros.

Em Cachoeira, os programas presentes no Plano Diretor são chamados de eixos estratégicos e trazidos em imagens de futuro. Nas ações, os eixos temáticos são destinados ao desenvolvimento econômico e social, afirmação da cultura, preservação da história, dentre outros. A afirmação da cultura como objetivo e eixo estratégico pauta-se na identidade, na estima e no resgate de memória da cidade. No quesito preservação histórica, os projetos visam

---

<sup>21</sup> A transferência do direito de construir faculta o exercício desse direito em imóvel distinto do que originalmente o detinha. Mecanismo útil para a implantação de equipamentos urbanos, para a preservação do patrimônio e para a regularização de áreas ocupadas por população de baixa renda, pois reduz os custos de desapropriação.

<sup>22</sup> O direito de preempção assegura preferência ao poder público na aquisição de imóveis urbanos. Objetiva permitir a formação de estoques de terras públicas sem a necessidade de procedimentos de desapropriação.

a uma referida difusão do conhecimento histórico, educação patrimonial, envolvimento da população na ação fiscalizatória. Todavia, estas ações delineadas têm como objetivo expresso no Plano Diretor a garantia de atração para os visitantes e uma dita auto-estima do cidadão local no mínimo questionáveis, pois corre o risco de “cair” no engodo da inclusão social pela valorização identitária. Tanto a seção da valorização do meio ambiente quanto a de preservação histórica pautam-se na garantia de atração para os visitantes.

Castriota (2009), em seus estudos sobre os diversos centros históricos do país, bem como as políticas e instrumento a eles empregadas, buscou elucidar as particularidades dos Planos Diretores em cidade históricas. Dentre as questões enumeradas pelo referido autor, encontramos a dissociação entre os órgãos de preservação e órgãos de planejamento urbano, tendo em vista que os primeiros ancoram-se, a priori, num preceito de cidade como objeto estético, desvinculada da preocupação com o desenvolvimento urbano. Do outro lado, os órgãos de planejamento estariam calcados num viés essencialmente funcionalista e sem considerar os aspectos qualitativos de tal espaço. Estes seriam, em tese, um problema comum às cidades patrimonializadas.

Entretanto, há que se fazer uma atualização desse processo de dissociação explicitado pelo autor. Já há algum tempo as instituições de preservação e os diferentes entes federativos têm compartilhado responsabilidades no tocante ao planejamento de cidades consubstanciado à preservação patrimonial, e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas) é uma exemplificação mais recente disso, constituindo-se num pacto que estabelece a participação das prefeituras e do governo do Estado, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério da Educação, IPHAN, Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Petrobras, CAIXA e Banco do Nordeste. As ações vão desde a requalificação de espaços públicos a urbanização e construção de conjuntos habitacionais para realocação de moradias irregulares. Além disso, na construção do Plano Diretor de Cachoeira, a atuação dos profissionais do IPHAN mostrou-se diferenciada, visto que, junto à população civil, por meio de uma comissão, tal órgão envolveu-se na revisão de vários aspectos do plano, tais como: os parâmetros urbanísticos da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), nas porcentagens de permeabilização e no tamanho dos lotes; nos parâmetros urbanísticos dos terreiros de Candomblé; além da correção das delimitações das áreas de preservação rigorosa e simples da cidade, dentre outros aspectos. Desse modo, pode-se ponderar que já existe uma tentativa de minimizar esta dissociação dos órgãos de preservação e os de planejamento e gestão urbana. Entretanto, nem sempre exitosas na prática.

Outra questão relevante do Plano Diretor refere-se à necessidade de integração regional, uma vez que os planos não podem se limitar às obras de “remodelação física”. Devendo ser integrados, tanto do ponto de vista interdisciplinar, como do ponto de vista espacial, articulando a cidade com sua região. No caso de Cachoeira, o plano apresentou-se sem correlação com seu entorno, sequer com São Félix – sua “irmã siamesa”. Ao identificar as vertentes urbanísticas presentes no plano notamos que este possui caráter estruturalista, visto a ênfase dada à estruturação espacial, à preocupação com a implementação de projetos estratégicos, nas quais as funções aparecem separadas por zona. Tais ações levam à simplificação da complexidade mediante a esquematização do uso do solo, rigidez espacial e perda da qualidade. Observa-se uma série de problemas nas diretrizes e estratégias do Plano Diretor de Cachoeira, que se implantado colocaria a cidade nos trilhos dos interesses empresariais, em detrimento das preocupações sociais e acentuando o *marketing* urbano para atrair turistas e investidores.

Para dinamizar o *cluster*<sup>23</sup> de Cachoeira as principais metas são desenvolver inventário turístico diferenciado de modo a garantir uma imagem forte e positiva de “capital do Recôncavo”. Assim, a atividade turística é apontada como rota do desenvolvimento econômico, a partir de “um forte trabalho de *marketing*, articulado com operadoras e agências de viagem (promoção e venda do produto turístico nos mercados-alvo)” (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Cachoeira. Lei do PDU, 2006. Seção I. p, 08).

Constatamos que se trata de um plano genérico, fruto da produção em massa de planos diretores encomendados, com inúmeras falhas e com o direcionamento do desenvolvimento urbano pautado, sobretudo, na supremacia da atividade econômica turística em detrimento de outros usos e na exacerbação da cidade como imagem e cenário. O atendimento às necessidades dos moradores e a leitura do espaço urbano com suas especificidades foram colocados em segundo plano.

As intervenções projetadas para Cachoeira, de modo geral, relacionam-se à qualificação dos espaços de estar público, sendo estes a essência do plano estratégico de Cachoeira. Os projetos estratégicos de intervenção pautam-se na modelagem espacial e nas estratégias estabelecidas para o desenvolvimento municipal. Para tal, são identificados alguns lugares estratégicos [a maioria deles situados na orla fluviomarítima, anexo 01] para a dotação de empreendimentos urbanos voltados para a dinamização econômica e social, visando à atração e à reprodução de capitais e a melhoria das condições de reprodução do trabalho.

---

<sup>23</sup> Arranjo produtivo local, no qual as atividades produtivas são desenvolvidas em conjunto.

Neste contexto, os empreendimentos a serem fomentados pelo poder público, de acordo com o Plano Diretor, devem ser preferencialmente, marcadamente expressivos e capazes de atrair capitais e polarizar mais empreendimentos em seu entorno:

São considerados empreendimentos marcadamente expressivos, ou empreendimentos âncora, os projetos prioritários de cada local estratégico e que têm poder suficiente de atração para gerar efeitos multiplicadores (...) devendo ser marcados por elementos visuais de forte impacto, **que valorizem a paisagem, requalificando seu potencial** (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Cachoeira. Lei do PDU, 2006. Capítulo IV, p. 18, grifo nosso).

É patente nos projetos estratégicos de intervenção urbana presente no Plano Diretor Urbano (PDU) de Cachoeira o acento dado à paisagem. A paisagem é tratada no PDU de Cachoeira como: elemento relevante na demarcação do zoneamento (valores ambientais, culturais e paisagísticos das áreas); passível de gerenciamento e preservação; e como recurso, em certa medida, vendável a um público alvo.

As ações relacionadas aos projetos urbanísticos visam ressaltar e dotar tais paisagens de mais elementos valorados na atividade turística. Os lugares escolhidos para as intervenções foram identificados “visualmente, reconhecidos na paisagem pela sua massa, aparência e configuração espacial” (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Cachoeira. Lei do PDU, 2006. Capítulo IV, p.18). Assim, o partido urbanístico do projeto de Cidade caracteriza-se pela modelagem do espaço como maneira de viabilizar o desenvolvimento econômico da cidade. No trecho a seguir é notório o tratamento dado à paisagem:

**A orla** deverá atender sua **vocação de espaço contemplativo**, qualificando-se através de **uma urbanização que atenda aos interesses de sua inserção no contexto de historicidade sugerido pelas suas edificações de entorno**. Ao longo do Rio Paraguaçu deverá se desenvolver um principal centro gastronômico da cidade, trazendo restaurantes, internet, cafés, charutarias, lanchonetes, etc. (...) Dentre as ações situa-se o bloqueio do tráfego no interior da cidade em especial tendo-se em vista a preservação do patrimônio histórico e da pavimentação da cidade, além do **clima bucólico que a cidade ainda abriga** (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Cachoeira. Lei do PDU, 2006. Anexo 08, Projetos estratégicos, p. 01-02, grifo nosso).

Os projetos urbanísticos e os equipamentos projetados apontam para uma cidade transformada em “Parque Temático” (FERNANDES, 2006), em que o espaço é colocado como palco e a população moradora como atores deste cenário, sobretudo no tocante ao turismo étnico. A proposição da Cabana da Roda (local de apresentações das manifestações afro que se localizaria na orla fluviomarítima) no Plano Diretor corrobora com tal afirmação, visto que a implementação e a utilização de tal equipamento pressupõe, de certa forma, o

deslocamento dos sujeitos destas manifestações culturais para a condição de personagens para ‘turista ver’. Este projeto instiga um processo mais amplo relacionado à folclorização das manifestações afrobrasileiras, uma vez que, o mesmo se insere dentre os projetos estratégicos do plano que tem como objetivo a garantia da atração para o visitante:

Na área onde se define o território de culto afro, uma **urbanização temática e lúdica** deverá ser inserida, **contextualizando e valorizando o local**. Elementos comuns a cultura afro, irão compor os equipamentos de uso público. Nas margens do rio, uma grande área será destinada a eventos de manifestação da cultura afro, reforçando o seu uso com a implantação de uma grande Cabana da Roda (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Cachoeira, Anexo 08, Projetos estratégicos, p.02, 2006, grifo nosso).

O projeto do território de culto afro (Figura 2) caracteriza-se como uma estratégia com vistas a ressaltar elementos de uma referida cultura, utilizando-se da tática de estimular uma referida percepção de modo intencional. De acordo com Castello (2007), na contemporaneidade nota-se uma tendência a projeção de espaços sob condições especiais: “[...] geralmente envolvem temas específicos, inspirados ou não nas realidades locais, suas formas resultam em geral de um processo de clonagem realizado sobre as formas que melhor caracterizam o tema específico escolhido” (CASTELLO, 2007, p. 196). Trata-se uma clonagem contextualizada [tentativa de replicar as características dos espaços por meio de projetos urbanísticos] na qual a intervenção formal se dá por meio do reforço de uma imagem. A noção da observação do contexto na metodologia projetual insere-se como uma tentativa de imitação das representações de um determinado grupo social. “A tendência que parece predominar na clonagem contextualizada é a de favorecer o desabrochar de uma estetização da paisagem” (CASTELLO, 2007, p. 215).

**Figura 2 – Urbanização Temática da Praça do Culto Afro do Plano Diretor**



Fonte: PDDU de Cachoeira. Anexo 08.

Desse modo, o planejamento urbano de Cachoeira, no representativo do Plano Diretor, “engrossa o caldo” no sentido da promoção da imagem urbana, traçando estratégias de cenarização da cidade que, se aplicadas, poderiam implicar numa nova racionalidade da cidade, pautada na exacerbação de seus símbolos culturais e da utilização mercadológica destes.

Dias (2008), em seus estudos sobre Maringá-PR, trata a paisagem da cidade e os projetos urbanos sobrepostos a ela como uma forma de palimpsesto. Devemos considerar que estes projetos urbanos e seus equipamentos trazem novas dinâmicas à cidade, na medida em que as formas prescindem um conteúdo, o que, por conseguinte, traz novos fluxos para a cidade. No caso de Cachoeira, o PDU centrou-se na implementação de equipamentos de lazer às margens do rio Paraguaçu, bem como em diversos espaços públicos da cidade e em alguns distritos, visando à potencialização e ao aproveitamento da dotação turística da cidade. Tal iniciativa explicita a supremacia de um uso, da atividade turística, o que Krippendorf (2008) denominou de monocultura do turismo.

A atividade turística é colocada como principal atividade econômica no *Cluster* de Cachoeira em detrimento de outras atividades. Isso se coloca como mais uma limitação de tal plano. Os custos sociais da supremacia do turismo são muitos, pois se trata de uma relação de troca (turista- morador) desigual, uma vez que apenas uma minoria se beneficia.

Frente às problemáticas identificadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico de Cachoeira, e com a intenção de analisar o posicionamento dos moradores perante o Plano Diretor, o grupo de pesquisa Cidade, Território e Planejamento (CiTePlan) realizou oficinas na cidade buscando abordar os conceitos e as diretrizes do PDU e do planejamento urbano. Assim, duas oficinas foram realizadas pela presente autora junto a Lívia Celestino – também pesquisadora do grupo CiTePlan – com vistas a estudar o PDU do município junto aos moradores, discutindo sobre diversas questões atreladas ao Plano, bem como as possíveis soluções.

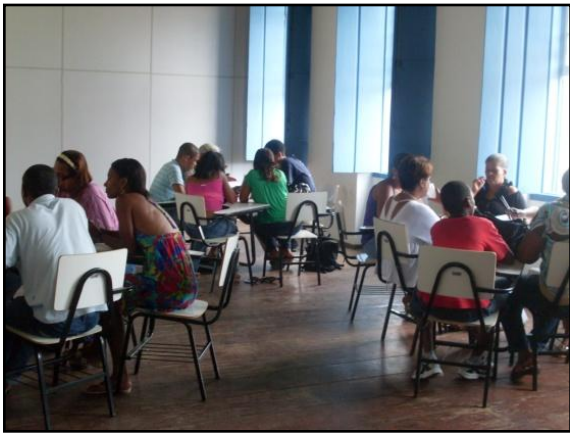
O I Ciclo de oficinas intitulado “Plano diretor e Planejamento Urbano” foi realizado em outubro de 2009, no Museu Hansen Bahia em Cachoeira. O público alvo foram moradores, estudantes, professores, membros de associações, da administração local, entre outros interessados. Dentre os participantes, 57,1% não conheciam o que é um Plano Diretor e 71,4% nunca haviam participado de alguma discussão a respeito. Tais números apontam para alguns problemas que se tornaram notórios na divulgação, bem como na execução da oficina: o desconhecimento dos participantes a respeito do que seja um PDU e de que maneira suas diretrizes e seus instrumentos podem auxiliar no direcionamento do desenvolvimento urbano



e a inquietação daqueles que conheciam o PDU por não terem participado efetivamente da sua feitura e desse modo ter a possibilidade de construir um plano condizente com a realidade cachoeirana.

Dentre as atividades propostas, utilizamos fotografias, de diferentes pontos da cidade: o Rio Paraguaçu, casarões antigos, centro comercial, as igrejas da cidade, um bairro popular periférico, entre outras. A proposta desta atividade foi estimular a reflexão e o poder de identificação dos problemas referentes a estes locais e apontar as possíveis soluções para tais problemáticas (Figura 3 e 4).

**Figura 3 - Ciclo de Oficinas: Grupos de Discussão**



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

**Figura 4 - Ciclo de Oficinas: Socialização das impressões de cada grupo**



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Em relação à figura do Rio Paraguaçu a maior queixa relatada refere-se à poluição e a pouca atenção do poder público para com este. A figura do centro comercial também foi alvo de crítica com queixas do tipo má organização do trânsito frente aos estabelecimentos, pouca sinalização, calçadas em degradação. Com relação à figura dos casarões antigos foi unânime a opinião que muitos destes se encontram em ruínas tornando-se alvo de usuários de drogas. A figura do bairro popular foi a que mais atraiu críticas no que se refere à ocupação irregular das áreas de encosta, carência de saneamento básico e energia elétrica.

Quanto às feiras, a falta de higienização, a organização das barracas e a falta de padronização foram relatados como problemas que deveriam ser resolvidos. Com referência à UFRB foi apontada a necessidade de criação de novos cursos e o trânsito desordenado em frente à universidade. Após a discussão entre grupos, foram elaborados cartazes com as fotos dos locais selecionados, com as observações a respeito e estes cartazes foram apresentados para os demais grupos. Dentre os comentários dos participantes durante as apresentações,

destacou-se a necessidade de não parar no tempo, pois a vida social traz à tona novos elementos e a identidade da população se modifica.

No segundo momento das oficinas realizamos uma discussão sobre os conceitos básicos do PDU e do planejamento urbano, bem como os seus instrumentos. Este momento possibilitou o confronto entre a empiria da população e os princípios e diretrizes do PDU, propiciando a reflexão sobre possíveis estratégias de intervenção e gestão da cidade.

Para dar continuidade ao primeiro ciclo, visto que muitas discussões ainda se faziam necessárias, o segundo ciclo foi realizado em dezembro de 2009, no auditório do Museu Hansen Bahia. Neste ciclo, foi solicitada para os participantes que analisassem o mapa que consta no Plano Diretor e que projeta equipamentos para toda a cidade (anexo 01). Orientamos os participantes a observarem a viabilidade destes equipamentos em seus respectivos locais e se de fato estes equipamentos correspondiam a necessidade de cada localidade no que se refere aos moradores. Os grupos expuseram suas críticas e sugestões a respeito das ações e dos equipamentos projetados para a orla fluviomarítima e para os espaços públicos, em sua maioria incrementos turísticos e de lazer, bem como as áreas destinadas à expansão urbana, à hotelaria de grande porte, dentre outros. Surgiram vários elementos de estranhamento por parte da população com relação aos projetos e ações, por não condizerem com sua realidade, bem como com as necessidades dos “locais”.

No segundo momento, discutiu-se sobre as falhas e limitações do PDU de Cachoeira no qual os presentes participaram efetivamente, tecendo críticas e suas impressões sobre as estratégias trazidas no Plano. Novamente, assim como no primeiro ciclo, manifestaram-se preocupações a respeito do rio Paraguaçu, do tratamento das áreas verdes, com o patrimônio local, com a ocupação de áreas de risco, principalmente nas encostas. Houve consenso na categorização do PDU como de cunho mercadófilo, com grandes obras e grandes projetos urbanísticos com intuito de embelezamento da cidade em detrimento das funções sociais.

Reiteramos a importância e a responsabilidade da sociedade civil no planejamento urbano, o que implica numa ação descentralizada em detrimento da concentração de decisões nas mãos do Estado. A população pode auxiliar na construção de caminhos para a solução de impasses, que, por conseguinte, podem possibilitar a redução das desigualdades. O PDU, como forma de planejamento a nível local, pode orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada, além de possibilitar a oferta de serviços públicos que assegurem melhor condição de vida para os moradores. Nota-se a importância de continuarmos discutindo tais questões, uma vez que o PDU de Cachoeira, com suas falhas e limitações, permanece “engavetado”, enquanto que a cidade tem seus rumos trilhados pela lógica capitalista de

mercantilização cultural. Com efeito, a descentralização da prática do planejamento pode trazer intervenções importantes. Para que isto ocorra, é necessário também que se decodifique a linguagem técnica e acadêmica dos planos diretores e do planejamento para que a população venha a participar de maneira consciente e efetiva na construção do destino do espaço urbano em questão.

Dentre os programas implementados na cidade que tem alterado sobremaneira a feição da cidade, encontra-se o Programa Monumenta que em tese visa a recuperação sustentável do patrimônio. O Programa é do Ministério da Cultura e tem seus recursos oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da UNESCO. O objetivo do Programa, segundo Rodrigues (2010), é a recuperação do patrimônio histórico urbano sob a tutela federal em conjunto com a ampliação da sua utilização econômica, cultural e social, buscando atrelar preservação ao desenvolvimento econômico. Desde a sua implementação em Cachoeira em 2002 até 2010, foram investidos mais de R\$ 25 milhões com intervenções em monumentos, logradouros e imóveis públicos e privados. As ações do Programa Monumenta também se constituíram em tema de estudo por Celestino (2011), porém sob a tônica da refuncionalização do patrimônio mediante a execução de política pública.

Devido à ineficácia do programa na reversão da situação de degradação das cidades históricas, de modo geral, lançou-se em 2009 o Programa de Aceleração do Crescimento<sup>24</sup> Cidades Históricas, com o intuito de ampliar o raio de atuação das políticas de preservação, bem como dar continuidade aos resultados positivos do Programa Monumenta (RODRIGUES, 2010). O PAC Cidades Históricas, consiste numa parceria estabelecida entre as esferas federal, estadual e municipal. Segundo o site do Ministério das Cidades, o PAC Cidades Históricas terá a sua atuação por meio da requalificação urbana, na infraestrutura urbana e social, na recuperação de monumentos e de imóveis públicos. Nas ações projetadas para Cachoeira (Quadro 2), notamos a predominância de ações que repercutem na paisagem (58%), sendo comum, dentre as ações, medidas relacionadas à restauração, à requalificação de ruínas e urbanização de espaços públicos. A maior parte dos incrementos foram e estão sendo direcionados para aqueles que repercutem na paisagem materializada. Ou seja, para aqueles que conferem visibilidade ao feito político e que promovem uma espécie de *lifting* urbano

---

<sup>24</sup> O Programa de Aceleração de Crescimento, PAC, é um programa do governo federal desenvolvido no governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2007. Tal programa engloba um conjunto de políticas econômicas com vistas a acelerar o crescimento econômico do país.

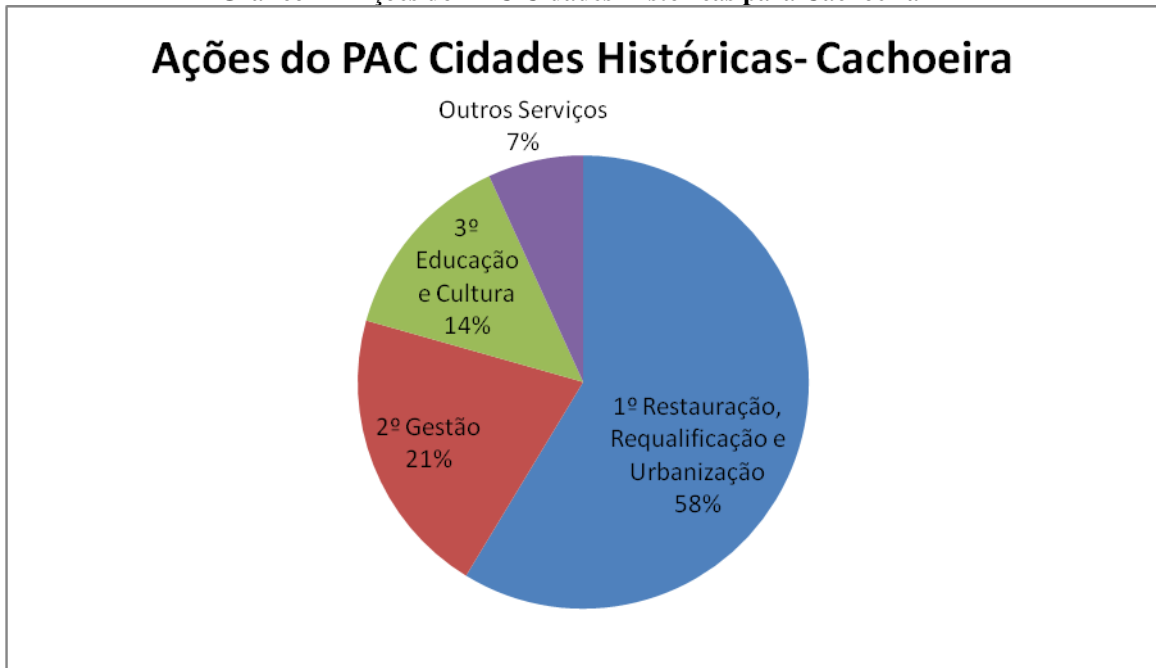
### Quadro 2 - Ações do PAC Cidades Históricas para Cachoeira

Ações do PAC Cidades Históricas de Cachoeira voltadas para a Urbanização, Requalificação e Restauração, que dentre outras questões, repercutem na paisagem:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificação Urbana dos espaços públicos do Centro Histórico;</li> <li>• Embutimento da fiação nos Logradouros do Centro Histórico;</li> <li>• Restauração da Igreja dos Remédios e dos bens móveis e integrados;</li> <li>• Restauração da Igreja da Misericórdia e restauração dos seus bens imóveis e integrados;</li> <li>• Restauração da Igreja em Santiago do Iguape;</li> <li>• Elaboração de parâmetros urbanísticos para a sede e distritos;</li> <li>• Restauração da Capela da Penha;</li> <li>• Restauração do Cemitério dos Alemães e capela e dos bens imóveis integrados;</li> <li>• Requalificação das ruínas do São Francisco do Paraguaçu para implantação de hotel;</li> <li>• Requalificação de ruínas para implantação de escola profissionalizante para reestruturação de bens artísticos, carpintaria e serralheria voltadas à área de restauro;</li> <li>• Requalificação de ruínas do Engenho Vitória para a implantação de hotel;</li> <li>• Restauração da Igreja Matriz do Rosário;</li> <li>• Requalificação de ruínas para implantação de restaurante universitário;</li> <li>• Requalificação de ruínas para a implantação de complexo de residências universitárias;</li> <li>• Requalificação de ruínas para a implantação de complexo de estúdios da Faculdade de Cinema e audiovisual da UFRB;</li> <li>• Restauração e reestruturação da Santa Casa da Misericórdia;</li> <li>• Urbanização e construção de Conjuntos habitacionais para a relocação de moradias irregulares.</li> </ul>
Ações do PAC Cidades Históricas de Cachoeira voltadas para a gestão:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um consórcio Intermunicipal para preservação do patrimônio cultural;</li> <li>• Revisão do Plano Diretor;</li> <li>• Elaboração do Circuito Turístico do Recôncavo Baiano;</li> <li>• Estruturação das associações e entidades culturais;</li> <li>• Reforma e Aparelhamento do Etec.</li> </ul>
Ações do PAC Cidades Históricas de Cachoeira voltadas para a educação e cultura:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento e apoio à Lira Filarmônica e requalificação de sua sede;</li> <li>• Recuperação do acervo do Arquivo Público da cidade;</li> <li>• Biblioteca Municipal e Info-centro;</li> <li>• Implantação de hotel escola.</li> </ul>
Ações do PAC Cidades Históricas de Cachoeira voltadas para outros serviços:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Terminal Hidroviário e Turístico;</li> <li>• Implantação de Terminal Pesqueiro.</li> </ul>

Fonte: Do arquivo de documentos da Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira.  
Elaboração: BITTENCOURT, A. S.. 2011.

Tal quadro, assim como o Gráfico 1, apontam o direcionamento das ações para especialização turística da cidade. As requalificações, restaurações, implantação de terminais apontam para um planejamento com vistas à supremacia da atividade turística como principal estratégia de desenvolvimento econômico da cidade.

Gráfico 1 – Ações do PAC Cidades Históricas para Cachoeira-BA



Fonte: Do arquivo de documentos da Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira.  
Elaboração: BITTENCOURT, A. S., 2011.

Cabe destacar que o desenvolvimento da atividade turística traz consigo transformações atreladas, em muitos casos, a repercussões negativas, sobretudo para a população local, negligenciada e frequentemente iludida com as promessas de trabalho, lucro e melhoria na qualidade de vida. Tais repercussões se dão nas dimensões culturais e sociais podendo acirrar as desigualdades socioeconômicas.

Não se pretende classificar o turismo como uma atividade a ser extirpada, ou ainda colocá-la como uma prática nociva em qualquer situação. Esta atividade constitui-se em mais uma forma de acumulação capitalista que pode, a seu modo, trazer melhoramentos, benfeitorias e prejuízos, como tantas outras atividades atreladas a tal modo de produção. A problemática aqui se situa quando as ações dos diferentes entes governamentais encaminham a economia da cidade majoritariamente para a atividade turística.

Neste contexto, o Programa de Turismo Étnico, do Ministério do Turismo, assume grande relevância, visto que os festejos da irmandade da Boa Morte serviram de inspiração para o desenvolvimento do Programa de Ação do Turismo Étnico Afro da Bahia, numa parceria entre o Governo do Estado e o Ministério de Turismo.

Não coincidentemente, os recentes registros e tombamentos dos bens culturais de matriz africana na Bahia (Festejos da Boa Morte, Samba de Roda, dentre outros) têm ocorrido concomitantes às estratégias de desenvolvimento do turismo étnico-afro. Este novo segmento

turístico concorre para a efetivação da especialização turística da Bahia, trabalho já iniciado há décadas por outros governos que projetavam para a Bahia uma ideia de baianidade como marca registrada do estado. Nesta construção de uma ideia de baianidade há uma representativa tônica dada à matriz cultural africana. Assim como nos outros segmentos turísticos, o Programa de Turismo Étnico na Bahia traz no discurso institucional o intuito do crescimento econômico, só que agora atrelado às comunidades afrodescendentes como maneira de impulsionar e trazer benefícios a estas comunidades historicamente marginalizadas.

Baseado nos marcos conceituais definidos pelo Ministério do Turismo, a publicação da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia define que: “O turismo étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade dos grupos étnicos” (BAHIA, 2009). Os contatos próximos referem-se a uma aproximação com a comunidade através da participação do turista nas atividades tradicionais por meio da observação de seus modos de vida, saberes e afazeres. Sobretudo, voltado para as populações que passaram por processos de migração, o turismo étnico apresenta-se fortemente vinculado e voltado para as origens de turistas em específico.

Neste contexto, a Bahia é o estado brasileiro que ao longo dos anos tem alcançado visibilidade pela forte identidade afrodescendente, fruto do histórico processo de ocupação do território, sendo direcionado para o estado um programa especificamente desenvolvido para a implementação do turismo étnico afro, fruto da parceria do Ministério do Turismo e a Secretária de turismo da Bahia. Além da capital Salvador, a maior parte das ofertas de produtos e atrações turísticas elencados pelo programa encontra-se nas cidades do Recôncavo, principalmente Cachoeira, Santo Amaro, São Félix, Maragojipe e São Francisco do Conde, fazendo-se presente também, em meio as potencialidades levantadas pelo programa, os remanescentes de quilombos da Chapada Diamantina e do litoral baiano.

De modo geral, as ações visam ao fortalecimento turístico dos locais no qual o interesse étnico-racial já é instituído, como Cachoeira, ou ainda a criação de novos roteiros. O público-alvo central é o turista norte-americano. Para atingir tal público: “[...] estão sendo priorizadas as seguintes ações: divulgação da mídia afrodescendente no Brasil e nos Estados Unidos; participação em eventos e promoção de campanhas publicitárias; e a criação de uma rede de relacionamento estrangeira” (BAHIA, 2009, p. 21).

Com vistas a potencializar tal seguimento turístico e alcançar a pretensa geração de emprego e renda para a população afrodescendente, a Setur e a Bahiatursa têm atuado por meio da qualificação profissional e de estratégias de difusão do conceito de turismo étnico-

afro visando à promoção do estado da Bahia como preferencial em tal segmento. Assim, os circuitos turísticos foram elaborados levando-se em consideração “determinada área geográfica que se caracterize pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza que possa seduzir o viajante, com o objetivo de ampliar o fluxo e a permanência do turista” (BAHIA, 2009, p. 119-120).

Para o Recôncavo – reconhecido pelo programa como uma região potencialmente turística e, particularmente atrativa, para o turismo étnico-afro –, foram elaborados dois circuitos temáticos: o religioso (religiões de matriz africana e sincretismo) e o quilombola (comunidades remanescentes). No circuito religioso a Irmandade da Boa Morte é definida como “a grande vedete”, cujas festas e rituais realizados são de grande interesse turístico. Dentro dos circuitos propostos já existem roteiros comercializados por algumas agências de turismo, entretanto o programa propõe a formatação de alguns, dentre eles o Axé do Recôncavo. Este roteiro tem a sua saída de Salvador, passando por Santo Amaro, para visitação a alguns terreiros e de lá seguindo para Cachoeira. Parte do roteiro que compreende Cachoeira é denominado de “Na casa das Iabás”, e este item do roteiro compreende um passeio a pé pela cidade, focalizando a arquitetura civil e religiosa. O “Comida de axé” é a parada para o almoço. O trecho do roteiro de Cachoeira denominado “Encontro com Oxum” compreende um passeio a beira-rio e demais galerias e museus da cidade. “O caminho do homem” é o trecho relativo à Ponte D. Pedro – e de lá seguindo para a fábrica de charutos em São Félix, ligação Maragojipe e Povoados de Nagé e Coqueiros.

Todas estas iniciativas de novos tombamentos, novos registros, novos programas de preservação do patrimônio, novas dinâmicas e fenômenos urbanos, novos planos de desenvolvimento do turismo estratégico, têm trazido para a cidade novos fluxos e mudanças que sugerem a necessidade de novas leituras sobre o espaço urbano cachoeirano que busquem acompanhar as distintas leituras de paisagem que vão sendo construídas e/ou (re) construídas constantemente.

### 3 A PAISAGEM URBANA DE CACHOEIRA: DIFERENTES OLHARES E INTERFACES

Na paisagem urbana cachoeirana os trilhos do trem, ainda presentes em alguns trechos da cidade, testemunham um período, um ciclo econômico, um momento em que o modal ferroviário tinha expressividade regional. Mas não muito distante da paisagem dos trilhos do trem, e do próprio trem que ainda corta um perímetro da cidade – ainda que restrito –, e da ponte de ferro D. Pedro II, avizinha-se a BR 101, aquela que – dentre outras motivações e intencionalidades – marginalizou a cidade colocando-a no “acostamento” para “dar vez” ao crescimento de outros núcleos urbanos (Feira de Santana, Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus). Atualmente a cidade vive numa situação intermediária entre o urbano degradado e o urbano em expansão.

A paisagem urbana de Cachoeira, que se caracterizava pela presença massiva de ruínas, é tomada agora por edificações com fachadas renovadas, coloridas, cafés, *lan houses*, pessoas com modos de vida diferenciados, medo, violência, dentre outros elementos, que trazem consigo novos “ares” à cidade. Uma nova paisagem emerge na contemporaneidade propiciada por uma miscelânea de ações e agentes, mediante as transformações atreladas a valorização capitalista da cultura, a programas oriundos de políticas culturais, a educação de nível superior, dentre outros. Mas, nisso tudo, o que permanece? Aos olhos dos moradores mais antigos todo esse ritmo de mudanças assusta e delinea processos menos conhecidos por eles.

As fachadas, as formas dos casarões, não só contrastam com o novo conteúdo social e com o novo cotidiano das pessoas que nela abrigam como também contrastam com os próprios equipamentos e funcionalidades que estes assumiram, a exemplo das *lan houses* e da universidade, num misto de moderno e tradicional que possuem expressões na paisagem urbana. Ou seja, ao mesmo tempo em que ambas – modernidade e tradição – são formas abstratas, também se revelam de forma concreta na paisagem urbana cachoeirana.

É chegado o momento em que conservar o patrimônio não é tão estritamente relacionado ao entrave do desenvolvimento urbano. Com os novos fluxos que chegam à cidade, a alcunha de patrimônio recebida na década 1970 traz, na atualidade, um novo fôlego à cidade. De modo que aquele que ajudou a petrificar o antigo, agora, de certo modo, é responsabilizado pelo novo que chega à cidade. A cidade que a pouco se caracterizava como dormitório se vê no reverso. Aos poucos a “anciã” e tricentenária Cachoeira, vê como que

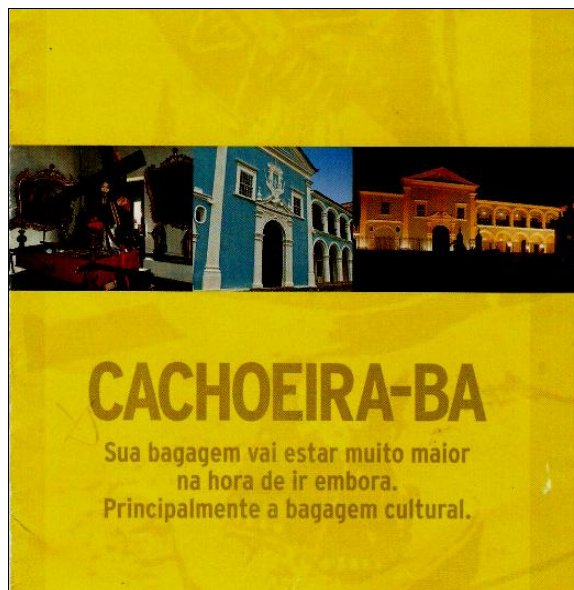


reiniciando o seu papel polarizador em variadas escalas. A cidade, que nas últimas décadas era marcada pelo êxodo de seus moradores, recebe agora um fluxo inverso, relacionado à chegada de novos moradores vindos de diversos lugares em razão da universidade ou para outros trabalhos, sobretudo novos comércios e serviços. E neste contexto, o patrimônio vem sendo transformado num capital estratégico e, portanto, não negligenciável.

A cidade na atualidade vive momentos distintos entre os períodos de eventos e do cotidiano banal. Os festejos mais turistificados (o São João e a Boa Morte, nos meses de junho e agosto, respectivamente), aliados aos demais eventos festivos e acadêmicos, têm trazido certa sazonalidade em específicas dinâmicas urbanas. Tais dinâmicas trazem novos fluxos de informação, de ações e de pessoas à cidade. Torna-se latente a tentativa da criação de uma centralidade cultural no Recôncavo Baiano, engendrada pelo poder público, que busca que Cachoeira reocupe a posição de capital do Recôncavo, só que agora não mais por meio da condição de entreposto comercial, mas pela dimensão cultural e educacional.

Nos panfletos e diversos *folders* de divulgação (Figura 5), são retratados muitas vezes os festejos (São João e Boa Morte). Entretanto, mesmos nas mídias de divulgação destes eventos pontuais, a cidade como um todo é “vendida” e direcionada numa lógica mais global de planejamento urbano, haja vista que suas políticas públicas preveem ou anteveem prioritariamente o valor potencial daqueles recursos como mercadoria.

**Figura 5 – Panfleto de Divulgação da cidade**



Fonte: Secretaria de Turismo Municipal de Cachoeira.

Os fortes incrementos que a cidade tem recebido, bem como tantos outros projetos e orçamentos já aprovados e em trâmite, permitem afirmar que pouco a pouco a cidade tem escapado do esquecimento e deixado de conjugar o verbo no passado para conjugar presente e futuro.

A cidade é transformada em um canteiro de obras, reformas e paraferninhas para dar suporte a seus tantos eventos e festas, estratégia comum as cidades históricas vinculadas a um calendário repleto de festividades, eventos (de cunho religioso, popular, científico), além de datas comemorativas, que concorrem para o *marketing* urbano. No entanto, notamos que a orla, além da reforma dos logradouros, da iluminação (embutimento da fiação) e, mais recentemente, da iluminação cênica com refletores coloridos sob as árvores que margeiam o Paraguaçu, recebeu poucas intervenções sendo que boa parte dos investimentos estão no “centro concentrado”. A orla fluvial permanece margeada por edificações em ruínas, inclusive o Hotel Colombo e o restaurante que avança sobre o rio.

Quanto à massa verde dos morros que circundam a cidade, tão reforçada pelo IPHAN como elemento de realce da arquitetura da cidade no momento do tombamento, cada vez mais é tomada pelas novas construções morro acima. Quem visualiza a cidade a uma determinada distância tem a nítida impressão do contraste agora dado entre a suntuosidade dos antigos casarões e as pequenas casas com arruamentos labirínticos e os domicílios caracterizados, muitas vezes, pela autoconstrução e pela ausência de reboco.

Nota-se que as culturas que antes eram olvidadas, relegadas à periferia urbana e folclorizadas por uma dita cultura erudita, são trazidas à luz pelos *flashes* dos turistas, fotógrafos e imprensa, consubstanciados principalmente pelas ações do Estado. E assim a cidade acaba por se constituir, frente às ações implantadas e em vias de planejamento, numa espécie de esboço de “resort turístico”.

Em Cachoeira, assim como as demais cidades históricas, a arquitetura religiosa foi a primeira a passar pelo processo de tombamento. Com efeito, as igrejas seculares representam a paisagem produzida por uma cultura dominante, como de fato se articulou a igreja católica no período de colonização e de desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos no Brasil. Desse modo, o processo de patrimonialização inicial desconsiderou outros grupos étnicos, outros grupos sociais como aludiu Ribeiro (1994) ao analisar as primeiras medidas de salvaguarda do patrimônio em Cachoeira: “[...] não existe, por parte dos responsáveis pela política de patrimônio histórico, uma efetiva preocupação, no sentido de preservar a identidade do conjunto social que ali encontramos” (RIBEIRO, 1994, p. 130).

Nas primeiras décadas de atuação dos órgãos de preservação na cidade a memória oficialmente preservada não refletia os grupos sociais que ali viveram e ainda vivem. Os armazéns de fumo, as referências simbólicas dos transportes, tais como o trem, o vapor, foram relegados no processo de patrimonialização, além do rio Paraguaçu, segundo Ribeiro (1994). O vapor de Cachoeira<sup>25</sup>, por exemplo, é memória forte entre os mais antigos, dando nome inclusive a um dos mais conhecidos blogs sobre a cidade. Entretanto, as primeiras medidas pautaram-se apenas numa coleção arquitetônica (igrejas, residências de famílias nobres e algumas edificações públicas) comum ao tratamento dos patrimônios da época.

Podemos afirmar que a paisagem urbana de Cachoeira compõe os referenciais do simbolismo (rios, morros, natureza) de alguns grupos religiosos, criando uma relação do grupo social com a geografia da cidade e aproximando as formas com as celebrações, cerimônias e festas. Isto facilita a compreensão, através de ações sagradas, dos seus espaços, de seus lugares, de suas naturezas, de seus clãs confirmados por contos e músicas. (OLIVEIRA, 2001). Todos estes processos implicam na cognição, na percepção envolvendo relações entre natureza e sociedade e que sugerem maiores aproximações entre os sujeitos e “sua” paisagem.

Devemos pontuar que não existe uma única memória da cidade, cada grupo terá a sua e, ademais, a memória das cidades permanece sempre “em trânsito”, ou seja, ela é (re) construída no cotidiano, o que demonstra um dinamismo nas memórias coletivas repletas de rupturas e novas ancoragens. Entretanto, as classes mais poderosas “[...] não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes” (ABREU, 2011, p. 28).

Desse modo, a paisagem urbana de Cachoeira se expressa tanto pelas formas, pelas manifestações culturais e pelos diferentes sujeitos sociais que realizam sua leitura do patrimônio, nas relações cotidianas, nas retóricas, na fama [dada pela notoriedade da somativa de divulgações], nos estímulos naturais [rio, morros], na fruição sensorial, nas tradições locais, importantes elementos que participam da percepção e reconstituição das mais diferentes paisagens.

---

<sup>25</sup> O vapor de Cachoeira, inaugurado no começo do século XIX, constituiu-se numa revolução para a sua época, pois viabilizava o transporte fluviomarítimo sem a necessidade dos ventos para impulsionar a embarcação tornando-se num importante meio de ligação entre a metrópole Salvador e o Recôncavo e, por extensão, o sertão baiano. Na atualidade o vapor permeia a memória de muitos moradores e se faz presente na cultura popular, por meio de cantigas, de pinturas, da literatura, dentre outros, inclusive na referência a orla como porto.

### 3.1 PAISAGENS DO RIO

O rio Paraguaçu, um elemento do ambiente físico, foi decisivo na forma de ocupação do Recôncavo, tendo desempenhado um papel fundamental na configuração das relações que se estabeleceram sobre esse espaço, transformando-o num território. No outro sentido, esse elemento do ambiente físico, por sua vez, sofreu diferentes alterações, sejam reais ou em termos de representação e significado, para atender a diferentes objetivos das práticas sociais de diferentes grupos (IPHAN, 2005).

Neste ponto é interessante sublinhar como o rio (Figura 6) assume papel dialético, a um só tempo de ator e objeto, na conformação das relações sociais. Para o “povo de Santo<sup>26</sup>”, o rio Paraguaçu é todo sacralizado: “- Sobre o rio Paraguaçu, baía que entra o mar atlântico, entra gente, peixe, que entra Iemanjá e Oxum” (turista, antropólogo, 46 anos, EUA, 2010). O pilar do meio da Ponte D. Pedro II é um espaço utilizado para a realização de pedidos. Já o local conhecido pela população como Pedra da Baleia é utilizado para oferendas à Iemanjá e em torno dessas localidades sacralizadas, segundo Cacau Nascimento<sup>27</sup>, existe uma série de histórias que se confundem com lendas, a exemplo de relatos da visão de Iemanjá na Pedra da Baleia por alguns moradores. Representantes de terreiros situados em várias cidades (Feira de Santana, Santo Amaro e adjacências) trazem suas oferendas para o Paraguaçu e para a região quilombola. Além de se constituir em rota de fuga, os quilombos existiam onde havia água. Era a rota de fuga mais eficaz para os escravos através das embarcações, além disso, o rio facilitava a chegada a outros terreiros.

**Figura 6 – Vista do Rio Paraguaçu**



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

<sup>26</sup>O Povo de Santo é como se define as pessoas que cultuam aos orixás e voduns dentro da religião do candomblé.

<sup>27</sup> Professor historiador e mestre em Estudos Étnicos e Africanos. Entrevista realizada em 28/05/2011.

Para muitos, o rio não é apenas tido como natureza a ser contemplada, sendo fonte de renda inclusive para os condutores de embarcações. De acordo com o relatório conclusivo do IPHAN (2005), o rio, ao mesmo tempo em que traz tranquilidade, traz, para alguns, a sensação de isolamento e esquecimento. O forte poder simbólico do rio está atrelado, dentre outras questões, à memoriabilidade de um período no qual o mesmo exercia papel central como meio de transporte de pessoas e mercadorias (Figura 7).

**Figura 7- O Vapor de Cachoeira**



Fonte: Vapor de Cachoeira (2011).

Desse modo, de acordo com o relatório do IPHAN (2005), o rio representa as trocas, as chegadas e as saídas. Representava a integração, o movimento e uma riqueza cuja falta é nostalgicamente lamentada. As memórias atreladas ao rio se relacionam também às enchentes frequentes no período em que ainda não se contava com a barragem Pedra do Cavalo<sup>28</sup>. Nos trechos das entrevistas que se seguem fica evidente a construção de uma memória coletiva relacionada ao rio:

“- O rio Paraguaçu tinha navio antigamente. Eu viajava muito de navio pra ir para Salvador, pois não tinha estrada. Faz parte de minha história! Eu conheci Salvador através do Paraguaçu e para mim ele representa muita coisa” (Morador, 59 anos, agente de fiscalização de limpeza)

“- Para mim é a coisa mais bela da cidade. O rio transportava toda a produção de açúcar e as mercadorias que vinham para a Bahia. Esse porto de Cachoeira e São Félix tudo era comércio”. (Morador, 52 anos, projetista).

“- O rio, já faz parte da cidade, do dia-a-dia do povo da cidade. Desde a época das cheias, saia com trouxa na cabeça. A gente tinha que sair! O rio era um meio de a gente dar uma fugidinha de casa para tomar um banho

<sup>28</sup> A barragem Pedra do Cavalo teve o início de sua construção no final da década de 1970. Situada a 40 km da foz do Paraguaçu e entre os municípios de Governador Mangabeira e Cachoeira, a barragem insere-se no rol de obras grandiosas e monumentais cuja intencionalidade no momento da construção é questionado, dado o alto custo da obra (800 milhões de dólares) e os impactos por ela causados. Em 2003, a barragem começa a ser adaptada para a geração de energia sob a responsabilidade do Grupo Votorantin.

escondido. O rio faz parte assim do povo, quando a gente é jovem e vai crescendo sempre o rio faz parte da vida gente. O rio é legal pra caramba” (Morador, 50 anos, condutor de barco).

Neste sentido, as paisagens do rio Paraguaçu, para muitos de seus moradores têm forte relação com a construção simbólica da cidade, por meio da relação paisagem, memória e discursividades. De acordo com Costa (1996), neste limiar:

A paisagem reveste-se de elementos nostálgicos que invadem sua essência e permitem se contaminar por outras memórias, outras recordações, outros lugares da memória e evocam fragmentos do passado que se cristaliza em um imaginário (COSTA, 1996, p. 154).

O rio Paraguaçu configura-se como uma amenidade para a cidade encravada no vale. A fruição sensorial – dada tanto pela dimensão contemplativa quanto pela refrescância trazida pela brisa fluviomarítima<sup>29</sup> –, em conformidade com outros elementos (e ideologias), tem motivado o uso dos espaços situados nas mediações do rio. Desse modo, o rio possui forte conotação fenomenológica segundo os entrevistados. Espaços como a orla, o jardim grande, dentre outros, constituem-se em espaços de uso frequente pelos moradores e usuários de tal espaço urbano, assim como para os turistas que chegam à cidade. As mediações da orla fluviomarítima constituem-se numa das centralidades<sup>30</sup> da cidade, polarizadora de atividades urbanas e da população. Desse modo, a orla fluviomarítima de Cachoeira está atrelada a um ambiente de sociabilização e animação.

Dada a sua massiva representação nos mapas mentais, bem como a expressiva verbalização nas entrevistas, o rio configura-se como um elemento de destaque no referencial urbano de Cachoeira. O rio, além de significado histórico e potencial símbolo – sobretudo para os moradores –, também assume a qualidade de poder estrutural na percepção da cidade, visto que em muitos dos mapas cognitivos os outros elementos que aparecem nos mapas estão balizados pela presença do rio.

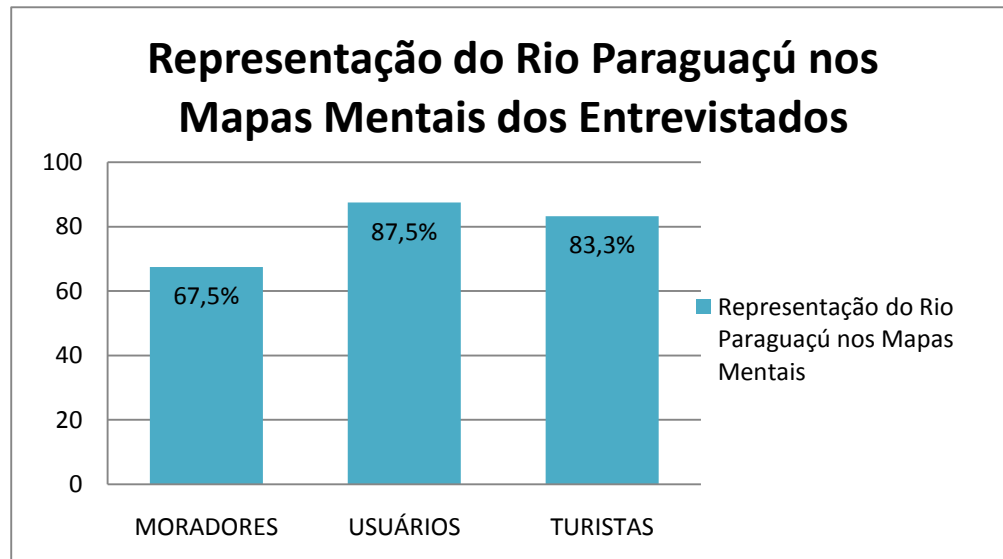
Nos mapas mentais dos diferentes sujeitos sociais entrevistados (moradores, usuários do espaço urbano e turistas) o rio prevaleceu como elemento mais representado (Gráfico 2).

---

<sup>29</sup> A brisa fluvial é um mecanismo no qual o ar, devido o contraste térmico entre a água e a terra, move-se em direção ao continente durante o dia e em direção ao rio durante a noite. É um processo que tem a sua ocorrência relacionada uma micro escala, possuindo efeitos com abrangência restrita. No caso de Cachoeira, além da largura do espelho d’água, conta também, para a formação dessas brisas, a conformação topográfica de fundo de vale que cria uma espécie de corredor de circulação atmosférica.

<sup>30</sup> A centralidade, segundo Lefebvre (2008), é uma prática social essencial ao urbano. Entendendo o urbano como reunião de simultaneidades, é que se afirma que a cidade é o espaço das centralidades, ou seja, da existência de variadas centralidades. Assim, reconhecemos que Cachoeira possui outras centralidades urbanas que não a orla.

Gráfico 2 – Representação do Rio Paraguaçu nos Mapas Mentais



Elaboração: BITTENCOURT, A. S..  
 Fonte: Pesquisa de campo 2010-2011.

A maior presença do rio nos mapas mentais dos turistas e dos usuários, quando comparados aos mapas dos moradores, atrelamos ao fato de que os moradores, por sua maior vivência na cidade, possuem mais elementos representativos da cidade, aparecendo por tanto nos seus mapas mentais, outras porções da cidade, bem como outros elementos. De qualquer forma, elementos essencialmente imbricados ao rio e as suas mediações, tais como a ponte D. Pedro II, a orla e o Jardim Grande, são alguns dos que mais aparecem nos mapas e nas entrevistas dos moradores.

Ao fazer um contraponto entre a importância do rio no passado e a percepção que os seus moradores possuem dele hoje, nos relatos ficam evidentes o descontentamento da população com seu estado de degradação ambiental, visto processos de assoreamento, bem como a carência de ações que o valorize:

“- Agora este rio só serve para paisagem. Têm alguns pescadores que atuam nele, mas atualmente só serve para paisagem mesmo” (Morador, 28 anos, almoxarife).

“- Muito poluído esse rio, tá precisando de uma boa limpeza, porque ele é a questão de Cachoeira! Não era assim. Hoje é muito lixo e esgoto” (Moradora, 55 anos, costureira).

“- Na atualidade ele representa muito menos para mim. Hoje em dia é um rio poluído, não é mais tão navegável. Mas banha Cachoeira e a cidade fica mais bonita, principalmente na época de cheia” (morador, 59 anos, Agente fiscalizador de limpeza).

Outras evocabilidades do rio são compartilhadas por alguns moradores. Para uma parcela dos entrevistados o rio evoca, dentre outros aspectos, medo e tristeza. O medo e

tristeza, que apareceram nas entrevistas dos moradores, referem-se tanto à lembrança e ao receio do retorno das enchentes, tanto ao estado de poluição e de degradação em que o rio se encontra. A poluição do rio, dentre outras questões, está atrelada a ocupação sem planejamento no baixo Paraguaçu, ao lançamento de resíduos domésticos, a contaminação por agrotóxicos, dentre outros. O medo também é citado quando os entrevistados rememoram a morte de familiares ou de conhecidos por afogamento.

Desse modo, as paisagens do rio, são compostas por várias camadas de significação para os diferentes sujeitos sociais entrevistados atreladas as narrativas histórias, a representação da natureza, aos ritos de caráter religioso, dentre outros. Como nos coloca Paes-Luchiani (2001, p.19): “a materialidade pode ser a mesma, mas são diferentes representações”. Tais representações foram construídas historicamente e são resultantes de diversas interações.

Mesmo tendo a sua funcionalidade diminuída no período atual, o rio é rico em significação e sentido. Para os entrevistados, o rio Paraguaçu é mais que um ambiente turístico, que de modo poético, “reflete em suas águas o casario colonial” (Morador, 37 anos, historiador). O rio integra o conjunto patrimonial da cidade, entretanto não se tem dado a ele a sua devida importância: “ele (o rio) é a vida da cidade, mas é uma tristeza também a gente olhar e ver como ele se encontra” (Morador, 63 anos, técnico agrícola). Situação também constatada pelos usuários de tal espaço urbano: “De tudo o que é feito na cidade, ele é o que tem recebido menor destaque” (usuário do espaço, 27 anos, professor da rede estadual).

A ancoragem das paisagens do rio ao patrimônio pode vir a ser fortalecida mediante um recente projeto lançado em 2010. No referido ano, lançou-se a proposta do tombamento do Itinerário Cultural<sup>31</sup> do Paraguaçu com o objetivo de torná-lo Patrimônio Cultural da Humanidade dado a sua importância ambiental, cultural e religiosa. Trata-se de uma reivindicação iniciada em escala local e que encontrou ressonância no governo estadual por meio da contratação da UFRB para a construção do dossiê. O rio Paraguaçu, muito antes do período do vapor no século XIX, foi passagem histórica para a interiorização da colonização, local de batalhas entre os colonizadores e os índios, além de rota pela qual desembarcaram os escravos. O Itinerário do Paraguaçu é constituído por elementos naturais, construções isoladas na área rural – a exemplo do Convento do São Francisco do Paraguaçu -, distritos, cidades

---

<sup>31</sup> O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), uma organização civil internacional ligada a UNESCO, através de um comitê científico criou a Carta dos Itinerários Culturais com o intuito de estabelecer conceitos e metodologias para tal tipologia. De acordo com a Carta, o conceito de Itinerário Cultural está relacionado a uma nova categoria patrimonial que dá acento “a mobilidade e as trocas humanas que se desenvolveu através das vias de comunicação que facilitaram a sua expansão e que foram utilizadas ou deliberadamente postas ao serviço de um objetivo concreto e determinado” (Carta dos Itinerários Culturais, 2008).



como Maragojipe, São Félix e, dentre elas, Cachoeira. Ou seja, não só a via de circulação principal, o rio, mas também toda área geográfica circundante, tendo a escala territorial como ponto de partida.

A proposta de tombamento do Itinerário Cultural do Paraguaçu reflete a atual postura da UNESCO que não se interessa mais em tombar cidades coloniais. Na atualidade, o foco da UNESCO tem sido a valorização dos grandes itinerários culturais ou rotas culturais que preservem uma paisagem significativa, como ocorre com o Paraguaçu. O conceito de Itinerário Cultural demonstra um avanço no tratamento patrimonial, uma vez que este não dualiza o meio e as significações que o mesmo assume trazendo uma contribuição qualitativa, dada a complexificação e ao sentido multidimensional que acepção de patrimônio recebe.

Para ser reconhecido como Itinerário Cultural, a via de comunicação, além de uma dinâmica e funções históricas próprias, devem reunir algumas condições como: ser resultado de movimentos interativos de pessoas e de trocas pluridimensionais dos bens, das idéias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes; ter auxiliado na fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu patrimônio tangível como intangível; ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência (Carta dos Itinerários Culturais, 2008).

Mesmo sem fazer menção ao projeto de tombamento em curso nas entrevistas, os moradores já reconhecem o rio como relevante patrimônio da cidade. Tal constatação foi evidenciada tanto nas falas quanto na cartografia cognitiva dos entrevistados. Entretanto, na esfera institucional, a patrimonialização do Paraguaçu, por meio da categoria Itinerário Cultural, deve demorar, segundo o superintendente do IPHAN, Carlos Amorim, de acordo com a publicação da revista eletrônica VerdeNovo em 16/06/2010. Mesmo reconhecido como válido, a efetivação do tombamento do Itinerário Cultural do Paraguaçu é considerado pelo superintendente como de aceitação complexa, visto a demanda de estudos e a necessidade de aprofundamento da proposta. Para tanto é necessário seguir as exigências metodológicas criadas pela ICOMOS, atreladas a equipes de investigação, bem como a novos instrumentos de valorização, preservação e gestão.

O rio Paraguaçu também integra um plano estratégico de desenvolvimento do turismo náutico da Baía de Todos-os-Santos (BTS), fruto de um convênio entre o Ministério do Turismo (MTur) e a Setur/BA. Tal planejamento baseou-se, num primeiro momento, no levantamento das potencialidades dos recursos naturais, ambientais, culturais e sociais da BTS com vistas ao segmento do turismo náutico. E, assim, baseado na metodologia SWOT

(Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), que significam respectivamente, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças foram analisados os cenários/ambientes. No caso de Cachoeira, além dos atrativos naturais, as manifestações culturais e os monumentos históricos são citados como as “forças”, ou seja, pontos fortes.

A falta de estrutura para atracação, a baixa oferta de hospedagens e a redução da profundidade do rio Paraguaçu, devido à Barragem da Pedra do Cavalo, são alguns dos pontos fracos. Os roteiros multimodais de transporte integrando municípios da subregião e a visitação a pontos históricos são colocados como oportunidades. E como ameaça está elencada a instalação do pólo naval<sup>32</sup> devido ao alto impacto ambiental que pode reduzir oportunidades para o turismo náutico. De acordo com secretário do turismo de Cachoeira<sup>33</sup>, já foi aprovado o financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de aproximadamente 86 milhões de dólares e cerca de 2,4 milhões de reais do Prodetur Nacional. De acordo com um morador e condutor de barco entrevistado:

“- Eu acho legal. A cidade precisa, a cidade não tem um porto. Os turistas chegam de barco não tem um lugar para pegar uma água, é uma dificuldade imensa para saltar. Essa coisa é ótimo para cidade, já era para ter implantado há muito tempo” (morador, 46 anos, Condutor de Barco).

A iniciativa de utilização do Paraguaçu para fins turísticos através do governo do estado não é nova. O Jornal “A Cachoeira”, em 1971, divulgava a iniciativa da Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa) relacionada à criação de viagens turísticas periódicas no navio de Cachoeira, incentivando assim a exploração turística do rio. Neste período, a Bahiatursa era responsável pelo roteiro turístico e as narrativas educativas da viagem:

A operosa Cia de Navegação Baiana pelos seus diretores superintendentes da Bahiatursa e autoridades em turismo de Salvador realizaram com êxito a inauguração da nova linha de turismo marítimo fluvial entre Cachoeira-Salvador. **O pitoresco e poético itinerário atravessando a Baía de Todos os santos (...). Cidade Monumento ponto final da excelente viagem** (Jornal “A Cachoeira”, 21/03/1971, Nº 1513, grifo nosso).

A implementação do Plano Estratégico do Turismo Náutico da BTS, em consonância com tantos outros programas em trânsito na cidade, engrossa o caldo no sentido da turistificação de seus símbolos. Observamos aqui, que os projetos voltados para

<sup>32</sup> O Pólo da Indústria Naval da Bahia será instalado no Recôncavo. O objetivo do Pólo é a construção de navios e embarcações de grande porte. Planejado, sobretudo para atender as demandas da Petrobrás, estão previstos a construção de três estaleiros na foz do Paraguaçu, localizado no município de Maragogipe. A concretização de tal projeto possui efeitos do ponto de vista ambiental, social e econômico.

<sup>33</sup> Lourival Trindade, Secretário de Turismo e Cultura. Entrevista realizada em 25/05/2011.

transformação da paisagem em mercadoria turística consumível, desconsideraram os valores dos elementos construídos pelos diversos agentes que vivenciam a cidade. Os programas de desenvolvimento turístico inserem novos valores a paisagem, muitas vezes desconexos com uma coerência espacial construída no/ e a partir do lugar, mas que representam uma racionalidade econômica mais global que tem por objetivo oferecer um produto interessante ao potencial consumidor. Assim como o rio, outros referenciais simbólicos do transporte [a exemplo do trem], mesmo que, a priori, relegados do processo de patrimonialização, têm sido cooptados pelas novas estratégias de turistificação.

### 3.2 PAISAGENS DO TREM

Tendo a sua implementação na cidade relacionada ao alcance das porções do território que não permitiam a navegabilidade, a construção de ferrovias tinha como intuito a comunicação entre o litoral e o interior. Construídas na segunda metade do século XIX, as ferrovias transportavam mercadorias e pessoas, ao mesmo tempo em que aumentaram a velocidade do deslocamento naquela época:

A estação de Cachoeira foi inaugurada em 1876, dinamizando as vigorosas ligações entre o litoral e o sertão. A construção da ponte e da estação consolidam a expansão da cidade naquela direção. A antiga área do Pelourinho e do Porto, até então a área mais dinâmica da urbe, passa a sofrer a concorrência da área próxima à estação. A área comercial da cidade aos poucos se transfere para as proximidades, transformando a rua da feira no grande pólo comercial de Cachoeira (IPHAN, 2005).

De acordo com Santos (1959), as ferrovias partiram de portos já consolidados, locais de concentração demográfica já existentes, a exemplo de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré. A era ferroviária teve grande participação na especialização destes antigos núcleos, possibilitando um maior tráfego comercial e, por conseguinte, a expansão urbana destas cidades, ao mesmo tempo em que ampliava o raio de influência destas. Neste contexto, Cachoeira constituiu-se num dos principais pontos dado o acúmulo de funções que a cidade possuía naquela época, sobretudo relacionada ao escoamento da produção.

Abandonado, substituído pelo modal rodoviário, o trem há quase trinta anos no Recôncavo Baiano tem se restringido ao transporte de cargas. Todavia, em Cachoeira, a presença dos trilhos do trem, da antiga estação na entrada da cidade, a sua passagem pela Ponte D. Pedro II, obstruindo a passagem de outros veículos, bem como seu ruído escutado

diariamente pelos moradores do bairro periférico o qual o trem ainda percorre, são exemplos das marcas ainda presentes nas cidades.

As paisagens do trem – constituídas pelo trem, pelos trilhos e pela antiga estação –, aparecem em apenas 8% dos mapas mentais dos moradores; em 12% dos mapas dos usuários do espaço; e nenhuma vez nos mapas dos turistas entrevistados<sup>34</sup>. Nas entrevistas o trem, os trilhos e a antiga estação foram pouco citados e, quando apareceram, as referências foram, em sua maioria, relacionadas a algum tipo de transtorno:

“- O trem para a gente é uma perturbação. Não tem passageiro. O trem é um risco, porque ele transporta produtos químicos. E se acontecer algo de errado a cidade vai ser atingida. As obras do anel ferroviário iniciam e param” (morador, 63 anos, técnico agrícola).

“- Essa rua aqui antes passava o trem. Aí o trem não passa mais aqui, ele entre direto da ponte para a estação. Só que eles (IPHAN) não deixam tirar este trilho e esse trilho quando está chovendo carro, moto, muita gente escorrega. Só que eles não deixam tirar. Tudo o que tem, tem que ficar!” (morador, comerciante, 23 anos).

A ferrovia que já foi um dos fatores de riqueza da cidade, atualmente é atrelada ao transtorno e ao incômodo. As obras do contorno ferroviário de Cachoeira/São Félix, citada pelo entrevistado, foram paralisadas devido a irregularidades como desvios graves e superfaturamento, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). As obras, iniciadas em 2006, são de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) e envolve a construção de 17 km de variante ferroviária dependendo da liberação do IPHAN, visto que as obras abarcam mudanças como construção de pontes, pilares e cortes nas encostas causando grande impacto visual na cidade cujo conjunto arquitetônico e paisagístico é tombado. E este se constitui em mais um impasse que tem contribuído para a paralisação da obra. As exigências do IPHAN para a liberação das obras envolvem a diminuição do número de pilares existentes no projeto (de 18 para 11), dentre outros elementos, que aumentariam ainda mais o valor da obra que já se encontra em torno de R\$ 115 milhões.

O estado de abandono da antiga estação de trem também foi relatado nas entrevistas. Para sanar tal situação, a Associação de Moradores de Cachoeira “A Cidadã”, junto a representantes da administração e outros populares, tem buscado junto a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) uma parceria com vistas a garantir que se cumpra a função social de tal monumento. A intenção é transformar a estação num Mercado de Arte com boxes para

---

<sup>34</sup> Nos mapas mentais dos turistas entrevistados no período dos festejos da Boa Morte as referências do trem não apareceram. Entretanto, num campo experimental, realizado no período dos festejos juninos, as paisagens do trem apareceram nos mapas, mas também de forma pouco expressiva. Relacionamos o fato das referências do trem aparecerem nos mapas dos turistas do festejo junino, a procedência de tal grupo, frequentemente advindos de cidades baianas.

exposição de artesanatos da cidade, espaço para apresentações culturais, restaurantes e um museu ferroviário, como já ocorre com a antiga estação da cidade de Nazaré. No entanto, existem alguns entraves que dificultam sobremaneira o restabelecimento da função social da estação. A estação não pertence à FCA, ela é do DNIT. Com efeito, para a instalação do Mercado de Arte, será necessária que o DNIT doe a estação ao IPHAN e que se conclua o desvio do anel ferroviário para que ocorra a retirada da passagem do trem de carga química pela estação. Essa conjuntura tem dificultado à reintegração da estação a vida dos cachoeiranos.

Outro projeto se contrapõe a esta situação de esquecimento do transporte ferroviário, renovando-o em outro contexto. Na contemporaneidade, ocorre uma atualização do modal ferroviário no Recôncavo por meio do resgate do transporte de passageiros, só que agora remetendo as linhas férreas à atividade turística-cultural. Este projeto, sob o título de “TransBaião - A Cultura Viaja Aqui” (Figuras 8 e 9), tem como objetivo, além de resgatar o transporte de passageiros, agregar cultura, gastronomia, diversão e lazer com um novo roteiro turístico da Bahia, segundo dados do site oficial ([www.transbaião.com.br](http://www.transbaião.com.br)). Inspirado em Luiz Gonzaga, o “Rei do Baião”, trata-se de um trem com música e história a bordo.

**Figura 8 - “TransBaião”, atualização do modal Ferroviário no Recôncavo**



**Figura 9 – Viagem inaugural do “TransBaião”**



Fonte: TRANSBAIÃO (2011).

O projeto foi criado para ser implantado todo mês de junho, e teve sua inauguração em junho de 2011, saindo de Entre Rios no dia 17 de junho e chegando em Cachoeira no dia 25 de junho, data em que a capital do estado é transferida para a cidade. O projeto foi desenvolvido com o apoio da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Turismo do Estado e com o patrocínio da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), da Vale, da Votorantin, da Bahia

Mineração e da Ferbasa, dentre outros. O último trem de passageiros intermunicipal da Bahia parou de circular desde 1982.

Baseado no potencial turístico, ecológico e cultural do Estado, o “TransBaião” tem seu roteiro (Figura 10) atrelado a uma promessa de viagem no tempo por meio de paisagens belíssimas ao som de representantes da cultura regional nordestina. O trajeto de cerca de 270 km liga as cidades de Entre Rios e São Félix, passando por 13 cidades: Entre Rios, Alagoinhas, Catu, Pojuca, Mata de São João, Dias D’Ávila, Camaçari, Simões Filho, Candeias, Santo Amaro, Conceição da Feira, Cachoeira e São Félix.

**Figura 10 - Itinerário percorrido pelo “TransBaião”**



Fonte: TRANSBAIÃO (2011).

Dentre os demais objetivos do projeto, encontramos a identificação da vocação turística de cada uma das cidades que possuem uma estação ferroviária, como é o caso de Cachoeira (Figuras 11 e 12). Em conjunto com as prefeituras busca-se à criação de uma infraestrutura básica com vistas ao atendimento do visitante e que, por conseguinte, tal atividade seja geradora de novos postos de emprego. O intento é que tal projeto deixe depois de ter sua ação pontual, relacionada apenas ao período dos festejos juninos, passando para um projeto permanente de circulação durante todo o ano.

Figura 11 – “TransBaião” na Antiga Estação de trem



Fonte: TRANSBAIÃO (2011).

Figura 12 – Aglomeração de passageiros e curiosos na chegada do “TransBaião”



Fonte: TRANSBAIÃO (2011).

Os trens turísticos têm se configurado como uma iniciativa comum às cidades históricas de Minas Gerais, como Mariana e Tiradentes, dentre outras, e agora também em Cachoeira. Segundo o site de divulgação, os trens serão operados pela equipe da FCA. Serão usadas duas locomotivas e três carros de passageiros, com capacidade para cerca de 54 passageiros.

**O som de rojões e do forte apito das locomotivas há muito não escutado na Bahia**, simplesmente, fizeram as cidades parar. **Muitos a rememorar uma realidade antiga** que hoje volta à tona e outros a desfrutar do encanto de ver de perto o que era tido como um sonho distante. Tudo isso só foi possível graças ao lançamento do projeto Transbaião –“A Cultura Viaja Aqui”, inspirado na figura do inesquecível Luiz Gonzaga (...). **Uma viagem embalada pelo som de muito forró – em todos os vagões, trios de forrós faziam a festa -, comidas típicas, licor e belas paisagens deu a tônica do que virá pela frente** (TRANSBAIÃO, 2011, grifo nosso).

Observamos que a paisagem do trem para a população local possui uma ancoragem, de certa maneira, negativa. Entretanto, o projeto do “TransBaião” coloca o elemento trem com uma valorização positiva como atratividade turística contrastando, a princípio, com o sentimento dos moradores. É possível que no futuro a consolidação de tal projeto, venha a modificar a percepção, bem como os depoimentos dos cachoeiranos sobre o trem, visto o retorno ao sentido de utilidade inicial, dado pelo transporte de passageiros, só que agora com o apelo cultural festivo.

Entendendo que a composição da paisagem de Cachoeira é também realizada por meio das ações humanas relacionadas a festas, rituais, dentre outros, afirmamos que: “as falas, as maneiras de pensar, os afazeres e saberes nos conduzem a uma construção da paisagem, podem até não constituírem realidades objetivas, mas desempenham um papel de suporte de mensagens e símbolos” (COSTA, 1996, p. 154). Dessa maneira, a seguir nos ateremos às paisagens não apenas como realidade concreta, mas às paisagens constituídas pelas ações humanas, gestos e posturas, que não possuem a solidez dos monumentos, mas que compõem intrincadas paisagens que dão características específicas a Cachoeira.

### 3.3 UMA (RE)LEITURA DA PAISAGEM DA CULTURA DOMINANTE E SUBDOMINANTE EM CACHOEIRA-BA

A abordagem de Cosgrove (1998) explicita como as culturas participam da constituição das paisagens. Parte-se do princípio de que as culturas não funcionam apenas através das pessoas, como também estão presentes nas práticas sociais e na criação das paisagens. Levando em consideração que as paisagens são constituídas de leituras simultâneas e igualmente válidas, partimos para uma análise das diferentes paisagens de Cachoeira, delineando algumas especificidades para sua realidade, buscando uma reflexão entre teoria e empiria, bem como entre espaço e o tempo.

#### a) Paisagem da cultura dominante:

Existem algumas questões e contradições que devem ser pontuados na classificação da paisagem edificada e tombada (Figuras 13 e 14) de Cachoeira como da cultura dominante. Dentre elas citaremos algumas:



- Segundo Cosgrove (1998) a paisagem da cultura dominante precisa ser constantemente reforçada no tempo presente para que permaneça como tal. Neste sentido, as antigas edificações de Cachoeira poderiam se configurar mais como uma paisagem residual [pois se refere à origem do local, a paisagens do passado], do que propriamente uma paisagem dominante, visto que os conteúdos que produziram tal paisagem, de certo modo, não se fazem mais presentes. Entretanto, contra-argumentamos que ela pode ser classificada como paisagem da cultura dominante, visto que se a princípio ela foi erigida graças ao controle dos meios de vida por um grupo, posteriormente foram estes específicos bens culturais os primeiros a receberem na cidade a legitimação de patrimônio, colocando-a como legado de todos. Ou seja, os valores culturais nela imbricados são ativamente reproduzidos pelo patrimônio. Além disso, estes bens culturais tem sido alvo da maioria das ações de preservação pelas instituições de preservação;
- Ela também pode ser considerada como da cultura dominante dado o seu gradiente de visibilidade na cidade sendo estas formas que predominam. Decerto os seus valores são cultuados nas retóricas da cidade [muito embora parte da população as vê como ruínas, que tem atravancado o desenvolvimento da cidade];
- Outro fator que também pode contribuir para tal classificação das edificações refere-se ao fato delas projetarem, para os grupos ali existentes, uma imagem hegemônica, ao mesmo tempo em que para manter seus específicos valores culturais, se estabelecem normas para toda a cidade;
- Além disso, elas projetam uma espécie de progresso local (passado) e simbólico e materialmente é uma imagem tida como ideal.

**Figura 13 – Conjunto do Carmo**



**Figura 14 – Casa de Câmara e Cadeia**



Com efeito, as ações engendradas na cidade apontam cada vez mais para a transformação dessa referida paisagem em “cenário” para festas, festivais, atraindo uma boa parcela dos investimentos do Estado. A oferta cultural é cada vez maior via galerias, museus, abertura de cineteatros. Notamos que os elementos constitutivos dessa paisagem dominante na cidade estão, mormente, arraigados na experiência da paisagem de muitos moradores, turistas, visitantes e demais usuários do espaço urbano, fazendo parte do imaginário coletivo de muitos entrevistados que vêm à tona quando indagados sobre os referenciais da cidade. Sendo o casario de personalidades históricas, Casa de Câmara e Cadeia e Igrejas, além do rio Paraguaçu, os elementos mais citados e representados nos mapas mentais: aparecem em cerca de 52,5% nos mapas mentais dos moradores, em 75% nos mapas dos usuários do espaço e 66% nos mapas dos turistas.

b) Paisagem das culturas subdominantes ou alternativas:

Paralelamente à cultura dominante, os valores das culturas classificadas como alternativas são reforçados em Cachoeira, através de rituais e apresentações públicas, o que auxilia na permanência de tais paisagens. Temos um redimensionamento da classificação das culturas alternativas de Cosgrove (1998), visto que estas culturas oposicionais hoje são valoradas para a promoção da imagem turística da cidade, sobretudo a nova modalidade, o turismo étnico, que tem acrescido o processo de folclorização da cultura afrodescendente, mediante a transformação dos sujeitos de uma manifestação cultural em personagens. Assim, alterações nas formas simbólicas têm se dado na forma, na função e no significado, transformadas em mercadorias e incorporadas ao processo de acumulação capitalista em detrimento da preservação do valor simbólico.

Por sua natureza, segundo Cosgrove (1998), as culturas alternativas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes. Entretanto, ao se fazer uma (re) leitura de tal posicionamento com relação ao objeto de estudo, a paisagem da cultura subdominante tem se tornado aos poucos cada vez mais visível. Na medida em que surgem novos usos, novas apropriações e significações são instigadas novas racionalidades da cidade.

Além disso, as representações da cultura subdominante estão na toponímia de algumas porções, em maioria periféricas, e ruas da cidade, tais como: Caquende e Recuada<sup>35</sup>. Na

---

<sup>35</sup> A Recuada caracteriza-se como área fora da zona central de Cachoeira, um espaço um pouco recuado do centro, constituindo-se historicamente como o mais importante núcleo de residências de afrodescendentes.

atualidade observamos um redimensionamento, uma vez que as religiosidades antes olvidadas agora são “convidadas” a tornarem-se um símbolo emblemático da cidade, ao tempo em que os terreiros que, a priori, eram tidos como arquitetura de “pobres e pretos” e com os seus ritos litúrgicos muitas vezes satanizados e “folclorizados” [“ranço” ainda não abandonado], passam a aumentar a listagem dos bens patrimonializados.

O inventário dos terreiros pertencentes à cidade de Cachoeira, assim como aqueles situados em outras localidades do município, está sendo realizado pela Fundação Pedro Calmon/ Secretaria de Cultura da Bahia (Secult/BA), totalizando cerca 11 terreiros. Dentre eles, sete são urbanos: Casa de Mãe Lúcia, Casa de Mãe Filinha, Casa de Mãe Nilta, Ogodô Dei, Lobanekum Filho, Kaio Alaketu Axé Oxum e Huntologi Rumpayme. Tal levantamento tem como finalidade a inscrição destas comunidades/terreiros, no Livro de Registro de Lugares como patrimônio material e imaterial pelo IPAC. No discurso institucional visa-se à promoção da diversidade étnica e cultural por meio da valorização da cultura afrobrasileira.

Além do inventário do tombamento dos terreiros acima descritos, o terreiro de nação Jeje, Zogbobo Male Bogum Seja Hundê, no dia 10 de janeiro de 2011, teve publicado no Diário Oficial da União a notificação do seu processo de tombamento pelo IPHAN. De acordo com a proposta, o registro será realizado no Livro do Tombo Histórico e no Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Assim, a partir da data de tal notificação, qualquer intervenção no terreiro ou vizinhança deve ser previamente aprovada pelo IPHAN. Dentre os bens tombados temos: o conjunto dos bens imóveis do terreiro, o sítio natural, as edificações e algumas espécies arbóreas que fazem parte dos ritos Jeje. Na proposta de tombamento ainda consta que os bens tombados serão: a casa dos antepassados, Doze árvores sagradas, o Riacho Caquende-odê, as Casas de Hospedagem, o Oiá (altar), os Pejis (cerimoniais) de cima e de baixo, com salão, ronco e a cozinha sagrada.

Há alguns anos, havia uma resistência muito forte que revidava o tombamento dos terreiros. Havia um receio muito grande por conta da rigidez das ações que permeiam o tombamento, assim como o temor da perda da autonomia. Entretanto, atualmente, mediante a mudança da mentalidade sobre o tombamento e cientes dos benefícios que o mesmo pode trazer, muitos dos terreiros em Cachoeira são favoráveis ao tombamento, segundo os babalorixás entrevistados. Dentre as ações que circunscrevem o registro dos terreiros tem-se como objetivo transformar os terreiros de candomblé em auto-suficientes. Isso objetivamente significa criar dentro do terreiro instalações e acomodações que possibilitem o visitante participar, conhecer e conviver com o “povo de Santo”. Questionamos, em que ponto, tal medida pode interferir nos rituais de tal religiosidade, uma vez que para alguns deles é

necessário resguardo e privacidade. Dado o exposto, alguns babalorixás entrevistados, se colocam contra o tombamento por receio da perda da autonomia, tanto para as instituições de preservação, quanto para os turistas, uma vez que estando estes pagando, possam requerer direitos, inserindo o templo religioso num circuito de troca e espetáculo para “turista ver”.

c) Paisagem emergente:

A paisagem emergente é distinguida pelo seu caráter de mudança e de manifestação em ascensão. Desafiando as culturas existentes, ela oferece uma visão de futuros alternativos possíveis. A UFRB seria uma exemplificação de paisagem da cultura emergente na cidade, visto a pluralidade e fluxos trazidos pela mesma. Em Cachoeira fica instalado o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), cujos cursos são: Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Jornalismo, História e Museologia, ficando em Cruz das Almas o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e o de Ciências Exatas e Tecnológicas, além da Reitoria.

As alterações concernentes à paisagem pela inserção da UFRB relaciona-se a nova urbanidade trazida pelos alunos que se tornaram novos moradores e/ou novos usuários dos espaços públicos da cidade, causando um relativo “choque” à população mais antiga, sobretudo. Os modos diferenciados de vestir e agir, as atitudes e os usos que fazem de tal espaço urbano são algumas exemplificações trazidas por esses agentes recentes. A Praça 25 de Junho, local de concentração de pequenos bares e restaurantes, é um dos ambientes mais frequentados pelos estudantes, constituindo-se num ponto de encontro deles, sobretudo nas noites e finais de semana. Além disso, a inserção da UFRB em Cachoeira tem provocado uma proliferação de novos serviços e estabelecimentos voltados para tal público alvo, principalmente espaços para refeição, tais como lanchonetes, restaurantes, *delicatessens*, ou ainda de pequenas pousadas e pensões. Segundo Henrique (2009 a):

Em Cachoeira, transformações na estrutura do comércio/serviços, como o surgimento de *apart* hotéis, *delicatessen*, copiadoras, livraria e cafés, foram impulsionadas pela instalação da UFRB que também insere novos tempos e novas temporalidades na cidade, a partir da chegada dos novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários), com suas novas necessidades e novos consumos. Entretanto, estas novidades acabam por levar a uma desestruturação do cotidiano anteriormente produzido e vivido. Milton Santos (1979) escreve como os lugares sofrem adaptações, desaparecimentos e diminuições das atividades “tradicionais”, agora restritas às camadas mais pobres da população da cidade, que não são prioritárias no processo de modernização e consumo (HENRIQUE, 2009a, p. 97).

Segundo o autor, a inserção de objetos, ações, técnicas e novos moradores ressoam como verticalidades impostas sobre uma organização/estruturação urbana anteriores. Estas mudanças acarretam alterações no cotidiano e nas relações interpessoais “entre os que nasceram em Cachoeira e os que vieram de fora”. Devemos ponderar que as alterações provenientes da inserção destes novos agentes na cidade ainda devem ser relativizadas, uma vez que se trata de um campus novo [de 2006, ou seja, de cinco anos], de modo que com o avanço do tempo as modificações trazidas por estes poderão ser mais consolidadas.

Até então, quanto à presença deles e dos usos que fazem da cidade, a opinião dos moradores se divide. Muitos moradores entrevistados atribuem aos estudantes uma série de modificações indicadas por eles, tais como: o aumento do consumo de drogas, o aumento dos alugueis, o barulho nas ruas à noite, são algumas questões elencadas pela população. A citação a seguir retrata a fala de alguns dos estudantes entrevistados:

“- Eu venho aqui na Praça 25 e fico até duas, três horas da madrugada. É o *point* dos estudantes, dos artistas, que se reúnem aqui para tomar a cerveja, tal, você fica durante toda aquela madrugada, conversando, tomando aquele sereno. Amo isso aqui” (usuário do espaço, estudante da UFRB, 43 anos).

“- Criou-se um amontoado de pessoas, não só nas ruas como também nos pequenos espaços que a própria população ocupava” (morador, estudante UFRB, 26 anos).

“- Os outros comportamentos mentem medo, desconforto. Há uma resistência muito grande aos estudantes na cidade” (morador, estudante UFRB, 27 anos).

Por outro lado, a presença deles entusiasma alguns comerciantes que veem nos estudantes a possibilidade da criação ou ampliação de novos nichos de mercado. Muito embora alguns destes comerciantes reconheçam que o poder aquisitivo dos estudantes é relativamente baixo, o que impossibilita, de certo modo, a criação e a manutenção de serviços e estabelecimentos mais sofisticados.

#### d) Paisagem “excluída”:

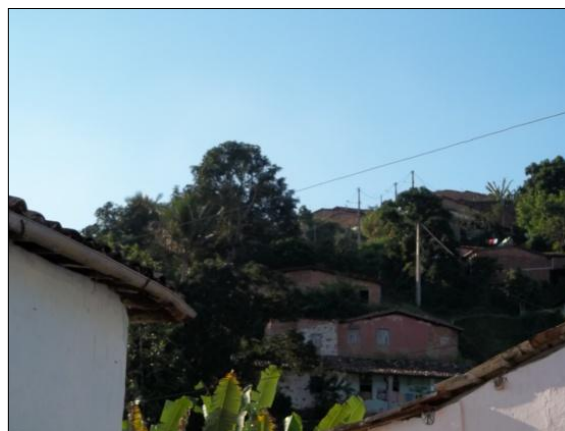
As paisagens excluídas têm a capacidade de revelar a ocultação existente na projeção representativa do lugar segundo Souza (2002). Devemos ponderar que estas paisagens se encontram incluídas, porém de forma desigual. Estas paisagens podem revelar símbolos materiais e não materiais dos grupos sociais excluídos, aí situamos a paisagem representativa da periferia urbana da cidade em questão. Em Cachoeira, são escolhidos pelo capital e, pelos entes federativos ligados ao patrimônio, os elementos que saem da periferia social da cidade para virem ao centro. Outros elementos e valores permanecem ocultados. A eles não é dada uma referida visibilidade.

As paisagens excluídas são marginalizadas por não conterem um padrão estético valorizado, dentre outras questões, contudo possuem representatividade simbólica. Estas paisagens são plenas de significados, de experiências sociais, e congregam, ao mesmo tempo, trajetórias de vida e marcos expressivos em significado simbólico. Em Cachoeira, estas paisagens referem-se à região do Bitedô (Figura 15) e Recuada (Figura 16) dentre outros espaços periféricos da cidade. Eles até aparecem no discurso oficial como “Zona de Preservação da Paisagem”, como propõe o Plano Diretor, sublinhando uma tentativa de controle do entorno (relacionado ao sopé e ao cume das encostas) que circundam a “Zona de Preservação Rigorosa” da cidade. No Programa Monumenta, parte dessas regiões aparecem dentro da nova área de influência do Projeto, sendo que a Igreja do Rosarinho e o Cemitério dos Pretos, após reivindicação local, foram inseridos no programa. Entretanto, de modo geral, as ações efetivas de preservação que recaem sobre estas porções da cidade são mínimas, frente às que ocorrem em outras porções da cidade, onde é notável o maior interesse na salvaguarda de específicos valores culturais.

**Figura 15 – Casas do Bitedô**



**Figura 16 – Casas da Recuada**



Fonte: Trabalho de campo, 2011.

A Recuada e o Bitedô se desenvolveram historicamente como núcleos residenciais de escravos urbanos e se caracterizavam pela presença de terreiros, quilombos e de uma arquitetura vernacular, diferente da que se desenvolvia no núcleo urbano de Cachoeira. Na atualidade, estas zonas estão em expansão. É crescente o número de arruamentos e construções morro acima. Por mais que as instituições de preservação tentem conter tal crescimento, a insuficiência de espaços para expansão da cidade tem direcionado o aumento da ocupação nestas áreas. Frequentemente esta ocupação periférica da cidade é realizada pelos grupos sociais menos abastados que procuram estas áreas devido aos valores reduzidos e à disponibilidade de lotes.

Para os iniciados no candomblé estas zonas possuem relevante valor simbólico, não apenas pelo papel histórico de sua formação social, como pela composição simbólica que a ela até hoje é atribuída por alguns grupos sociais: “Essa relação entre o indivíduo e a paisagem é, portanto, mediatizada por sua rede simbólica cuja materialidade traz também o imaterial, algo visível que mostra o invisível, um gesto que significa um valor” (COSTA, 1996, p. 151). Assim, o Bitedô e a Recuada têm uma forte sacralidade para as pessoas do culto afro, segundo o historiador Cacau Nascimento. As experiências desses espaços, dessas paisagens e desses lugares para este grupo são repletas de significações, vivências e simbolismo.

Além de terreiros de candomblé mais novos [que não foram englobados no inventário de terreiros a serem escritos no livro de registro dos lugares pelo IPAC], a região do Bitedô e da Recuada possuem lugares públicos nos quais parte de suas práticas e ritos são frequentemente realizados. Os conhecidos “trabalhos”<sup>36</sup> (Figura 17) geram percepções diferenciadas para aqueles que comungam do culto afro e para aqueles que seguem outras matrizes religiosas. Outro fato que chama atenção é a nomenclatura de alguns estabelecimentos (Figura 18) dessa porção cidade, bem como a comercialização de “banhos” e rezas.

**Figura 17 – Local no Bitedô utilizado para parte dos Ritos.**



Fonte: Trabalho de campo, 2011.

**Figura 18 – Estabelecimento comercial na Recuada**



Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Para além do Bitedô e da Recuada, outras porções periféricas (espaciais e sociais) da cidade constituem-se em paisagens “excluídas”, dentre as quais podemos citar as ruas nas mediações do porto e nas proximidades do estádio municipal, marcadas pelo representativo número de casas de prostituição, ou ainda, as porções da cidade marcadas pelo medo devido ao crescente aumento da violência (Tabela 01), consubstanciado, sobretudo, pela atuação do

<sup>36</sup> Os trabalhos, neste contexto, refere-se a prática ritualísticas do Povo de Santo que envolve o oferecimento de alimento aos orixás.

tráfico de drogas que, em certa medida, tem mudado os costumes dos moradores antigos, principalmente no que concernem os trajetos que eles fazem no seu cotidiano e os horários em que o fazem. Estas paisagens não participam das promoções imagéticas da cidade, nem das políticas urbanas fortemente balizadas por ações que repercutem na paisagem materializada. Porém, estão muito presentes nas falas dos moradores como ocorre nos trechos das entrevistas a seguir moradores da localidade do Viradouro – região situada aos fundos da antiga estação de trem-, e que, segundo o delegado de polícia, constitui-se na localidade com o maior número de ocorrências.

“-Não era não. De uns dois, três anos pra cá que ficou assim (...). É a droga, o tráfico, muita gente de fora, começa a vender a cocaína e o craque. Mudamos muito o costume da gente. Meu neto mesmo toca Lira e tem ensaio de noite. Antigamente ele ia sete horas da noite e vinha dez e meia, tranquilo. Hoje em dia, eu tenho que ficar no meio do caminho para esperar ele, porque eles não consideram ninguém. Mesmo filho aqui do bairro não considera ninguém. Sete e oito horas da noite você não vê mais ninguém na rua. Só eles é que tem liberdade, é mulher deles e tudo, é quem tem liberdade. E nós não somos do foco e não vamos dar apoio a eles” (moradora, dona de casa, 55anos).

“- Ultimamente Cachoeira está num desgaste público. As drogas, ladrões, estas coisas que tem existido na cidade. Marginalidade sempre teve, desde os primórdios, mas hoje a coisa tá se agravando mais” (morador, condutor de barco, 51 anos).

“- Muito fluxo de tráfico de drogas no Viradouro. É um bairro pobre, mas rico em área verde. Lá dá acesso à área do rio que você pode se banhar, mas agora não dá mais. Eu evito” (morador, professor, 37 anos).

Os dados da tabela 1 e gráfico 3 foram extraídos dos arquivos de registros de ocorrências delituosas da Delegacia de Polícia Municipal de Cachoeira, mediante autorização do funcionário responsável. A análise dos dados ocorreu por meio do sistema Lotus Notes que é software de registros utilizado pela delegacia de Cachoeira. O software foi instalado recentemente, em 2009, de modo que só passou a ter uso efetivo a partir de 2010. Desse modo, 2010 e 2011 foram os anos analisados. Mesmo tratando-se de um intervalo temporal curto, o comparativo é válido, pois delineia uma significativa progressão das ocorrências delituosas, tais como furtos, roubos, arrombamentos, tráfico e usuário de drogas nos referidos anos.



**Tabela 1 – Comparativo das ocorrências delituosas entre os anos de 2010 e 2011**

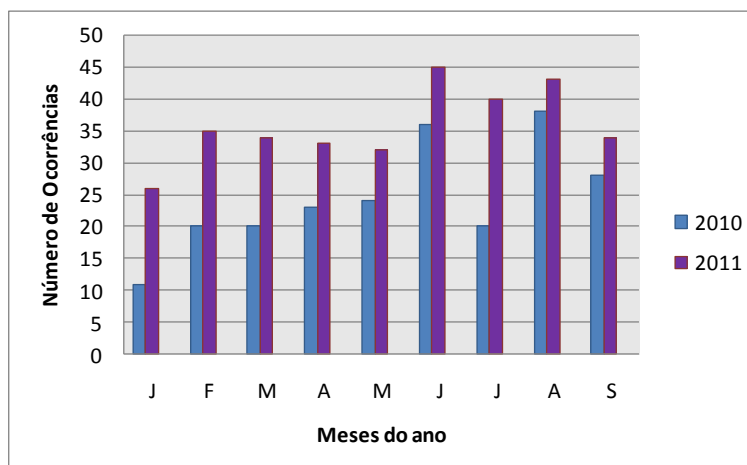
	Furtos, Roubos ou Arrombamentos.		Tráfico e usuário de drogas	
	2010	2011*	2010	2011*
Janeiro	11	26	S/R**	S/R
Fevereiro	20	35	S/R	01
Março	20	34	S/R	04
Abril	23	33	02	04
Mai	24	32	S/R	10
Junho	36	45	S/R	09
Julho	20	40	01	01
Agosto	38	43	01	07
Setembro	28	34	01	04
Outubro	37	-	01	-
Novembro	40	-	02	-
Dezembro	23	-	03	-

\*Para o ano de 2011 foram contabilizadas as ocorrências até o mês de setembro, período em que o levantamento foi realizado.

\*\* S/R - Sem registro deste tipo de ocorrência para o referido mês.

Elaboração: BITTENCOURT, A. S.. 2011.

Fonte: Do arquivo de registros de ocorrência delituosas no sistema Lotus Notes da Delegacia de Polícia Municipal de Cachoeira.

**Gráfico 3 – Ocorrências de Furto, Roubos e Arrombamentos nos anos de 2010 e 2011**

Elaboração: BITTENCOURT, A.S..2011.

Fonte: Do arquivo de registros da Delegacia Municipal de Cachoeira.

Os dados percentuais revelam um aumento de 47% das ocorrências com furtos, roubos e arrombamentos entre 2010 e 2011, para igual período contabilizado (de janeiro a setembro). Entretanto, ainda é mais evidente o aumento das ocorrências relacionadas ao tráfico e uso de drogas para o mesmo período, haja vista que ocorreu um aumento de oito vezes mais que o ano anterior. Os casos de furto em geral, são relacionados a celulares, bicicleta, quanto aos

roubos os casos são contra residências, postos de gasolina, carros, motocicletas, correios, casas comerciais, transeuntes e arrombamento de residência. De acordo com pesquisa de campo, o aumento do número de ocorrências relacionadas a drogas não está apenas imbricado ao aumento do consumo e do tráfico nos referidos anos, como também está relacionado ao trabalho de combate ostensivo realizado nos últimos meses na cidade e que tem favorecido um maior número de apreensões. Com efeito, as paisagens excluídas, da cultura do crime e das drogas, e de demais porções periféricas da cidade, fazem parte do novo contexto urbano a que Cachoeira tem sido remetida.

### 3.4 REGULIZAÇÃO DO ESPAÇO NA LÓGICA DA ANIMAÇÃO CULTURAL

Se o patrimônio edificado, em certa medida, é transformado em cenário, algumas ações têm direcionado as manifestações culturais, festas, festivais, dentre outros, para “animar” o espaço urbano cachoeirano. Nas análises que se seguem temos algumas manifestações e eventos cooptados por tal lógica.

#### 3.4.1 Irmandade da Boa Morte: atualizações

No mês de agosto na cidade de Cachoeira iniciam-se os preparativos para os festejos da secular Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. No 13 de agosto, no cair do entardecer, as irmãs saem às ruas e iniciam mais uma procissão pelos principais largos da cidade, carregando a imagem da santa deitada. No caminho, em meio ao cortejo que rememora um difícil passado, é patente a presença de fotógrafos, cenógrafos, pesquisadores, turistas, curiosos, dentre outros. Eles experimentam um pouco de tal rito litúrgico e simultaneamente vão armazenando em suas vivências, em suas memórias, humanas ou digitais, os registros de tal evento. Ao mesmo tempo, sob o véu da noite, os *flashes* de suas máquinas fotográficas irradiam o deslumbramento que envolve tal cerimônia, indicando novas dinâmicas e novos interesses que agora acompanham esta irmandade.

Quem as vê assim, reluzidas, cheias de apreciadores, de assédio [a ponto de necessitarem de seguranças para conseguir realizar o seu cortejo e as suas procissões pela cidade] não imagina o histórico de obstinação e de resistência empenhadas por estas mulheres. A trajetória da Irmandade da Boa Morte na cidade de Cachoeira é repleta de descontinuidades. Por muitos anos ofuscadas e submetidas à condição de marginalidade,

devido a sua matriz fundada na religião afrodescendente [que congrega ritos do candomblé e catolicismo], a Irmandade esteve envolvida em processos de luta pela conquista de seu território na cidade, processo estudado por Aureanice de Melo Corrêa (2004) em sua tese de doutorado intitulada “Irmandade da Boa Morte como manifestação da cultura afro-brasileira: da cultura alternativa à inserção global”.

Com efeito, a racionalidade urbana marcada pelo distanciamento do encontro com o diferente condena as visões de mundo que se opunham aos seus critérios, empurrando para as bordas da cidade as manifestações que destoam das matrizes dominantes. Entretanto, o conflito se impõe, e como atitude de conformação ocorre a justaposição dos símbolos culturais, a priori, adversos, como ocorreu com a Irmandade da Boa Morte. Uma vez que por muito tempo realizar os rituais africanos publicamente era proibido, os afrodescendentes recorriam à devoção a santos negros da igreja católica criando, assim, as irmandades.

Atualmente a sede da Irmandade funciona num conjunto de quatro sobrados situados na Rua 13 de Maio e no Largo da Ajuda, ou seja, no centro de Cachoeira, e recebe os holofotes dos diferentes agentes: governo, turistas, instituição de preservação, dentre outros. Neste ponto, é interessante sublinhar o questionamento trazido por Canclini (1997), que problematiza as intencionalidades que permeiam ações como esta:

Mas nos perguntamos se a descontinuidade extrema como hábito perceptivo, a diminuição de oportunidades para compreender a reelaboração dos significados subsistentes de algumas tradições para intervir em sua transformação, não **reforça o poder inconsulto dos que realmente continuam preocupados em entender e dirigir as grandes redes de objetos e sentidos: as transnacionais e os estados** (CANCLINI, 1997, p. 11, grifo nosso).

Dado o exposto, tornam-se eminentes as posturas políticas e econômicas nas quais tais mudanças foram consubstanciadas e com a efetiva participação midiática na proliferação de novos nexos culturais e de diferentes identidades, dando maior peso às composições imagéticas, nas quais a ação política tem se deslocado cada vez mais para o esteticismo e a imagem. A própria Irmandade da Boa Morte teve sua projeção no cenário mundial atrelada à divulgação de vídeos sobre os seus ritos mundo afora. Todavia, é necessário ressaltar que mesmo que atualmente a Irmandade da Boa Morte assuma localmente a condição de paisagem da cultura dominante, visto que se encontra completamente inserida nos discursos oficiais das instituições de preservação e nas atuações dos entes governamentais que a projetam como relevante símbolo da cidade, em outras escalas geográficas, como cultura, de certo modo, subdominante. Aliás, é importante relativizar tal marginalização, uma vez que ela não é só

dada em outros níveis, estando presente inclusive na própria cidade por meio de parte da população que não congrega e não aprecia tais ritos pelas mais distintas motivações. Desse modo, novos processos tornam ainda mais complexa a assimetria entre dominante e subdominante.

Henrique (2010), quando analisa as diferentes tramas delineadas no tecido urbano de Cachoeira, expõe sua visão trilhada por meio de um comparativo de diferentes atos e momentos da cidade. Neste sentido, o referido autor diferencia o período dos festejos da Boa Morte de outra ocasião em que a cidade se apresentou mais “opaca”, dado o esvaziamento de algumas formas e conteúdos que ali se faziam presentes.

De um lado o vazio das ruas, dos casarões numa tarde de domingo quente e ensolarado e aquela noite de eventos mágicos, de manifestação desta vida potencial, latente e subjugada. Cachoeira, a heróica, não é um cenário morto para um monólogo decrépito. O coração potente ainda batia, num conjunto de casarões pintados nas cores rosa e vermelho, cores quentes para aquecer e fazer despertar a vida. O sangue a correr e animar as carnes, os músculos, os olhos e os braços. A luz das velas carregadas pelas ruas é ofuscada pelo brilho dos olhares e pela força feminina. A cidade morta se levanta num novo sopro de vida, graças às mulheres guerreiras, que sabem que ainda não é a hora da morte de Cachoeira (HENRIQUE, 2010, p.02).

Desse modo, os rituais de procissões, missas e ceias, permeados pela postura de orgulho, fé, força, além das vestes e da concentração de pessoas dão um outro tom específico à cidade durante os dias do festejos. A revista *Viver Bahia* também aponta para a paisagem diferenciada promovida pelos festejos da Boa morte:

A beleza plástica representada pelas suas imponentes vestimentas e o forte sentimento de fé, exibido nos semblantes das 22 senhoras descendentes de escravos, impressionam devotos e turistas, principalmente norte-americanos afrodescendentes, que chegam atraídos pela força da ancestralidade africana preservada pela Irmandade. “É como se eu estivesse vendo os meus antepassados”, lembra a antropóloga norte-americana, Barbara King, ministra da Igreja Hilside Internacional Truth Center (*Viver Bahia*, nº 13, jul/ago 2010, p.66).

A paisagem, neste contexto, assume o papel de representação corpórea, como forma de interlocução simbólica. Num misto entre pessoas, atos e ritos, a paisagem compõe-se por meio de um jogo de representações com amplo significado para aqueles que dela participam (Figuras 19 e 20). “Mais do que cenário, enquadramento ou moldura para encenação a paisagem participa [...] e cumpre o papel de mediação nas relações obra e o observador-interpretante” (BARBOSA, J.; CORRÊA, A., 2001 p. 81).

Figura 19 – Procissão da Irmandade da Boa Morte



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Figura 20 - Procissão da Irmandade da Boa Morte



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Para as irmãs da Boa Morte, cada adorno, cada cor e as jóias utilizadas, cada comida oferecida, assim como as velas, imagens carregadas no momento de procissão em cada dia dos festejos, são revestidos de significativo simbolismo e compõem uma trama repleta de sentidos. Para aqueles que assistem e contemplam a festa da Irmandade da Boa Morte, os símbolos, as irmãs e as representações, e todo processo ritualístico produzem uma experiência marcante de tal paisagem por meio do contato senso-perceptivo que ocorre nas ruas, nos ritos de procissão, na missa, ou ainda na sede da Irmandade. Neste contexto, de acordo com Barbosa e Corrêa (2001), ela corporifica a emoção do acontecimento, ao mesmo tempo em que: “[...] se torna portadora de uma mensagem signica para aludir a experiência (...) apresenta os lugares como uma condensação de valores, memórias, imagens e lendas que marcam o vivido de um grupo social”. (BARBOSA, J.; CORRÊA, A., 2001 p. 82-83) .

Na atualidade, a Irmandade da Boa Morte, para além da manifestação cultural religiosa, tornou-se mais que um ícone na cidade. Com efeito, sua projeção tem ido muito além dos limites da cidade em questão. Sua valorização como cultura que envolve religiosidade de matriz africana e com grande peculiaridade faz com que a irmandade tenha sido de interesse de muitos norte-americanos afrodescendentes que se identificam com as origens e celebrações da irmandade como já nos apontava Corrêa (2004) e como nos aparece de forma bem ilustrada na fala de um turista entrevistados no período dos festejos da Boa Morte:

“- Para mim é muito importante o Recôncavo, Cachoeira, Salvador por conta da raça africana. Temos uma irmandade de 22 mulheres que consegue com conta, jóia, com roupa, com identidade, religião, com candomblé, com catolicismo, com a comida que faz, com canções que canta, com a alma cheia, coração cheio, de todos os modos sobrevivendo, mostrando um exemplo, mostrando a cultura, e dando graças a todos (...). São meu povo, gente de raça. Estava ouvindo falar sobre coisas delas há algum tempo, como uma lenda, que não sabia onde

estava no Brasil [...] Daí comecei a investigar em New York o que era esse nome “Boa Morte”. Cheguei à Bahia, pela primeira vez, em final de julho de 2008, e a Cachoeira na segunda semana de agosto. E um dia quando subi o largo da irmandade, ah, e encontrei elas, ah! Era tudo!”( turista, antropólogo, 46 anos, Nova Iorque E.U.A., 17/08/2010)

Além da presença daqueles que possuem uma pretensa relação identitária com os cultos da irmandade da Boa Morte, é expressiva a presença de pesquisadores do Brasil e do mundo, bem como de curiosos. Nas entrevistas ficou patente a representatividade de Cachoeira concernente à forte presença da cultura afro, dada, principalmente, pelas diversas manifestações culturais de matriz africana. Ademais, Cachoeira também é relatada como que representativa dos referenciais sócio-históricos que permeiam a construção da noção de Recôncavo e Bahia, como pode ser visto no depoimento a seguir:

“(...) aqui a gente respira a Bahia...vê isso tanto na cidade como no povo, nas festas, na religião...aqui a gente vive...a Bahia...e sabe que o Brasil também começou por aqui..fico aqui vendo tudo e imaginando como era antes.” (turista, jornalista, 34 anos, SP-BRA, 2010, 17/08/2010).

Observamos assim que grande parte dos referenciais do imaginário dos visitantes, de forma geral, é fruto não só da história de colonização do país, e do seu histórico de lutas pela independência. A representatividade de Recôncavo trazida na mente e no imaginário de alguns dos turistas que chegam à cidade de Cachoeira tem também, como referência, as músicas que retratam o Recôncavo Baiano e a sua cultura mundo afora. Em algumas composições musicais, cria-se uma “atmosfera” em torno de uma referida “baianidade nagô”, fundada neste sincretismo religioso e nesta mistura de culturas que caracteriza à Bahia. Todos estes elementos, em conjunto com a massiva divulgação e constantemente (re)produção de produtos, tais como as mídias culturais (reportagens impressas ou televisivas), e a própria ação governamental de incremento turístico, atuam no sentido de não só manter tal símbolo, como também de ratificá-lo e torná-lo mais eminente aos olhos dos visitantes:

“- Então, eu como ilustrador, tinha visto um trabalho sobre religiões na Bahia [...]. Mas o que me fascinou foi a riqueza da cidade, essa relação com o Recôncavo, com a produção da cana, os engenhos da época, com o Rio Paraguaçu e a Baía de Todos os Santos. Eu não conhecia, praticamente não tinha ouvido falar em Recôncavo. O que eu tinha ouvido falar está no imaginário de quem ouve Caetano, Bethania...Essa região eu conheço por referencial musical”. (turista, ilustrador, 36 anos, RJ-BRA, 15/08/2010)

Neste contexto, considerada como inspiração para o desenvolvimento do turismo étnico afro – novo segmento da atividade turística da Bahia –, a Festa da Irmandade da Boa Morte foi recentemente oficializada como patrimônio imaterial [em 25 de junho de 2010], pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). A festa foi incluída no Livro de Registro Especial de Eventos e Celebrações. O registro, além da salvaguarda a esta manifestação cultural, prevê projetos, ações de incentivo e concessão de

financiamentos públicos e privados. Tal legitimação, paralela à valorização desta referida manifestação cultural, acentua a um só tem o sentido do patrimônio urbano atual que se remete cada vez mais a um ativo cultural, econômico e político.

Observa-se que a maioria das pessoas da cidade não participam, tampouco assistem a festa. Muitos deles não têm interesse religioso na festa como nos sugere Henrique (2010). Tal autor, ao analisar a Irmandade da Boa Morte, indica similitudes com os espaços femininos contido na peça teatral “A Casa de Bernarda Alba” que fala sobre o sacrifício feminino para a manutenção das tradições, situando as mulheres com um papel central na construção do cotidiano. Além disso, Henrique(2010) pontua em Cachoeira a coexistência de outras religiões que não as de matriz africana e a existência de outros interesses na cidade no momento da Festa da Boa Morte:

Fechados em seu espaço, estes personagens, mesmo no momento de exteriorização da fé no uso da rua para a procissão, os olhares e as rezas, tanto na casa de Bernarda quanto em Cachoeira, concorrem com aqueles que buscam outras direções. A sedução exercida pelos homens que passam com as suas tropas no texto de Garcia Lorca é metamorfoseada na cidade pelas janelas do mundo exterior, na sucção do tempo pelo espaço virtual. Sentados e olhos fixos na telas, os jovens das *lan houses* não ouvem e não vêem as mulheres com suas vestes específicas no dia da procissão pelas ruas molhadas de Cachoeira. Enquanto as Senhoras da Boa Morte entoam seus cânticos e carregam suas velas, iluminando os caminhos entre os diversos tempos da cidade abrindo brechas entre o passado e o presente, outras formas de religiosidade se mostram nas casas pentecostais, aos sons dos microfones e com seus rituais próprios (HENRIQUE, 2010, p. 03).

Muitos dos cachoeiranos que vêm à festa são aqueles que possuem algum interesse comercial nela, de acordo com o campo e as entrevistas realizadas no período festivo, e como já confirmava a pesquisa de Corrêa (2004). Devido ao maior fluxo de pessoas, dada a presença de turistas estrangeiros, visitantes, pesquisadores, imprensa, dentre outros, no período dos festejos os largos da cidade, nas proximidades da sede da Irmandade da Boa Morte, bem como a orla e a Praça 25 de Junho, ficam repletos de barraquinhas de lanches, artesanatos, isopores com bebidas, barraquinha de jogos, além dos estabelecimentos comerciais já instituídos, tais como bares, restaurantes, cafés, pousadas, dentre outros, que ganham maior fluxo de pessoas neste período do ano tão aguardado por seus proprietários. O quadro 3 a seguir demonstra a diferença do valor das diárias de algumas pousadas, comparando o período festivo ao um período sem festa.

**Tabela 2 - Orçamento Comparativo dos Valores das Pousadas no Período da Festa da Boa Morte no ano de 2010**

<b>Pousadas</b>	<b>Valor da Diária no Período da Festa (R\$)</b>	<b>Valor da Diária Normal (R\$)</b>
Aclamação Apart Hotel	300,00	120,00
Cachoeira Apart Hotel	400,00	100,00
Pousada da Ajuda	165,00	30,00
Pousada do Convento	450,00	149,00

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2010. O Valor da diária no período da festa foi calculado baseado no valor do pacote, visto que as pousadas neste período só trabalham com este modo de hospedagem. Dividiu-se o valor do pacote pelo tempo de estadia.

Numa cidade cujas iniciativas implantadas visam, de certo modo, afirmá-la como um importante roteiro turístico no cenário baiano e nacional, a intensidade de seu fluxo turístico ainda é fortemente marcada pela sazonalidade, tendo seus maiores picos nos eventos festivos como a festa da Irmandade e o período do São João. Notamos que o público nestes distintos períodos é diferenciado. A Festa da Boa Morte tornou-se conhecida pelo grande interesse estrangeiro [além de norte-americanos, outras nacionalidades como franceses, portugueses, italianos, dentre outras nacionalidades, muitos deles movidos pela produção de algum produto cultural a ser comercializado, como fotos, vídeos, documentários, dentre outros], além da forte presença da imprensa e pesquisadores de várias regiões do país [além da imprensa baiana, observa-se a presença principalmente da imprensa do sudeste, do eixo São Paulo e Rio de Janeiro]. Já nos festejos juninos a maioria dos turistas constitui-se em baianos vindos de cidades com festejos de São João menos expressivos.

A festa da Irmandade promove um relevante fluxo de consumidores dos estabelecimentos comerciais na cidade, aí inclusos não só os turistas, pesquisadores e imprensa que pernoitam na cidade, como também os visitantes das cidades circunvizinhas e da capital Salvador, que, nestes dias, acabam por movimentar o comércio. Constatamos que, a cada ano que passa, a Festa da Irmandade ganha mais status de espetacularização e conotação de mais uma festa no calendário baiano das festas de largo (Figura 21 e 22). Muitos dos que chegam nos ônibus de lotação vindos de Salvador, em sua maioria, desconhecem o sentido religioso da festa, assim como o histórico e o simbolismo que envolve cada rito, cada cerimônia realizada pelas irmãs todos os anos.



**Figura 21 - Ônibus de lotação na orla**



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

**Figura 22 – Visitantes vindo de Salvador**



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Estas novas perspectivas em que a festa Boa Morte encontra-se inserida está sobrepostas a várias camadas de significados e interesses dos diversos agentes envolvidos neste processo desde o morador mais antigo, passando pelos comerciantes, turistas, UFRB e os projetos governamentais de incentivo turístico.

A festa profana, muitas das vezes, ocorre concomitantemente ao momento das missas, procissões, ceias e todos os demais ritos litúrgicos que envolvem os festejos da Irmandade. E, neste contexto, as ruas da cidade se enchem de movimento, são tomadas por pessoas de todos os cantos. A paisagem da cidade nestes dias se transfigura, criando uma mistura de cores, de culturas, de sons. Sentimos um pulsar diferente, dado tanto pela marcha das irmãs nos largos com seus cânticos, como também pela festa que arrebatava a cidade nestes dias.

Outros eventos paralelos têm se tornado comum no período da festa da Boa Morte. Alguns objetivam realçar e discutir o sentido cultural e religioso das manifestações culturais de matriz africana no Recôncavo no âmbito acadêmico, a exemplo do “Simpósio Identidades Culturais e Religiosidade”, na UFRB. O simpósio possui edições anuais abarcando o período da festa e convida a população e demais interessados ao debate e à discussão dos caminhos percorridos pela identidade afrobrasileira, demarcando os históricos de luta, resistência e de reinvenção. Para tal, além da presença de pesquisadores do tema das diversas universidades do Brasil e do mundo, representantes e pesquisadores locais, babalorixás, iyalorixás, dentre outros membros da comunidade, fazem parte das mesas de discussão e proporcionam um nexos entre os mitos, tradições, memórias dos afrodescendentes com os cachoeiranos e os processos e especificidades locais.

Em contrapartida, outros eventos ocorrem. Não só de cunho acadêmico como também festivos. Festas em clubes espalhados pela cidade que aproveitam o clima festivo dado pelos festejos da Irmandade, bem como a cidade cheia de turistas e visitantes. Assim, nas noites do fim de semana da festa, principalmente no sábado, espalham-se pelos espaços de festa da cidade forrós, serestas, reggaes e até bailes Black, com DJs, grafites, raps. Tal situação sinaliza o aproveitamento mercadológico da festa, ao mesmo tempo em que explicita outros fluxos, outras intencionalidades e o constante estado de mudança remetido a cidade. As transformações são comuns a todas as cidades e não poderia ser diferente numa cidade histórica. A população das cidades históricas tombadas tem o mesmo direito de atualização de suas práticas como de qualquer outra cidade. A própria população tem esta consciência da não museificação (JEUDY, 2005) das pessoas, do seu cotidiano e de suas práticas culturais. Tal combinação, entre passado e presente, também foi perceptível e identificada por um dos turistas entrevistado:

“- Eu acho que a juventude se adapta a um tipo de atitude muito contemporânea. Saem à noite com tudo que é tipo de música, os negros vestidos super afro, outros super americanos. Acho que esse é um retrato bem do Brasil que não é um lugar muito rígido. Se fosse nos Estados Unidos só teria coisa afro, candomblé, uma cidade totalmente voltada para este lado. Esta cidade decididamente ela não é um museu! Ela é uma cidade dinâmica com a sua população vivendo seja do rural que vem vender a sua galinha ou ainda um garotão que quer ouvir o seu *reggae*. Se esta cidade fosse em outro lugar, ela seria muito mais blindada, certamente não teria estas pessoas que aqui vivem”. (turista, ilustrador, 36 anos, RJ-BRA, 15/08/2010)

Atrelado aos ensejos de um grupo que visa, em certo ponto, à subversão a padronização dos modos de vida, a identidade cultural passa a ser explorada em situações nas quais “[...] as idéias de ‘resistência cultural’, ‘tradição’ e ‘fundamentos ritualísticos’ são abordados por meio de signos fortes em sua dramatização” (CORRÊA, 2008, p.259). Neste quesito, a atuação da Bahiatursa foi acentuada, criando articulação entre a Bahia [por meio dos órgãos de cultura e turismo], e as agências de turismo de Salvador com os principais estrangeiros interessados nos cultos da Irmandade da Boa Morte, a priori, os norte-americanos. Esse *input* foi fundamental para que a festa se turistificasse a ponto de desenvolver uma operação de voo direto, da América Airlines, entre Miami e Salvador, no período dos festejos da Boa Morte.

### **3.4.2 Projetos, programas e festivais: estratégias de valorização ou turistificação?**

O desenvolvimento de ações afirmativas criou medidas de valorização do negro, pautando-se em elementos como a resistência cultural, resgate da matriz africana e

reconhecimento da diáspora africana ocorrida no continente americano. Aqui na Bahia, temos uma empresa de consultoria, capacitação, projetos e produtos, a Diáspora, de inspiração atrelada à dispersão do povo negro motivada pela escravidão mercantil. Encontramos alguns membros da Diáspora fazendo panfletagem durante os festejos da Boa Morte. A Diáspora é especificada por seus dirigentes como uma empresa privada tendo como parceiros: a Caixa Econômica Federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (FAPESB), o Ministério da Cultura, dentre outros. Entre vários interesses, a empresa visa ao desenvolvimento do empreendedorismo étnico entre os afrodescendentes. Os projetos estão expostos no site de divulgação da empresa e, além da justificativa da valorização do negro, frente aplicação de algum dos projetos, a empresa visa atingir a iniciativa privada sobre o título de: “aliar sua marca a um projeto que se concretizará como espaço de formação de cidadania e de discussão de valores éticos e estéticos” (DIÁSPORA, 2010).

Não só a iniciativa privada tem se organizado para este novo nicho de mercado. O “Rota da Liberdade”, grupo formado por remanescentes quilombolas com vistas ao desenvolvimento do turismo de base comunitária, tem desenvolvido trabalhos em parceria com o Instituto Votorantim e com a consultoria do Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (IBENS). Segundo Cacau Nascimento, atualmente, a maioria dos terreiros situam-se nas áreas dos antigos engenhos, o que configura justamente a rota da liberdade:

“[...] é onde estão os remanescentes quilombolas e os terreiros, os caminhos de antigos engenhos. A “Rota Liberdade” funciona também como ponto de cultura, desenvolvendo teatro, além de um projeto de educação no qual as matérias se adéquam as questões locais. Já existe um fluxo de visitantes, embora incipiente, que através dos guias das próprias comunidades conhecem o festival de iguarias, mariscos, a forma como eles produzem a farinha de mandioca, estabelecem intercâmbios com os outros quilombos. A Votorantim é a grande incentivadora que dá a contra partida como paga ao crime ecológico que eles cometeram. Além disso, eles desenvolvem a permacultura, por meio da recuperação das tradições locais, de locais sagrados, o resgate de culturas (Cacau Nascimento, 28/05/2011)”

Desse modo, observa-se que a “Rota da Liberdade” tem como premissa que os afrodescendentes sejam os próprios gestores do turismo étnico, numa espécie de economia solidária, dividindo os ganhos e visando à promoção da autonomia socioeconômica. A “Rota da Liberdade” conta atualmente com cinco roteiros turísticos, com o tempo de duração variando de duas a cinco horas de passeios de barco, visitas a antigos engenhos, à comunidade quilombola, à feitura do azeite de dendê, da farinha, conhecimento de ervas medicinais, além do contato com dança afro, capoeira, dentre outros. Dentre os roteiros ofertados estão: o

cultural (que enfoca as manifestações herdadas pelos antepassados africanos); o histórico (de visitação aos monumentos que ajudam a contar a história oficial e as tradições); o dia-a-dia (que promete uma imersão do visitante na vida cotidiana dos remanescentes quilombolas); o *mix* (que mistura um pouco de cada coisa – cultural, histórico e do dia-a-dia); e, por fim, o compacto (para aqueles de dispõem de pouco tempo para visitação). Os valores dos pacotes são relativamente elevados variando entre 100 a 170,00 reais por pessoa.

Além deste projeto, outros festivais e festas de largo se encarregam de dar vida, fôlego e ar novo à cidade. Entre eventos novos que visam reanimar tal espaço urbano, Cachoeira teve em 2011, entre 11 a 16 de outubro, a primeira Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA). Esta festa literária é similar a que ocorre em Parati-RJ, Festival Literário Internacional de Parati (FLIP), todos os anos e que já está em sua 9ª edição. Não coincidentemente a FLICA estava programada para começar em 2011 durante os festejos da Boa Morte, momento em que, os “olhos” do Estado, do Brasil e do mundo, em certa medida, já se encontram voltados para Cachoeira. Entretanto, por conta de problemas relacionados a atrasos na captação de investimentos - que estão, no projeto, em torno de dois milhões de reais –, o evento foi remarcado para outubro.

Com autores locais, nacionais e internacionais, mesas-redondas e diversas atrações musicais, a festa veio a cooperar para a especialização do segmento turístico cultural da cidade. Trata-se de um evento de porte. As pousadas, restaurantes e bares da cidade permaneceram lotados durante os seis dias do evento. Nesta primeira edição da FLICA não houve aumento nos valores das estadias das pousadas como ocorre em outros períodos festivos da cidade. Entretanto, devido à forte repercussão midiática e o grande número de participantes vindos de outros municípios baianos e de outros estados, nas próximas edições, segundo os gerentes das principais pousadas da cidade isso deve mudar. Segundo o Secretário de Cultura do Município, nas próximas edições, a festa continuará sendo realizada no mês de outubro, tornando-se mais um atrativo no calendário festivo da cidade.

De modo geral, é um evento direcionado aos que possuem “capital escolar”. O público frequentador da FLICA é atraído a conhecer o patrimônio histórico e cultural da cidade, não se restringindo a festividade em si. No período do evento, mais do que ruas cheias – Praça da Aclamação, Rua 25 de Junho- igrejas, museus e demais centros culturais da cidade foram amplamente visitados. Este diferencial do público chamou atenção dos moradores da cidade. Para os moradores trata-se de um evento que valoriza a cultura de Cachoeira e que atrai um público educado.

### 3.5 INFERÊNCIAS SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MORADORES

Os moradores foram entrevistados em diferentes locais [em sua residência, no local de trabalho, em praças públicas, dentre outros]. Preferencialmente, optamos por marcar horário para as entrevistas para evitar que a pressa em responder as perguntas prejudicasse as respostas. Além disso, os mapas mentais se constituíram na primeira etapa da pesquisa direta com o morador, ou seja, pedimos para que eles fossem construídos antes das perguntas da entrevista. Este procedimento teve por objetivo evitar que as perguntas – principalmente àquelas relacionadas ao patrimônio e a paisagem – direcionassem a escolha dos elementos a serem representados nos mapas. A nossa intenção era identificar a imagem que o morador possui da cidade, independentemente dessa imagem estar atrelada essencialmente ao patrimônio urbano ou a concepção de paisagem. Mesmo assim, os mapas evidenciaram, em maioria, o patrimônio, bem como a noção contemplativa da cidade. Uma dificuldade encontrada na aplicação da metodologia dos mapas mentais referiu-se ao acanhamento dos moradores em transpor, por meio do desenho, a imagem que eles possuíam de sua cidade. Assim, tentamos superar os constrangimentos da população através do diálogo, bem como da explicação da importância de tal representação para este trabalho.

Notamos também, pausas significativas nas falas dos moradores entrevistados quando indagávamos o que o patrimônio e a paisagem de Cachoeira representam para ele? Estas pausas eram vencidas à medida que trazíamos outros questionamentos que facilitavam o entrosamento do entrevistado, ao mesmo tempo em que viabilizavam o cercamento do objeto de estudo. Assim, realizamos os seguintes questionamentos aos moradores: Você se sente parte do patrimônio? O patrimônio é para ser visto ou para ser visto e usado? Como seria a cidade sem o patrimônio? Ao caminhar pelas ruas de Cachoeira que sensação a paisagem da cidade traz a você? Para estas indagações, frequentemente, as respostas eram breves e ilustrativas, permitindo tecermos análises e comparativos dentro deste mesmo grupo (moradores) e os demais (usuários e turistas).

Por entendermos que o local de moradia, dentre outras questões, possibilita uma vivência específica da cidade, partimos para a delimitação do centro, orla e periferia de Cachoeira com o intuito de compreender as diferentes leituras de paisagem realizadas pelos moradores, as diferentes relações que estes mantêm com a cidade, bem como os usos que estes atribuem ao espaço urbano cachoeirano. A análise destes subrecortes favoreceu apreender as percepções compartilhadas e as diferenças entre os moradores dos diferentes

subrecortes. Os critérios para a delimitação dos subrecortes de pesquisa centro, orla e periferia (Mapa 2), pautaram-se nos seguintes aspectos:

- Para a delimitação da orla, observamos o padrão urbanístico (constituído por calçadas, praças e iluminação cênica) à beira-rio, bem como as suas mediações imediatas;
- Para a delimitação do Centro, além do padrão arquitetônico-urbanístico, observamos a região mais valorizada esteticamente, inclusive pelas políticas de preservação e restauro, e que, em alguns pontos, coincide com o sopé dos morros;
- Na delimitação da periferia, além do padrão construtivo relacionado à arquitetura doméstica, observamos os arruamentos, a carência de infraestrutura urbana, dentre outros elementos.

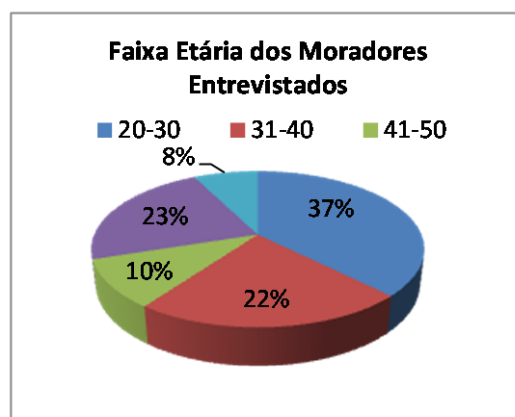
Mapa 2 – Delimitação dos subrecortes de pesquisa: centro, orla e periferia



Elaboração: Daniel Ribeiro e Adriana Bittencourt.  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Com os moradores foram realizados o total de 40 entrevistas, 20 homens e 20 mulheres, das quais 30 foram realizadas com moradores antigos e 10 com moradores novos. Foram considerados moradores novos aqueles que residiam na cidade a cerca de 1 a 5 anos. As entrevistas foram realizadas com a população de faixa etária adulta (gráfico 4) e com diferentes níveis de escolaridade.

**Gráfico 4 - Faixa Etária dos Moradores Entrevistados**



Fonte: Pesquisa de campo.  
Elaboração: BITTENCOURT, 2011.

Observamos que a população, de maneira geral, incorporou os elementos do patrimônio dado pelas instituições de preservação. Os ícones, para muitos dos moradores, quase sempre são os mesmos que os dos visitantes. São os monumentos e as igrejas. Dificilmente algum deles cita nas entrevistas a sua casa, a rua que reside, o local de trabalho como pontos de referência na cidade. Por outro lado, entendemos que a repetição de elementos ligados ao patrimônio se dá também pela grande visibilidade e pela centralidade simbólica destes elementos, constituindo-se em marcos referenciais na cidade como um todo, todavia isso não indica que os espaços de moradia não possuam significado.

Ao representarem o passado adquirem um status diferencial, em função de sua discriminação como patrimônios culturais, acabam por constituir em objeto de prestígio e distinção frente a outros tipos de objetos e paisagens revelando, dessa forma, sua função de signo distintivo (CIFELLI, p. 119, 2010).

Desse modo, trata-se de elementos com grande capacidade de convencimento e evocativos, que, por conseguinte, impulsionam a criação e a reprodução de suas representações em larga escala. Observamos que nos mapas mentais dos moradores do Centro (Figura 23), prevaleceram, além do rio, os ícones relacionados ao patrimônio, tais como: a Igreja Matriz, a ponte D. Pedro II, a Casa de Câmara e Cadeia, casarios colonial, dentre outros



monumentos. Estes elementos, de acordo com as entrevistas, não se constituem em apenas ícones para esta parcela da população, eles possuem uso efetivo, a exemplo da igreja, da ponte, dentre outros elementos. Já para os moradores da periferia nos mapas mentais (ver figura 24) os espaços-referência da cidade são frequentemente relacionados a praças situadas no centro e na orla da cidade, que para eles possui uso cotidiano, tais como: o mercado, a feira, o Jardim Grande (Praça Ubaldino de Assis), a orla, dentre outros (Mapa 3). A periferia da cidade Cachoeira é escassa em praças e espaços livres de edificações que propiciem convivência/recreação, assim as representações de espaços periféricos apareceram em apenas 31% dos mapas dos moradores entrevistados da periferia, relativo à Praça da Faceira<sup>37</sup> (Praça da Bandeira) situada à beira-rio e a região do Rosarinho<sup>38</sup>. Nos mapas mentais dos moradores da orla (Figura 25) prevaleceram: a orla, o Jardim Grande, a Igreja Matriz e a universidade.

Os moradores da orla foram os que mais representaram o entorno imediato de suas residências. Acreditamos que tal cognição atrela-se a centralidade física e simbólica que tal região (a orla) comporta, bem como pelo seu forte apelo contemplativo. As cartas cognitivas dos moradores da orla apresentaram também outra particularidade: os problemas de ordem social, trazendo mensagens vinculadas à degradação ambiental e ao estado de poluição do rio. Nos mapas dos demais entrevistados, moradores do centro e da periferia, não parecem representações atreladas a algum tipo de problema social, tais como a presença de muitas ruínas preste a desabar, o aumento da violência, muito embora estes elementos apareceram com muita frequência nas entrevistas. Notamos que a imagem da cidade de Cachoeira para os moradores é fortemente vinculada à beleza, de modo que os mapas mentais são, em maioria, relacionados à fruição sensorial [contemplação], aos espaços de uso cotidiano ou ainda atrelados a discursividades patrimoniais. A tabela 3 e o gráfico 5 trazem os elementos preponderantes nos mapas dos moradores do centro, da orla e da periferia.

---

<sup>37</sup> A Praça da Faceira, segundo as entrevistas dos moradores da periferia, constitui-se num espaço de encontro e de lazer, muito frequentado nos finais de semana.

<sup>38</sup> De acordo com Rodrigues (2010), o Rosarinho é um bairro possuidor de singulares referências da cultura negra materializados em terreiros de candomblé, na Igreja do Rosarinho e no Cemitério dos Africanos.

Mapa 3 - Alguns espaços-referência

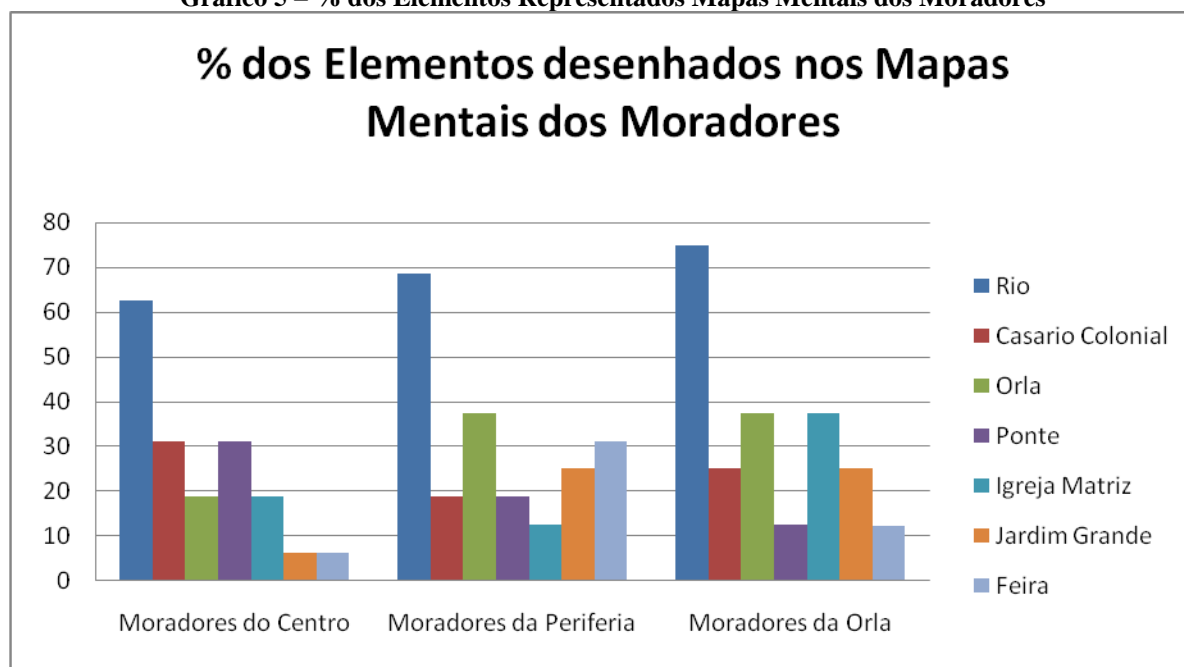


Elaboração: Daniel Ribeiro e Adriana Bittencourt.  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

**Tabela 3 – Referenciais (elementos) desenhados pela população moradora nos mapas mentais**

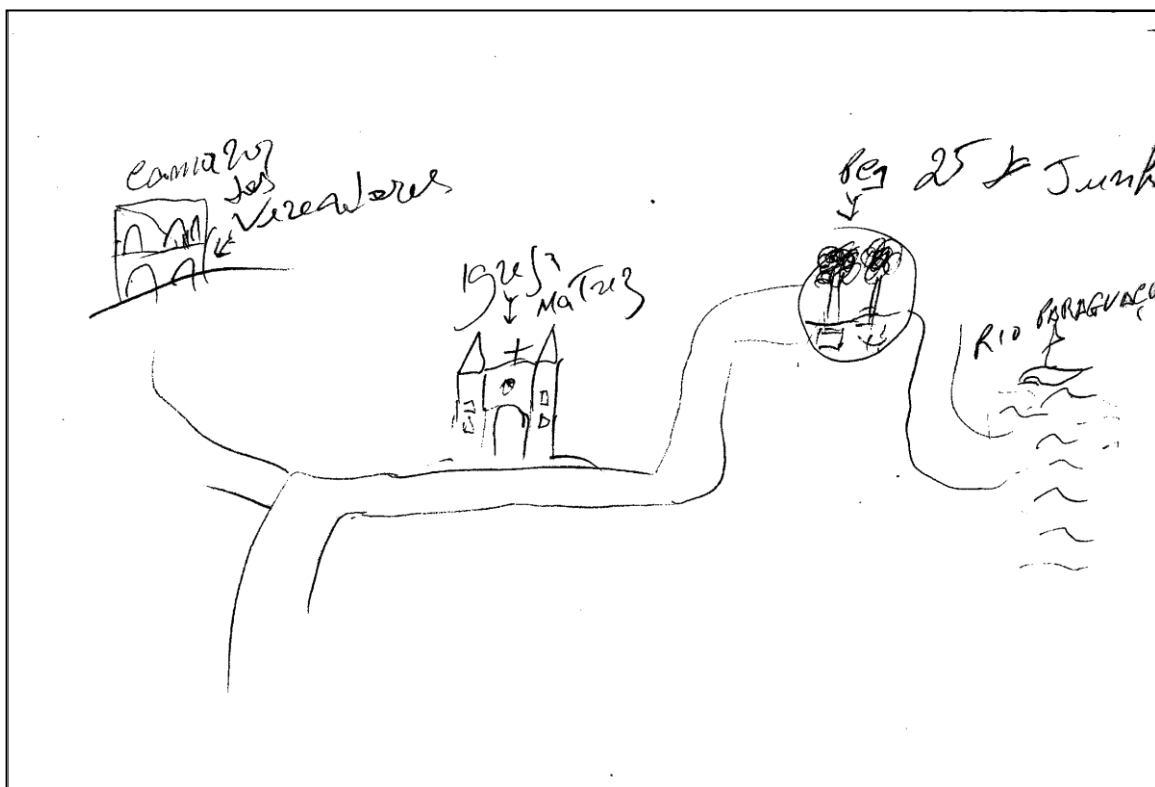
Referenciais Desenhados	Centro	Periferia	Orla
Rio	10	11	06
Orla	03	06	03
Casario Colonial*	05	03	02
Ponte	05	03	01
Igreja Matriz	03	02	03
Pessoas	03	02	03
Feira	01	05	01
Jardim Grande	-	04	02
Sede da Boa morte / Irmãs	01	03	02
Casa de Câmara	03	02	01
Igreja da Ajuda	01	02	02
Universidade	-	02	03
Localidade do Rosarinho	02	02	-
A casa ou rua que reside	02	01	01
Rua 25 de Junho	02	02	-
Mercado	-	02	01
Cemitério da Piedade	03	-	-
Estação Ferroviária	01	01	01

\*Algum trecho do acervo arquitetônico sem realce para um monumento em específico.  
Elaboração BITTECOURT, A. S.. Fonte: Pesquisa de Campo, 2010-2011.

**Gráfico 5 – % dos Elementos Representados Mapas Mentais dos Moradores**

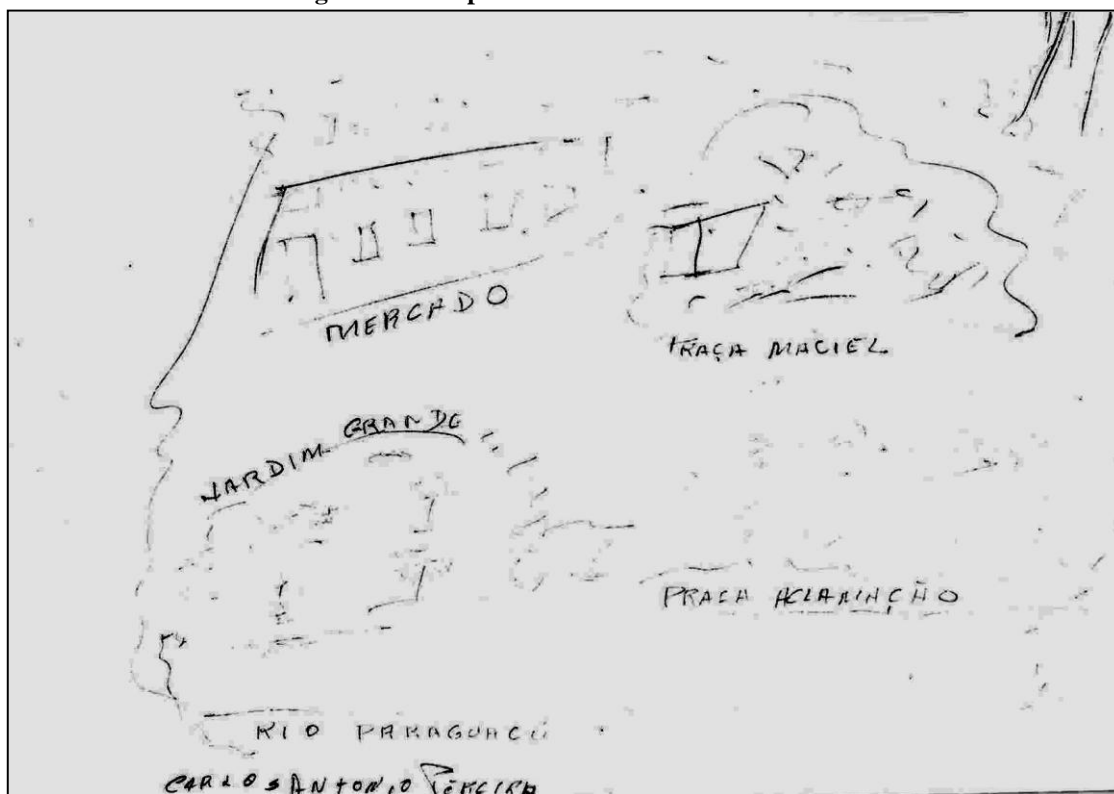
Elaboração: BITTENCOURT, A. S.  
Fonte: Pesquisa de Campo 2010-2011.

Figura 23 – Mapa Mental Morador do centro da cidade



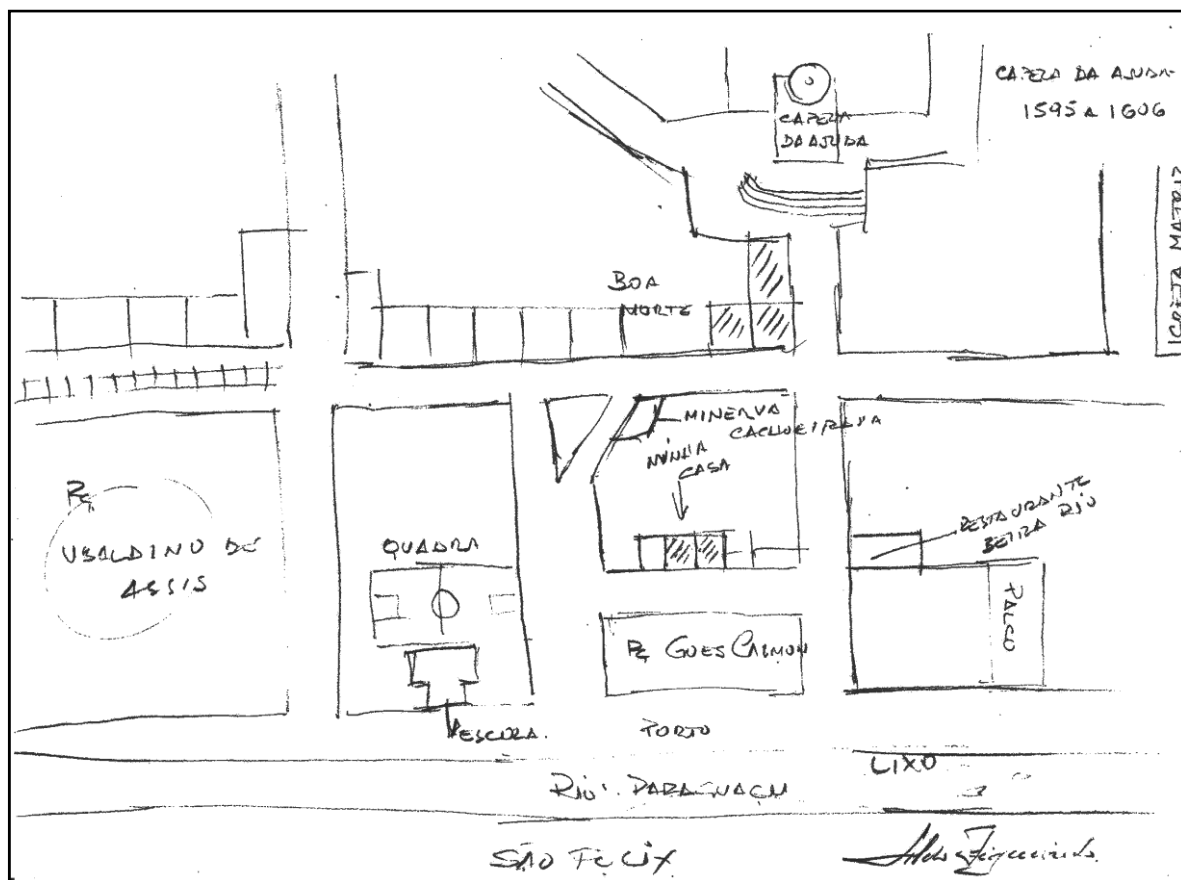
Fonte: Pesquisa de Campo 2010.

Figura 24 – Mapa Mental Morador da Periferia da Cidade



Fonte: Pesquisa de Campo 2010.

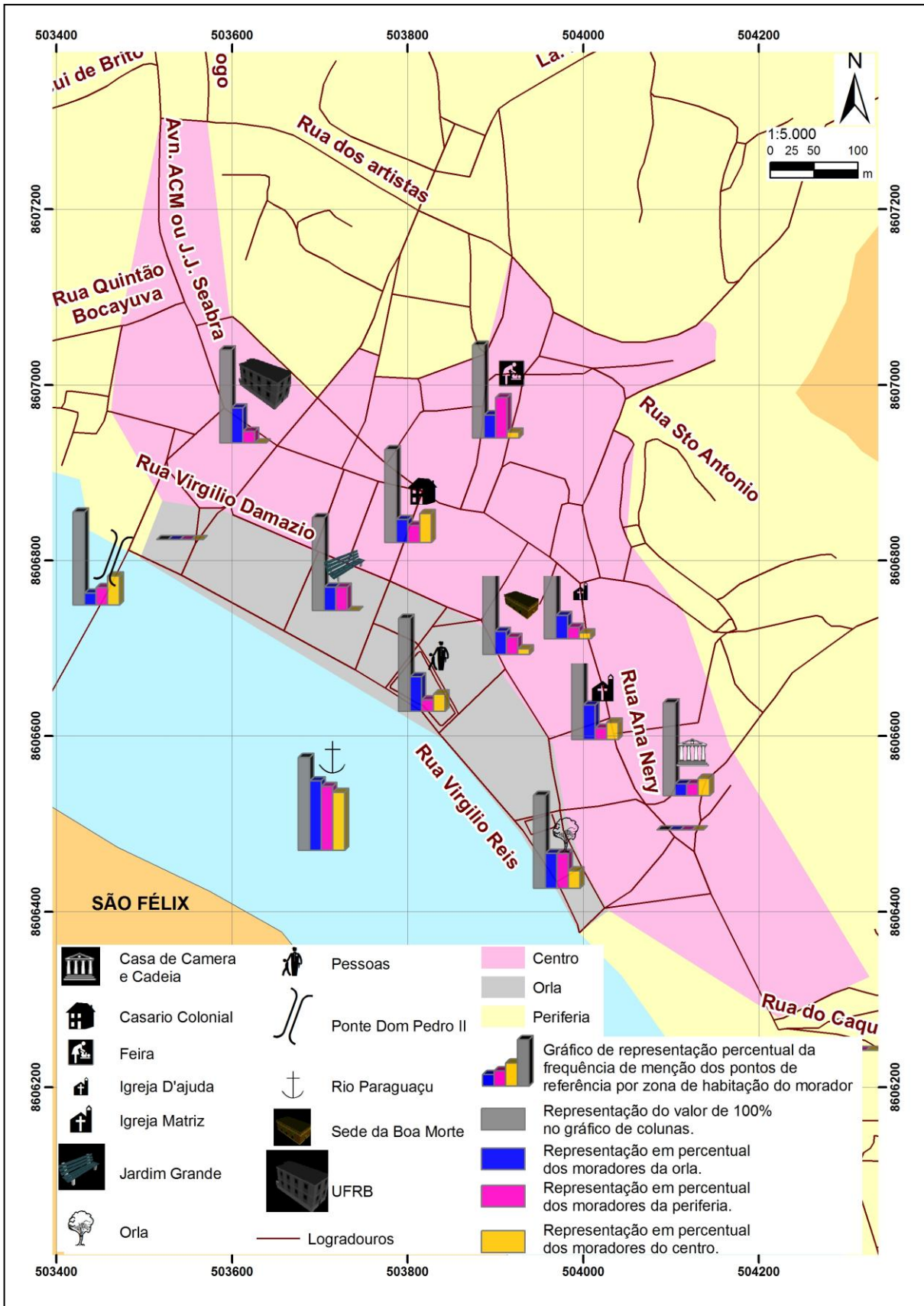
Figura 25 – Mapa Mental do Morador da Orla



Fonte: Pesquisa de Campo 2011.

O mapa síntese a seguir (Mapa 4) evidenciou que os moradores do centro e da orla, em geral, não representam em seus mapas porções periféricas da cidade. Elementos da porção periférica da cidade foram apenas retratados por alguns moradores da periferia (cerca de 37% dos mapas que trouxeram elementos como Caquende, Praça da Faceira e Cemitério da Saudade). Os moradores do centro foram os que menos representaram a universidade, a feira, o Jardim grande, a orla. Para este grupo, predominou o casario colonial, a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja, a ponte, ou seja, essencialmente, os monumentos.

Mapa 4 – Mental Síntese dos Moradores (Centro, Orla e Periferia)



Elaboração: Daniel Ribeiro e Adriana Bittencourt.  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Com relação à questão identitária com o espaço urbano os moradores do centro, destacaram elementos como a cultura da cidade, a orla e o rio Paraguaçu: “Me identifico com o contexto histórico-cultural e por se sentir parte integrante disso. O orgulho de nascer e viver em Cachoeira”! (morador, Técnico em Educação Física, 48 anos). Dentre os moradores da periferia surgiram mais elementos: o culto afrodescendente, as festas de largo, o campo de futebol, a paisagem, a cidade em conjunto e o samba. E os moradores da orla indicaram, principalmente, o rio e o Jardim Grande. Em relação ao que não se identificam na cidade os entrevistados relataram: a falta do entendimento da importância do tombamento (aí relacionado à carência de uma educação patrimonial, para cerca de 12% dos entrevistados), o tráfico de drogas e a marginalidade que tem ocorrido na cidade (para 30% dos moradores entrevistados), a atuação política local, as ruínas e imóveis inutilizados (para 15% dos entrevistados), a universidade e estudantes não engajados a comunidade (5%) e problemas com a prostituição (5%).

Como pontos de referência apareceram: a Rua da Feira, a UFRB, a Praça 25 de junho, a Igreja Matriz, a orla, a Casa de Câmara, a Praça da Aclamação, a Igreja D’Ajuda, o Museu Hansen, a casa Ana Neri, o Correio, o Rosarinho, alguns terreiros e a Vale Ouro Cosméticos, dentre outros. Nota-se que dentre os moradores os pontos de referência estão atrelados não só aos principais monumentos, como também a outros elementos da vida cotidiana, tais como a feira, o correio, a loja de cosméticos, a UFRB, outros templos religiosos, dentre outros. Entretanto, os pontos de referência que mais se repetem estão relacionados efetivamente ao patrimônio urbano local, demonstrando, de certa maneira, que os monumentos, quer seja pela proximidade propiciada pelo vivido, quer seja pelo discurso patrimonial recorrente através das mais diversas instituições, povoam os referenciais dos moradores.

Dentre os espaços mais frequentados cotidianamente ocorrem variações nas diferentes faixas etárias, profissões e conforme o local de moradia. Todavia, a orla fluviomarítima aparece como espaço mais utilizado pela população visto que cerca de 65% dos entrevistados o apontaram como local de uso cotidiano.

A respeito do patrimônio, muitos dos entrevistados relacionaram como de importância para a preservação da história e da cultura da cidade, lhe conferido valor cultural e pertencimento: “A riqueza, tudo que Cachoeira possa se redimir de uma perda econômica” (morador, professor, 37 anos). Quando indagados se o patrimônio é para ser visto e usado ou apenas visto, 86% dos moradores reconheceram a importância do patrimônio ser ao mesmo tempo visto e usado, o que revela que os moradores vêem o patrimônio para além de uma concepção apenas contemplativa e intocável. Cerca de 75% dos moradores entrevistados se

sentem parte do patrimônio, demonstrando uma relação de proximidade do morador para com o patrimônio. Os que relataram não se sentir parte do patrimônio foram, mormente os moradores do centro (14%) e da orla (11%).

Não existindo consenso sobre a importância do tombamento, alguns entrevistados o vêem como impedimento, e se sentem incomodados com as ações proibitivas que atuam com maior força nessas áreas da cidade, centro e orla, mesmo sendo a periferia alvo de preservação. “Minha casa por dentro faço o que quero, do lado de fora deixo como eles querem, é a ordem da cidade” (moradora, professora, 38 anos). Alguns moradores do centro e da periferia vêem o patrimônio como: “apenas discurso político, acrítico”, “me sinto preso a ele”, “não posso fazer nada”, “é uma situação só deles (IPHAN)”, “parou no tempo, tá tombada e acabou”.

Entretanto, quando questionamos os moradores sobre como seria a cidade sem o patrimônio surgiram expressões do tipo: “não receberia a faculdade”, “seria o caos”, “a cidade seria mais desorganizada”, “não seria nada”, “seria igual a qualquer cidade”. Apenas 12% relacionaram a possibilidade da ausência do patrimônio como fator positivo: “Eu prefiro ela com o patrimônio do que sem” (moradora, estudante, 26 anos). “Mal de Cachoeira se não fosse o patrimônio” (moradora, costureira, 54 anos). Percebemos que o maior litígio dos moradores não é com o patrimônio como legitimação cultural em si, uma vez que a maioria dos moradores na atualidade entendem a sua importância. Mas sim com a forma de gestão do mesmo: “Dita uma ordem e tem que ser aquilo e acabou” (moradora, comerciante, 51 anos). “Eu acho que, nos dias de hoje, deveria ter regras mais condizentes com a nossa cidade” (morador, bancário, 29 anos).

A relação paisagem, patrimônio e morador em Cachoeira são constantes, como já afirmamos. Tal relação envolve a percepção e a produção de diversas leituras (distintas e/ou simultâneas) de paisagens. Por conseguinte, estas paisagens são (re) criadas por estímulos diversificados que foram analisados em pesquisa de campo. A paisagem urbana de Cachoeira abriga diversas mensagens políticas. Assim, as leituras de paisagem dos moradores imbricam-se, usualmente, a retóricas históricas tão repetitivamente colocadas pelas instituições de preservação por meio das narrativas, por associação a atos políticos como ocorre com a casa Ana Neri, a canhoneira na Praça da Aclamação e rua 25 de Junho, dentre outros, ou ainda por associação a prédios históricos como a Casa de Câmara e Cadeia e os casarios coloniais, elementos que estão atrelados ao processo de patrimonialização da cidade e que estimulam uma específica percepção da paisagem:



“- Representa a história da Bahia neh. Cachoeira foi a cidade que deu grande passo para a independência do Brasil. Foi um orgulho muito grande!”(morador, projetista, 52 anos).

“- A ponte, a Casa de Câmara e Cadeia e a Praça da Aclamação são a história da nossa cidade, questão do orgulho de ser de Cachoeira” (morador, bancário, 29 anos).

“- A Rua 25 mesmo, toda a história aconteceu ali. A guerra, a participação de Ana Neri, Maria Quitéria estão muito presentes ali para mim” (moradora, enfermeira, 31 anos).

A paisagem para os moradores também é fortemente vinculada a elementos naturais. A presença marcante do rio Paraguaçu, junto a conformação de vale e da morfologia dada pelos morros que circundam a cidade. A oferta de fruição sensorial dada pela presença do rio, ou ainda pela tranquilidade de está numa cidade do interior aparecerem em 25% das entrevistas dos moradores quando indagados sobre que sensação a paisagem de Cachoeira traz ao caminhar pelas ruas da cidade: “Aí eu sento ali no jardim, olhando o rio, me dá aquela paz, uma coisa assim diferente. Eu tenho que ir todos os dias ver o rio” (moradora, cozinheira, 54 anos). “O rio dá idéia de tranquilidade” (morador, estudante, 27 anos). “Sem contar que tem aquela beira do rio, que é muito bom, tem aquela ventilação” (moradora, dona de casa, 31 anos).

Boa parte dos moradores veem o turismo como tábua de salvação da cidade, dos desempregados, para a renovação dos prédios em ruínas. O turismo é visto como forma de ascensão econômica da cidade. As estratégias de turistificação dos símbolos introjetadas pelos entes governamentais fizeram com que a população de fato acreditasse na potencialidade turística da cidade. Todavia, o efeito almejado ainda não veio. A atividade turística da cidade permanece sazonal e relativa aos festejos juninos e da Boa Morte. Assim, os possíveis efeitos negativos provenientes da atividade turística poucos são citados nas entrevistas. Outra situação que se tornou notória, é que nas entrevistas frequentemente as necessidades dos moradores - em seus discursos-, se confundem com a necessidade da melhoria dos equipamentos culturais para atrair o turista.

A maioria dos moradores afirma gostar de morar na cidade, e esta opinião é compartilhada pelos moradores do centro, da periferia e da orla em diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Como justificativa durante os relatos surgiram alguns elementos, dentre eles: a presença do rio, a idéia de pertencimento e, sobretudo a tranquilidade. Notamos a partir desta informação que Cachoeira é percebida pelos seus moradores como um conjunto de relações sociais e não estritamente atrelada ao seu acervo histórico, uma vez que o gostar de morar na cidade em 60% das entrevistas esteve relacionado a tranquilidade e as relações familiares. A cultura e o patrimônio aparecem nas respostas, porém não são preponderantes,

totalizando cerca de 30% das respostas. O patrimônio é marcante como centralidade simbólica da população, entretanto não é ele o foco central da construção do lugar.

Notamos dois perfis diferenciados no conjunto de moradores que afirmaram não gostar da cidade [cerca de 15% dos entrevistados]. Alguns destes perfis de novos moradores [que residem na cidade entre 1 a 5 anos, principalmente estudantes e funcionários da UFRB]. Alguns desses novos moradores alegaram insatisfação com a carência de equipamentos urbanos e serviços da cidade, sobretudo aqueles que são provenientes de centros urbanos maiores. A maneira como foram recebidos na cidade e os altos custos de aluguel também foram citados por esta parcela de moradores. O outro perfil relaciona-se aos moradores jovens, ou seja, pessoas na faixa etária entre 20 a 30 anos, que sempre viveram em Cachoeira, mas preferem padrões mais modernos relacionados a shoppings, shows, ou seja, um acesso maior as sensações das grandes cidades. A carência de oportunidades de trabalho também é citada.

Sobre as alterações perceptíveis na cidade nos últimos anos os moradores elencaram o maior fluxo de pessoas em decorrência da presença da universidade, o comércio e serviços que se dinamizaram, o aumento da violência, o maior número de equipamentos urbanos, dentre outros. Se o fluxo de pessoas e de informação que tem chegado à cidade por suas novas dinâmicas por alguns é colocada como negativa, alguns entrevistados situam a chegada de pessoas esclarecidas como um fator positivo, visto que estas podem auxiliar na cobrança por ações dos dirigentes locais que visem à melhoria da cidade. Alguns entendem que estas mudanças passarão por um período de acomodação e adaptação, manifestando preocupações no que concerne a perda do sentimento de pertencimento por parte da população após tais modificações. As opiniões se dividem com relação aos efeitos positivos e negativos com relação a tais modificações.

### 3.6 INFERÊNCIAS SOBRE A PERCEPÇÃO DO TURISTA

A observância do turista como agente social torna-se relevante neste estudo sobre Cachoeira como maneira de compreender como este grupo apreende espacialmente a cidade e suas leituras da paisagem urbana. Notamos que: “é um consumo de classes médias urbanas com ‘capital escolar’ elevado, norteado por uma ‘conduta de acumulação’ (SERPA, 2007, p. 115). Trata-se de analisar o espaço percebido por esse agente, bem como avaliar de que modo os símbolos são apropriados pela atividade turística e como estes povoam os referências daqueles que visitam a cidade, existindo uma dimensão coletivamente compartilhada por este

grupo, acrescida da percepção individual mediante as diferenciadas experiências pessoais que possibilitam diferentes interpretações de uma mesma paisagem.

“- Gosto da mistura que existe entre as coisas velhas em ruínas, o rio, a mata que estou vendo, a alegria que eles têm, as ruas que me dá dor ao mesmo tempo, pois também dá conta da gente que fez a rua, outra vez que estou certo que escravos que foi fazendo pedra por pedra, a comida que existe, odores, acarajé, laranja, maracujá. Cidade um pouco pequena que tem uma maneira de ser muito forte” (turista, antropólogo, 46 anos, NY U.S.A., 2010, 17/08/2010).

A experiência da paisagem urbana cachoeirana é para o turista uma combinação de sensações, imbricando relações senso-perceptíveis, bem como da sua cognição relacionada a um passado de escravidão. Assim, a composição da paisagem de Cachoeira evoca elementos como prazer, identidade, história, dentre outros. As diferentes percepções estão relacionadas às diferentes experiências da paisagem cachoeirana e essencialmente voltadas a construção de uma emoção:

“-Para mim tem um pouco de nostalgia. Mas eu tava me perguntando por que nostalgia? Eu sou americano! Então não faz sentido. Mas parece que é nostalgia que entrou em minha mente através dos filmes, algo assim, não sei. Acho que a nostalgia que faz parte da consciência mundial. Um pouco de nostalgia de uma época que eu não conheci”(turista, professor, Chicago, E.U.A, 39 anos, 14/08/2010).

“-Cachoeira tem um povo, um calor, uma energia. A paisagem dessa cidade me remete alegria, espontaneidade, a sociabilidade, as pessoas interagem, só coisa boa” (turista, atriz, Paris - FRA, 40 anos, 16/08/2010).

“-Tudo na cidade é muito interessante, mas o que mais me marca mesmo é o fato da cidade estar num vale, aquela coisa que a gente desce aquele vale e um rio que corta este vale. Qualquer cidade que seja num vale, cortada por um rio não tem como não ser magnífica. A geografia dela, montanhosa, ‘valesca’, muito romântico mesmo, lindo!” (turista, atriz, Paris - FRA, 40 anos, 16/08/2010).

“-Clima bom! A cidade que parece que a pessoa está ouvindo canção sempre. Quando estou aqui, estou sonhando, quando estou dormindo, quando estou caminhando, fazendo coisas durante o dia. Tem um sincronismo aqui de alma, coração. Algo que existe em poucos lugares do mundo e pode ser algo particular” (turista, 46 anos, NY- U.S.A.,17/08/2010).

Nos mapas mentais dos turistas entrevistados sobressaiu-se a sede da Boa Morte, ou até mesmo a figura das irmãs da Boa Morte, que em geral, aparecem no centro dos mapas mentais. Tanto aparecem no centro, como o tamanho da sede da irmandade ou das irmãs aparecem maior que os outros ícones/referenciais presentes no mapa (Figura 26). Entretanto, os mapas não se restringem a centralidade da Irmandade da Boa Morte. O morro no qual se localiza a sede da irmandade, a Igreja d’Ajuda e a Prefeitura constituem-se, para alguns entrevistados, num lugar central da cidade, tanto no espaço, quanto em sua memória: “é um morro né, bem no meio da cidade onde tem coisas importantes para a cidade o poder político e religioso” (turista, professor, Chicago, E.U.A, 39 anos). Outros elementos de matriz africana são enfocados nos mapas, como os terreiros, casa de samba de roda, comidas como o acarajé,

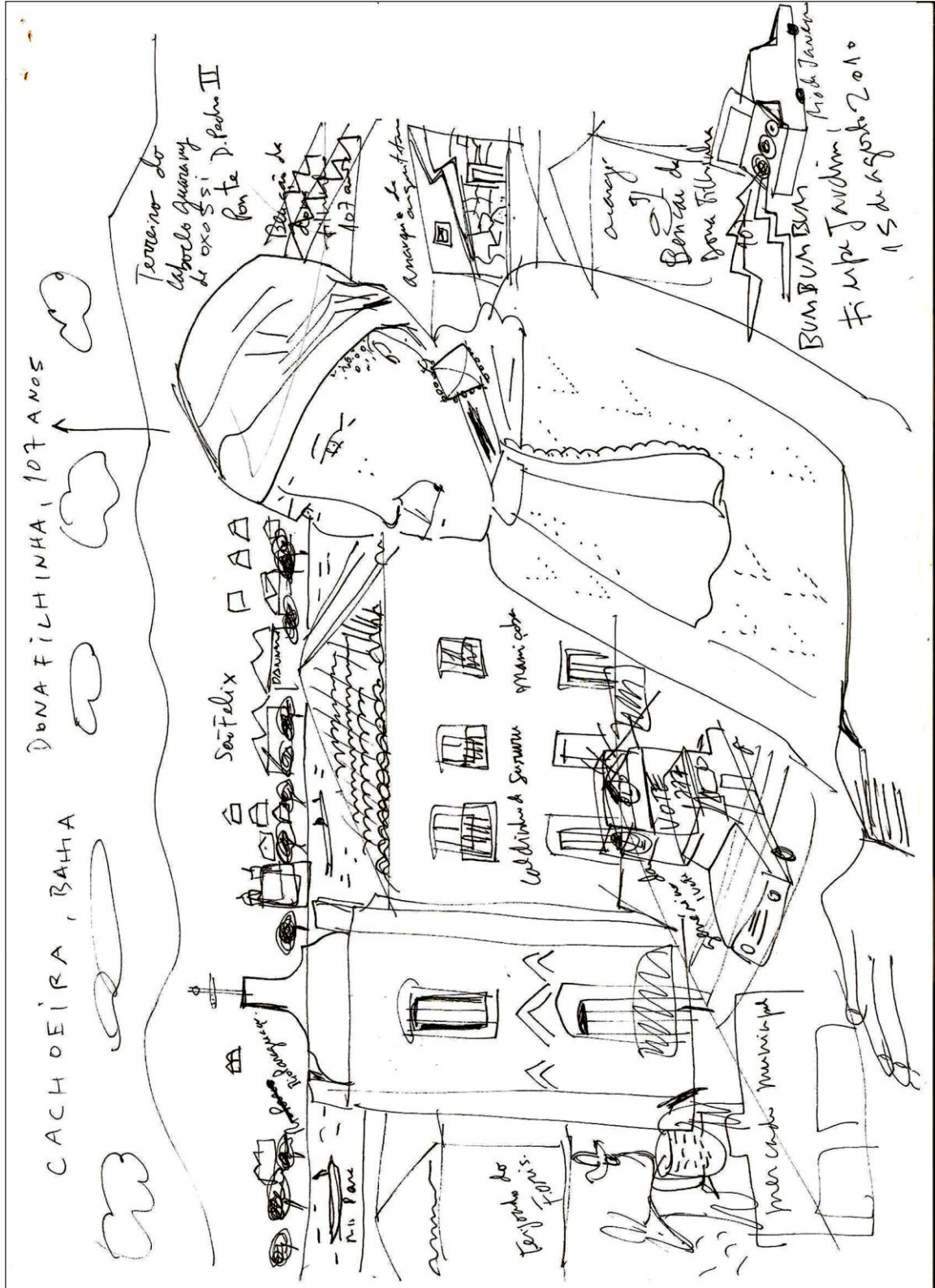
além do rio Paraguaçu e elementos arquitetônicos. Todos representaram o rio balizando os outros elementos urbanos da cidade (Tabela 4).

**Tabela 4 – Referencias (elementos) desenhados pelo turista**

Referenciais desenhados	Total
Rio Paraguaçu	05
Sede da Boa Morte	05
Pessoas	04
Ponte	03
Orla	03
Caquende	03
Terreiros	02
Casa de Samba Dona Dalva	02
Comidas	02

Elaboração: BITTENCOURT, A. S.  
Pesquisa de campo, 2010.

Figura 26 - Mapa mental Turista

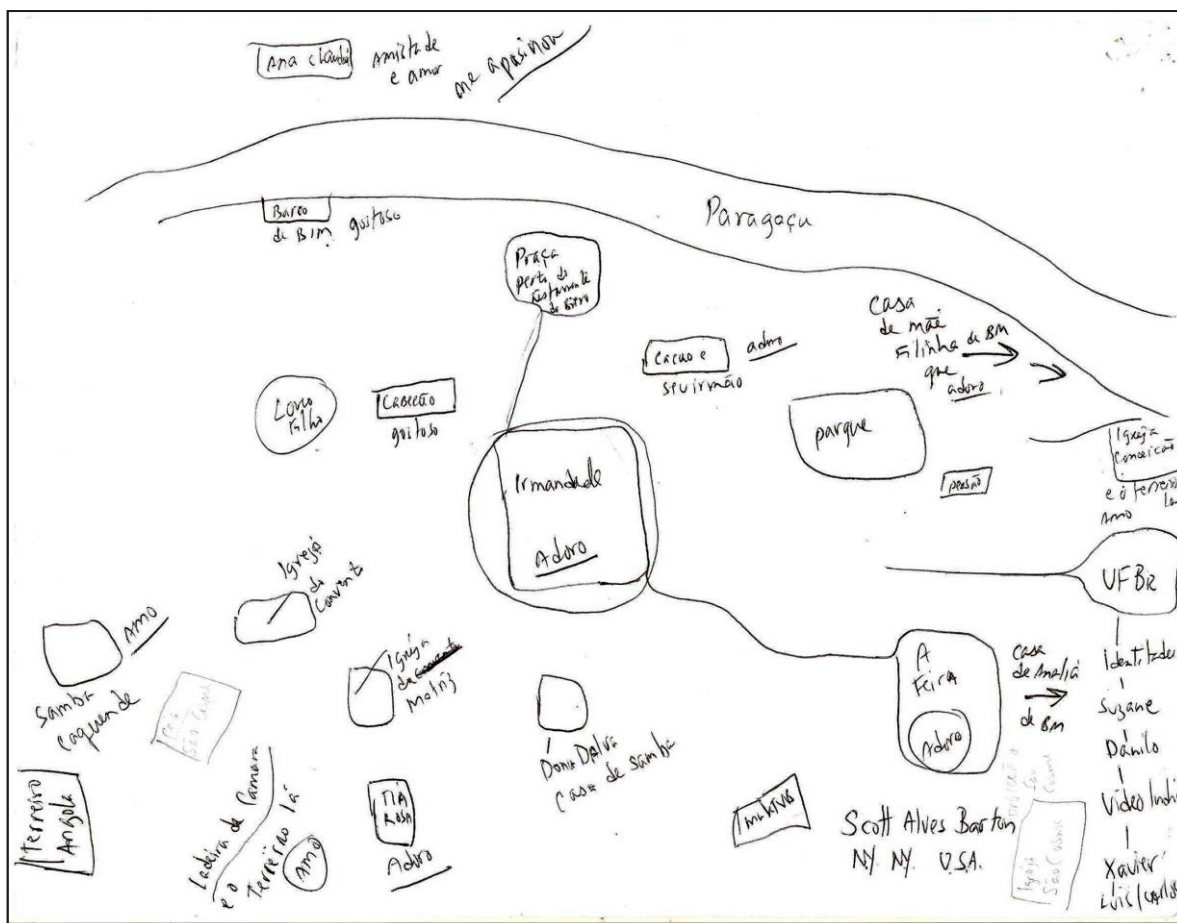


Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

As vivências diferenciadas de alguns dos entrevistados trouxeram particularidades em meio ao grupo entrevistado. Freqüentadores de Cachoeira há muitos anos apresentaram novos elementos, maior riqueza de detalhes na descrição da cidade, bem como uma percepção mais profunda perante as transformações ocorridas na cidade e nos festejos.

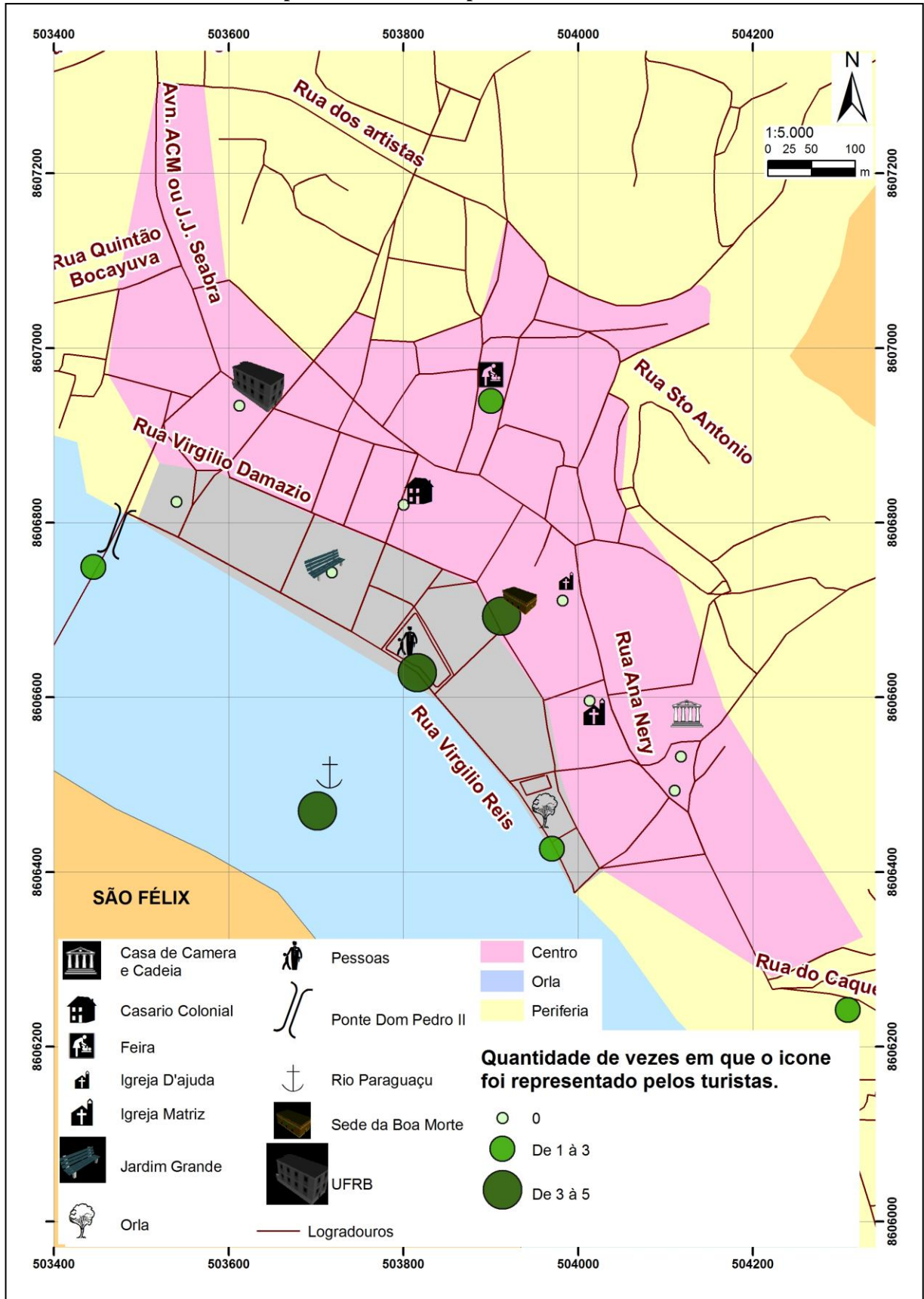
No mapa mental dos turistas freqüentadores de Cachoeira há muito anos (Figura 27) aparecem diversos referenciais. Notamos que a percepção da cidade se alarga, chegando a representação inclusive de bairros periféricos como o Caquende, além de morros e as pessoas de Cachoeira, que remetem a maior conhecimento da cidade e sua proximidade com os terreiros de candomblé situados às bordas do perímetro urbano. O mapa síntese desse grupo (Mapa 5) evidenciou os interesses sobre os aspectos específicos de Cachoeira, como a Boa Morte, a feira e o Rio Paraguaçu.

Figura 27 – Mapa Mental Turista



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Mapa 5 – Síntese dos mapas mentais dos turistas



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração: Daniel Ribeiro.

Alguns deles esboçaram uma visão crítica com relação a utilização da cultura, quando indagados sobre se o patrimônio é para ser visto ou usado. Alguns enfocaram a dificuldade de coordenar ações de preservação de patrimônio, pois frequentemente muitas delas têm como consequência a retirada da vida, das pessoas que animam e dão sentido àquele lugar. Mesmo assim, 90% deles afirmaram que o patrimônio é para ser visto e usado, mas ressaltaram a importância do uso com cautela e sem a inibição da vida cotidiana. Muitos deles são enfáticos em afirmar que a presença da população e o cotidiano local são essenciais para o fluxo de vida da cidade, e inclusive para a atividade turística, uma vez que uma referida parcela da população constituiu-se em um dos interesses turísticos da cidade como ocorre no turismo étnico. Neste ponto, muitos deles usam exemplos e experiências de outros lugares históricos para alertar quanto aos cuidados que deve se ter com Cachoeira, para que não se repitam ações de preservação que levaram ao acirramento de processos como esvaziamento da população ou ainda o excesso de estereótipos, aí citando, respectivamente, Parati-RJ e Pelourinho (Salvador):

“[...] é uma coisa que fica maquiada demais, tudo muito para gringo, porque a pessoa simples deixa de estar lá, vai para periferia e passa a ser ocupado por todos aqueles estereótipos para turista: a venda do berimbau, artesanatos, etc, para atrair o turismo e o gringo que tem dinheiro, mas aquilo expulsa as coisas locais. Isso é um perigo! Como equilibrar isso? Você também não quer que a cidade seja totalmente ruínas, pois quem mora nos casarões não tem como mantê-los. O ideal seria manter o equilíbrio, pois não vejo graça no excesso de estereótipos do Olodum ou do terreiro para gringo ver” (turista, ilustrador, 36 anos, RJ-BRA, 15/08/2010).

Em Cachoeira, as ações de preservação mais efetivas chegaram tardiamente se comparadas a outras cidades históricas do país. Em contrapartida, certos erros, comum as primeiras políticas de preservação do país, e que, foram cometidos em outros lugares não foram admitidos em Cachoeira conhecidos pelo seu insucesso. Como exemplo, temos o emblemático caso do Pelourinho em Salvador relativo ao processo de retirada forçada dos moradores nas etapas iniciais de recuperação. Outro exemplo é Ouro Preto-MG, cidade pioneira nas iniciativas de preservação, mas que por ter suas ações capitaneadas por uma preocupação estética exacerbada, envolveu-se na homogeneização da imagem da cidade por meio do apagamento de algumas edificações que não pertenciam aos séculos desejados, ou ainda a exigência que as novas construções fossem erigidas num “estilo patrimônio” de acordo com Castriota (2009).

Constatamos que alguns dos turistas possuem uma concepção crítica do uso da cultura. Alguns deles entendem que a alcunha de patrimônio, de certo modo, auxilia na melhoria da conservação da cidade, bem como amplia a atenção do governo e de outros apoiadores de



fora, ou ainda aumenta o nível de consciência da cultura existente na cidade. Um turista antropólogo, em sua quinta visita a cidade, explicitou que o patrimônio é para ser utilizado, mas havia um problema:

“-Alguns pensadores acham que a cultura não é algo para ser utilizado, é um modo de viver, não é algo para ser utilizado por um Estado ou por agentes de turismo. Eu acho que o importante é abrir um espaço para o povo proteger e continuar a praticar a sua cultura própria sem serem impedidos de fazer isso. Na verdade eu estou tentando entender o que significa o patrimônio, talvez patrimônio é um outro jeito de controlar a população, esse negócio de tombar” (turista, Chicago, 39 anos, E.U.A).

Concluimos que muitos dos turistas sabem o que estão consumindo, ou seja, percebem por suas leituras e conhecimentos de outros lugares o que ocorre na cidade. Cachoeira não se configura no circuito, pelo menos ainda, do turismo de massa. Assim, muitos dos turistas que vêm à cidade possuem leituras prévias, uma formação acadêmica e/ou profissional que lhes possibilita esse senso crítico.

Em geral, os turistas manifestaram satisfação em estar na cidade, em conhecê-la e pensam em retornar em outro momento. Muitos dos entrevistados não estavam em sua primeira viagem a Cachoeira, muitos deles têm retornado no mesmo período todos os anos. Além disso, para os turistas são comercializadas imagens das representações da cidade, tais como postais, imãs, artesanatos e telas constando algum trecho do acervo arquitetônico ou ainda alguma manifestação cultural afrodescendente, como uma maneira de levar consigo parte das representações espaciais e sociais da cidade, fazendo parte, de certo modo, do processo de mercantilização da cidade.

### 3.7 INFERÊNCIAS SOBRE A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO DO ESPAÇO

O usuário são aqueles que usam o espaço da cidade frequentemente, mas não são residentes, tais como: os estudantes, professores e outras pessoas que trabalham na cidade.

Indagados sobre morar em Cachoeira, a maioria deles afirmam que não possuem interesse em residir na cidade, alegando aspectos como a ausência de uma maior infraestrutura urbana, de equipamentos de lazer, ensino básico de qualidade, clima muito quente, dentre outros. Os que manifestaram o interesse em morar, justificaram pela possibilidade de continuar as atividades referentes a sua formação acadêmica numa pós-graduação ou ainda por identificar-se com a cidade.

Em relação ao patrimônio, a maioria dos usuários trouxeram denotação positivas. Traçando um comparativo, os usuários do espaço, por não possuírem residência na cidade,

não sentem o direito de propriedade diminuído, como ocorre com os moradores que sentem mais as ressonâncias atreladas ao tombamento. Desse modo, no grupo de entrevistados não houve conotações contrárias ao patrimônio, todavia alguns dele sublinham a falta de flexibilidade no tratamento dos bens tombados como um fator a ser revisto. A percepção do patrimônio como essencialmente positiva faz com este grupo se aproxime, neste ponto, dos turistas: “O patrimônio franquia reformas, faz o trabalho dele certo, que é tentar preservar a cidade” (usuário, professor estadual, 27 anos), “Para mim ele representa uma importância, por trás de uma história antiga construída” (usuário, estudante da UFRB, 24 anos), “ele representa a história e remonta o passado. Cachoeira é uma cidade que todo brasileiro deveria conhecer, é o berço da cultura” (usuário, estudante UFRB, 43 anos). A maioria dos entrevistados entendem que o patrimônio é para ser visto e usado, bem como reconhecem que sem o patrimônio muito teria se perdido.

A paisagem urbana de Cachoeira, para os usuários entrevistados é a paisagem histórica associada aos bens tombados, assim como a paisagem composta pelo rio. A sensação remetida a ela, para 70% dos entrevistados, é atrelada a tranquilidade, assim como ocorre com os moradores. “Eu gosto da paisagem de Cachoeira, da paisagem histórica, dos morros, rios, tudo que engloba a massa. Dá uma sensação de tranquilidade” (usuária do espaço, professora, 45 anos).

Com relação ao quê se identificam na cidade, apareceram nos relatos os seguintes elementos: a orla, a religião de matriz africana, a riqueza histórica, a cultura, as festas, dentre outros. Com relação aos que não se identificam: o barulho, a carência de infraestrutura (calçada, coleta de lixo), preconceito para com os estudantes da UFRB, ruínas no centro da cidade sem utilidade social e os prédios que estão restaurados não retornam para a comunidade.

Dentre os pontos de referência aparecem: a UFRB, a Praça 25, o Convento do Carmo, a Casa de Câmara e Cadeia, o Pouso da Palavra, ou seja, elementos situados próximo a Praça da Aclamação, a Ponte D. Pedro II, o Rosário (comunidade que compreende a igreja, cemitério e os terreiros). Com relação aos lugares mais frequentados cotidianamente a maioria citou: a UFRB, a orla e a Praça 25 de Junho.

Sobre as mudanças, surgiram elementos como uma maior preocupação com a preservação dos prédios, o aumento do valor dos imóveis, o crescimento no comércio e nos serviços, o aumento do consumo de drogas e do tabagismo e uma continuidade no tocante a ausência de uma maior consciência de preservação do ambiente e em torno de uma nova mentalidade patrimonial.

Os mapas mentais (Figura 28 e Mapa 6) em sua maioria retrataram a ponte D. Pedro II, a Praça 25 e a área próxima à UFRB. Notamos que as pessoas que possuem proximidade com as religiões de matriz afro-brasileira na cidade, em seus mapas mentais acabam representando os espaços periféricos, onde se situam a maior parte dos terreiros que frequentam. Além disso, a ponte e a rodoviária foram muito realçados o que acreditamos estar relacionado ao movimento pendular que os mesmos realizam em tal espaço urbano (Tabela 5).

**Figura 28 – Mapa Mental usuário do espaço**



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

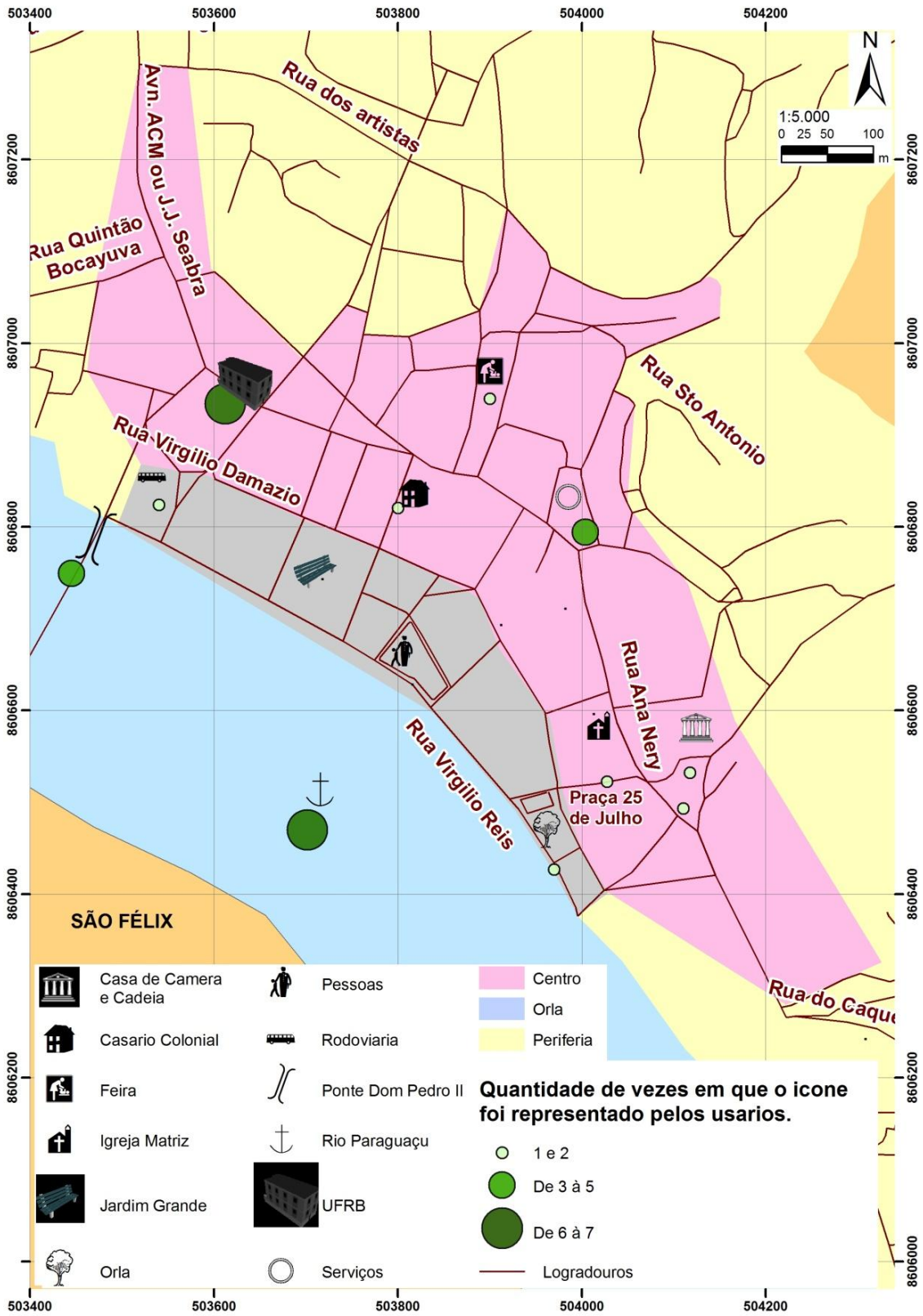
**Tabela 5 – Referenciais (elementos) desenhados pelos Usuários**

Referenciais Desenhados	Total
Rio Paraguaçu	07
Universidade	06
Serviços*	06
Ponte	05
Praça da Aclamação	03
Rodoviária	02
Rua 25 de Junho	02
Praça Dr. Milton	02
Casa de Câmara	02
Orla	02
Casario Colonial	02

\* Serviços: Bancos, restaurantes, padarias, lanchonetes.

Elaboração: BITTENCOURT, A. S. 2011  
Pesquisa de Campo, 2010-2011.

Mapa 6 – Mapa síntese dos Mapas Mentais dos Usuários do espaço



Elaboração: Daniel Ribeiro e Adriana Bittencourt.  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Desse modo, nos mapas mentais dos usuários, além do rio, da ponte e da universidade sobressaíram os espaços de uso, sendo os equipamentos concentrados nas mediações da universidade e à Praça Doutor Milton os mais representados, são eles: rodoviária, posto de gasolina, supermecardos, padarias, restaurantes, bancos, correios. Elementos importantes, dentro do contexto patrimonial da cidade, como a Igreja d’Ajuda, a sede da Irmandade da Boa Morte, não aparecem nos mapas dos usuários.

É importante pontuar que o planejamento e as ações de normatização mais recentes encontraram em Cachoeira ações que transgrediam as normas de patrimonialização já impostas. Desse modo, a lógica dominante de apropriação da cidade, trava uma luta entre as transgressões precedentes a nova lógica e racionalidade da cidade, bem como as que agora aparecem, provenientes de distintos fluxos: dinâmica urbana regional (Recôncavo), a pluralidade trazida pela Universidade, a acentuação da pobreza, favelização e violência, dentre outros.

Segundo Henrique (2009 b) se o planejamento consiste num conjunto de normas a serem implementadas num referido espaço, é também ela, a cidade, o lugar no qual se desenvolvem os acontecimentos espontâneos, da vida cotidiana que fazem emergir práticas “que fogem das normas e possibilitam a riqueza e a diversidade de possibilidades de vida nas cidades” (HENRIQUE, 2009 b, p. 187). Desse modo, os contra-usos apresentam-se enquanto que resposta as normatizações e lógicas de regulação do espaço urbano. Mesmo com a implementação de planos de recuperação e gestão das cidades históricas, as cidades sempre serão maiores que isto, possibilitando sempre novos olhares, bem como usos que subvertam a ordem estabelecida. (HENRIQUE, 2009 b). De acordo com o referido autor as contraracionalidades podem dar vida às áreas tombadas. Entretanto, tais contra-usos sublinham processos de mudanças e permanências de agentes indesejáveis ante as normatizações.

Na orla de Cachoeira tem-se uma apropriação “espontâneo/livre” do espaço, que foge as regras da apropriação dominante do patrimônio. O uso para a prática do lazer relaciona-se, sobretudo, à população menos abastada, em busca dos ritmos musicais (arrocha, seresta, pagode, *reggae*) dos barzinhos e demais espaços de festa, bem como a presença de barraquinhas à beira rio, com o preparo de coquetéis, tiro ao alvo, dentre outras, contrastando com a lógica da apropriação cultural dominante, regida pelos programas governamentais nas diversas instancias (municipal, estadual e federal) e pela iniciativa privada, relacionada a empreendimentos para turistas e visitantes tidos como consumidores culturais em potencial.

Nas noites dos finais de semana a Praça da Aclamação, de maior densidade de monumentos individuais, e a Praça 25 de Junho transformam-se em grandes estacionamentos

para os moradores e, principalmente, os demais usuários dos pequenos bares e barracas, muitos provenientes das cidades circunvizinhas, que trazem aos largos da cidade uma grande movimentação de pessoas e ritmos.

Quanto as barracas, normalmente são armadas na vias públicas e nas praças, nos finais de semana e nos períodos festivos. A massiva presença de frequentadores dos espaços como a orla e a Praça 25 de junho, tem incentivado a presença daqueles que buscam obter alguma renda por meio da venda de bebidas, lanches, artesanatos, dentre outros. Entretanto, constantemente estabelece-se um litígio entre os barraqueiros e ação de fiscalização da prefeitura para a retirada das barradas após o final de semana ou término do período festivo. O conflito se estabelece quando os barraqueiros por vezes forçam a permanência de suas barracas com o intuito do aproveitamento do fluxo de pessoas nestes locais. As motivações para a retirada dos toldos e barracas das vias e demais espaços públicos pelo poder público atrela-se a coibição do trabalho informal [que não gera receita ao município], além do mais a presença destes equipamentos, prejudicaria a visibilidade dos monumentos segundo os órgãos competentes.

Nos últimos eventos festivos de grande porte na cidade, a festa da Boa Morte e a Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA), foi recorrente a queixa dos barraqueiros relacionada a pouca venda, enquanto que os hotéis, pousadas e restaurantes da cidade encontravam-se lotados. Uma dificuldade encontrada pelos barraqueiros refere-se à especialização turística de Cachoeira voltada para um turismo cultural com um público alvo que aos poucos, em certa medida, tem privilegiado o crescimento de estabelecimentos formais e mais bem equipados.

## CONCLUSÃO

A pesquisa de campo evidenciou que a experiência da paisagem compartilhada pelos moradores é a paisagem cotidiana, do lugar, das relações sociais. A evocabilidade da paisagem urbana de Cachoeira para seus moradores está atrelada as suas vivências ou ainda a constituição histórica do lugar. O fetichismo da paisagem de Cachoeira é dada mormente pelas ações das instituições que ancoram a preservação destas paisagens a sua valorização turística e como potencial econômico. Nos panfletos e nas diversas mídias de divulgação cria-se uma “aura” cultural que projetam a cidade nas mais variadas escalas, ao tempo em que põe em risco a paisagem do morador, aquela paisagem que remete a tranquilidade e as suas vivências.

As manifestações culturais presentes na cidade ainda são fruto dos referenciais culturais historicamente construídos, como o samba de roda, a festividade da Boa Morte, por exemplo. Com o fluxo turístico e a percepção de que estas tradições são valoradas para além do que lhes dá sentido dentro do grupo, abre-se espaço para que ocorra uma reinvenção da tradição com outras intencionalidades, dentre elas, a de gerar renda. Se, já algum tempo, o patrimônio material deixou de ser visto estritamente como entrave ao desenvolvimento urbano para as cidades que o possuem, na contemporaneidade o patrimônio imaterial é “convidado” a participar do jogo de concorrências entre cidades. A sustentação de uma referida identidade afrodescendente tem servido como um trunfo na criação de vantagens competitivas, dada esta especificidade local e a seu caráter de peculiaridade, tornando-se num potencial estratégico na economia urbana de Cachoeira. A partir disso, agentes do turismo podem começar a criar cenários e atuações daquelas manifestações histórico-culturais, colocando em jogo a essência destas culturas no futuro.

Notamos os desafios que se colocam para a gestão dos diferentes patrimônios. A ausência de consenso sempre foi uma das marcas dos projetos de intervenção no patrimônio material da cidade e na contemporaneidade a gestão do patrimônio imaterial tem revelado também questões complexas a serem repensadas. A integração entre os entes federativos e a população se coloca como vetor relevante na elaboração e implantação de projetos na cidade.

Quanto ao rio Paraguaçu, elemento importante na paisagem urbana de Cachoeira, faz parte da memória social dos cachoeiranos e adquire significados para os distintos grupos sociais. Ao mesmo tempo em que assume qualidade de realidade exterior ao homem, ele é também culturalmente integrado à vida social. O seu sentido patrimonial está para além da sua grandiosidade, do seu sentido estético ou ainda de sua beleza. A tônica patrimonial do rio para

os moradores atrela-se a memória coletiva e as práticas sociais a ele relacionados. Tal constatação sublinha os valores cognitivos e afetivos do rio e não apenas os seus valores formais.

Os espaços de festa situados na orla compreendem o local dos antigos armazéns, casas comerciais e algumas residências. A decadência econômica pela qual a cidade passou durante décadas, atrelada a desvalorização econômica, fez com que essa área passasse a ser ocupada por camadas menos abastadas da população, o que ocasionou, nos últimos anos, a concentração de atividades comerciais e de serviços de cunho popular, bem como a deteriorização dessas edificações. Os imóveis são em grande maioria locados, possuindo, em maioria, dupla funcionalidade, a exemplo de durante a semana oficina mecânica nos fins de semana casa de pagode; durante a semana restaurante e nos fins de semana casa de show especializada em seresta. Algumas dessas edificações já ruíram, restando apenas um pouco da fachada e o terreno, no qual os locatários, muitas das vezes, improvisam recobrando com lonas. Outros funcionam em antigos casarios que, mesmo em ruínas, sobrevivem ao tempo.

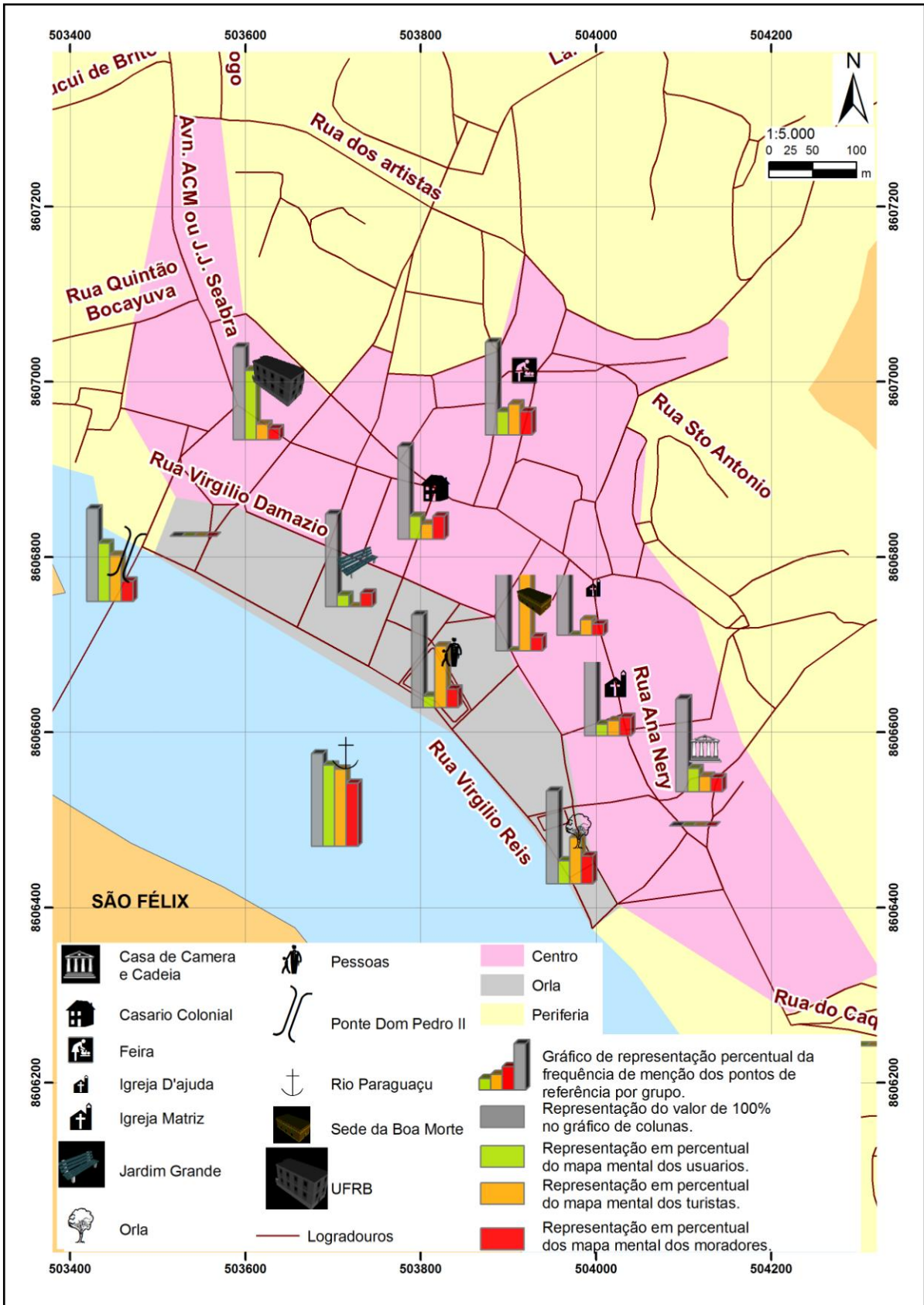
Entretanto, a chegada de novos fluxos de interesses e novas racionalidades à cidade tendem a trazer outro encaminhamento para estes espaços. Existem projetos de reforma e adequação de alguns desses imóveis para pousada aguardando a liberação de financiamento, além da criação de um Hotel Escola com recursos oriundos do PAC Cidades Históricas. Está em tramite também o processo de desapropriação de um dos quarteirões da orla para a implementação do Centro de Documentação e Memória da Cultura Afro do Recôncavo Baiano. Este último projeto tem como tônica a constituição de mais um novo atrativo turístico no segmento do turismo étnico.

A consolidação das ações voltadas para o desenvolvimento do turismo náutico na Baía de Todos os Santos é um fator considerável na valorização das mediações da orla de Cachoeira. Tal situação esboça a “varredura” destes usos sociais e uma possível restrição à diversidade socioespacial ali existente. A adequação desta área para outros usos dificulta a coexistência de outros grupos sociais, de modo que a permanência de estabelecimentos comerciais voltados ao atendimento do comércio informal, destinado a classes populares e a população residente, são aos poucos suprimidos em razão de estabelecimentos destinados a usos hegemônicos e padronizados voltados para o incremento turístico ou ainda para o público universitário.

Mediante a pesquisa de campo realizada com diferentes sujeitos sociais (moradores, turistas e usuários), construímos um mapa síntese buscando identificar as especificidades de cada grupo entrevistado (Mapa 7).



Mapa 7 – Mapa síntese dos moradores, usuários e turistas



Elaboração: Daniel Ribeiro e Adriana Bittencourt.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Este mapa síntese sinaliza algumas diferenças e aproximações dos diferentes grupos entrevistados. Dentre elas, notamos que:

- os mapas não delinearão apenas a imagem que tais grupos sociais possuem sobre a cidade, como também favoreceram o esboço de uso e de intencionalidade destes diferentes grupos sobre a cidade;
- o rio é bastante valorizado pelos três grupos de sujeitos sociais entrevistados (morador, turista e usuário);
- a UFRB aparece em destaque como referencial muito mais pelos seus próprios usuários. Os moradores foram os que [percentualmente] menos representaram a universidade, mesmo se comparados aos turistas. Notamos que os poucos moradores que representaram a universidade em seus mapas, foram, em maior parte, aqueles que a frequentam. Devemos ponderar que a universidade é relativamente nova na cidade [cerca de cinco anos], de modo que com o passar dos anos, poderá passar a ser referencial para uma maior parcela da população ao passo que a sua presença se torne mais sentida;
- os turistas valorizam em seus mapas, sobretudo os referenciais exclusivos da paisagem de Cachoeira: a sede da Boa Morte, a feira, as pessoas. A marcante presença das irmãs da Boa Morte, pessoas, comidas típicas nos mapas apontam para a confirmação do interesse numa específica paisagem. Para este grupo, as edificações aparecem como pano de fundo, sendo os elementos da cultura imaterial, os de maior visibilidade. Os turistas que chegam a Cachoeira no período dos festejos da Boa Morte veem para ver gente. Gente da Boa Morte, gente do Candomblé, gente de Cachoeira. As pessoas são mais representadas do que as casas coloniais. Devemos ponderar que o conjunto edificado e a presença do rio somam-se na conformação da imagem da cidade para tal grupo, são elementos que combinados favorecem a potencialidade turística da cidade;
- elementos como terreiros, casa de samba Dona Dalva, dentre outros, foram mormente representados nos mapas dos turistas e dos novos moradores. Os antigos moradores representaram, de modo geral, o rio, praças (Aclamação, Maciel, Bandeira), monumentos (Igreja Matriz, Igreja d' Ajuda, Casa de Câmara e Cadeia, a ponte D. Pedro II), ou seja, tais mapas retratam a paisagem da cultura dominante - sobretudo, para os moradores do centro – ou ainda retrata os espaços de uso, principalmente para os moradores da periferia;
- o Jardim grande (Praça Ubaldino de Assis) é referência no mapa dos moradores e dos usuários. Mediante as entrevistas, confirmou-se que o Jardim Grande é um dos espaços públicos preferenciais dos moradores de Cachoeira, principalmente os da periferia cujo local de moradia é carente em espaços como estes;

- os turistas e os moradores da periferia foram os que mais representaram elementos situados em porções periféricas da cidade, respectivamente 66% e 37,5%. Os turistas representaram os terreiros e o Caquende. Já os moradores da periferia desenharam alguns cemitérios, o Caquende, a Praça da Faceira (Praça da Bandeira) e o Rosarinho. Para os moradores tal representação atrela-se a espaços historicamente representativos, a exemplo do Rosarinho, ou ainda a espaços de lazer, como é o caso da Praça da Faceira. Já para os turistas a periferia situa-se como foco de interesse.

Ao pensarmos a cidade e todos os elementos que se conjugam em nossas análises, observamos diversos interesses revelados nos vários projetos e planos provenientes das mais diversas esferas governamentais denotando desta maneira ações verticais que se chocam ou se somam em determinadas ocasiões com os vários interesses dos agentes locais. A questão que se coloca para o futuro é, será que esta energia despendida manterá a cidade num novo ritmo de crescimento econômico? E como se dará a inserção da população local nestes novos ritmos? Terão eles participação ativa nesse processo? Terão eles protagonismo nas ações? Ou a eles recairão ações secundárias nas atividades planejadas para o turismo, enquanto que os grandes investimentos e decisões mais importantes se darão por outros agentes? São algumas questões que se colocam frente a este espaço urbano em estado de reinvenção.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In.: CARLOS, A. F. A; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.19-40.
- AMORIN, Carlos. Ética, hábitos, virtudes e felicidade: Patrimônio Cultural e testamento. **Revista VeraCidade**. Salvador, Ano V, nº. 6, dez. 2010.
- ARANTES, Otilia. **Urbanismo em fim de linha**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 224 p.
- BAHIA, Secretaria de Turismo. Superintendência de Serviços Turísticos – SUSET. **Turismo étnico-afro na Bahia**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. 152p.
- BARBOSA, Jorge Luiz; CORRÊA, Aureanice de M. A paisagem e o trágico em o amuleto de Ogum. In.: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 71-102.
- BERQUE, Augustin. Paisagem – marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In.: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84-90.
- BITTENCOURT, Adriana S.; CELESTINO, Livia F. Planejamento urbano em cidades históricas: o caso de Cachoeira. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA – SEMOC, 13, 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2010, p. 1-15.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 332 p.
- CACHOEIRA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cachoeira (PDDU)**. Perfil urbanístico. Lei Nº 730 / 2006. Prefeitura Municipal de Cachoeira. Salvador: PCL, 2005. Cachoeira-BA, 2006.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 283-350.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. Vida cotidiana: o centro de atenção de hoje. In.: CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 13-22.
- CARVALHO, Pompeu F. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 100-110.
- CASTELLO, Lineu. **A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2007. 328 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380 p.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. **Dinâmica territorial das festas Juninas na área urbana de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas - BA**: espetacularização, especificidades e reinvenções. 2009 a. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. A espetacularização das festas juninas no espaço urbano como estratégia de turistificação de pequenas cidades da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v. 19, n. 2. Salvador: SEI, 2009 b, p. 487-498.

CELESTINO, Livia Fraga. **Refuncionalização do patrimônio urbano em Cachoeira (BA)**: do tombamento as ações do Programa Monumenta. (Monografia). Departamento de Geografia, Universidade federal da Bahia. Salvador, 2011.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Tradução de Dafne Nascimento Rodriguez. São Paulo: Perspectiva, 1965.

\_\_\_\_\_. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 3. Ed. São Paulo: UNESP, 2006. 288 p.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: KOZEL, S; MENDONÇA, F. (orgs.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002. 270p.

\_\_\_\_\_. A Contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem Cultural da Geografia. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 147-166.

\_\_\_\_\_. A Paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (ogr.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de janeiro: EDUERJ, 2004. 180p.

CORRÊA, Aureanice de M. **A Irmandade da Boa Morte como manifestação da cultura afro-brasileira**: de cultura alternativa à inserção global. 2004. 323 p. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Festa da Irmandade da Boa Morte: a disputa pelo seu sentido. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, z. (orgs.). **Espaço e cultura**: pluralidade temática. Rio de janeiro: EdUERJ, 2008, p. 249-278.

CORRÊA, Roberto L.. A Geografia Cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.167-186.

\_\_\_\_\_. Monumentos, política e espaço. **Scripta Nova. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, Universidad de Barcelona. Vol. 9, n. 183, 2005.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 1998, p. 92-123.

\_\_\_\_\_. JACKSON, Peter. Novos rumos da Geografia Cultural. In.: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 15-32.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

COSTA, Otávio. **Memória e paisagem**: em busca do simbolismo dos lugares. In: Espaço e Cultura. – Edição Comemorativa (1993-2008). Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996, p. 149-156.

DIAS, Reginaldo Benedito. Maringá e os projetos como palimpsesto. **Boletim de Geografia**. Universidade Estadual de Maringá. V. 26/2, n.1, 2008.

DIÁSPORA. Disponível em <http://www.diaspora.com.br/web>. Acesso em agosto de 2010.

DUNCAN, James. O Supra-orgânico na Geografia Cultural americana. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 63-102.

\_\_\_\_\_. A Paisagem como Sistema de Criação de Criação de Signos. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagens, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p.91-132.

FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessas. In: JEUDY, H.P. & JACQUES, Paola B. (orgs.) **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 51-66.

FERRARA, Lucrecia D' Aléssio. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. 2. Ed. São Carlos-SP: EDUSP, 1999, 227 p.

GANDY, M. Paisagem, estéticas e ideologias. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 352 p.

HEIDRICH, Álvaro L. Sobre nexos entre espaço, paisagem e território em um contexto cultural. In: SERPA, Angelo (orgs.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 293-311.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na estruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: notas preliminares de pesquisa. **Geotextos**, vol. 5, n. 1, 2009a, p. 89-112.

\_\_\_\_\_. Planejamento urbano e vida cotidiana em cidades e áreas tombadas. **Terr@**, Ponta Grossa, vol. 3, n. 2, p. 187-195, jul/dez. 2009b. Disponível em: <http://www.citeplan.geo.ufba.br/>. Acesso em: junho de 2010.

\_\_\_\_\_. Pelas ruas de Cachoeira: morte, vida, angústias e esperanças. **Revista VeraCidade**, Ano V, n. 6, Dez. de 2010. Disponível em: [http://www.salvador.ba.gov.br/Paginas/Publicacoes\\_veracidade.aspx](http://www.salvador.ba.gov.br/Paginas/Publicacoes_veracidade.aspx). Acesso em: dezembro de 2010.

HOBBSAWN, Eric J. & RANDER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Calvacante. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 316 p.

HOEFLE, Scott. Debates recentes na Geografia Cultural anglo-americana: uma apreciação antropológica e filosófica. In: **Espaço e cultura**. – Edição Comemorativa (1993-2008). Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996, p.137-147.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROZENDALH, Z.; CORRÊA, R. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 149-168.

\_\_\_\_\_. A trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: ROZENDALH, Z.; CORRÊA, R. (orgs.). **Espaço e cultura**: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p. 155-172.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70 [sd.] (1989).

ICOMOS. Carta dos Itinerários Culturais. Quebec, Canadá: 2008. Disponível em: [http://www.icomos.org.br/002\\_001.html](http://www.icomos.org.br/002_001.html). Acesso em: fevereiro de 2011.

IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira. In: **Paisagem cultural**. Brasília: Depam / IPHAN, 2009.

\_\_\_\_\_. Rotas da Alforria: Trajetórias da população afrodescendente na região de Cachoeira/BA. Relatório conclusivo primeira etapa. Rio de Janeiro: IPHAN, dez., 2005.

\_\_\_\_\_. Carta de Atenas (1931). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>. Acesso: 02/02/2011.

\_\_\_\_\_. Carta de Veneza (1964). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso: 02/02/2011.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

\_\_\_\_\_. & JACQUES, Paola B.(orgs). **Corpos e cenários urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador EDUFBA, 2006. 182 p.

JOSEPH, Isac. Paisagens urbanas, coisas públicas. **Caderno CRH**, n. 1. Salvador: CRH/UFBA, 1999, p. 11-40.

KRIPPENDORF, Jost. **A sociologia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2008.

KOZEL, Salette. As Representações no Geográfico. COLÓQUIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, I, 2001, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2001.

\_\_\_\_\_. Mapas Mentais – Uma Forma de Linguagem: Perspectivas Metodológicas. In.: KOZEL, S.; SILVA, J da C.; FILHO, S.F.G. (orgs.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanística**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004. 145 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 192 p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 103-141.

MELO, Vêra. Paisagem e simbolismo. In: **Paisagem, imaginário e espaço**. ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 29-48.

MENESES, U. T. B. Os “usos culturais” da cultura - contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 88 – 99.

MERLEAU-PONTY. **Conversas – 1948**. Tradução de Martins Fontes. São Paulo: 2004.

MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura em geografia. **Espaço e cultura**. – Edição Comemorativa (1993-2008). Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996, p. 81-101.

OLIVEIRA, B. A.C. de C.; MORAES, C. S. As teorias das formas em Lefebvre. In: **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 99-108.

OLIVEIRA, Livia de. Ainda sobre percepção, cognição e representação em Geografia. ANAIS DO COLÓQUIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. Curitiba: UFPR, 2001.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. Os valores culturais da paisagem urbana de Ouro Preto. 1997. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.



PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 9-28.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**. V. 4, n. 7. Rio Claro: 1979, p. 1-25.

REVISTA VERDENOVU. **Rio Paraguaçu pode integrar itinerário cultural do Patrimônio da Humanidade**. Disponível em: <http://www.revistaverdenovo.com.br/2010/06/rio-paraguacu-pode-integrar-intinerario.html>. Acesso em: 28/08/2010.

RIBEIRO, Lôla Medeiros N. **Patrimônio histórico**: uma leitura da diversidade em Cachoeira/BA. 1994. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 114 p.

RODRIGUES, M. da P. de J. **Caminhos da preservação**: políticas, patrimônio material e reflexões nas dinâmicas social e urbana de Cachoeira-BA. 217 f. 2010. Dissertação. (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus-BA. 218p.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. 129 f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo (1959). In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.59-100.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 392 p.

SCHAMA, Simom. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEABRA, Odethe C.de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.

SERPA, Angelo S. P.. Clonagem de paisagens: como alguns projetos de intervenção transformam as paisagens urbanas em não-lugares. **Paisagem e Ambiente – Ensaios**. N. 12. São Paulo: FAUUSP, p. 301-309, 1999.

\_\_\_\_\_. Morfologia urbana e apropriação social dos espaço livres de edificação na periferia. In: SERPA, A. S. P. (org.). **Fala, periferia!** Uma reflexão a produção do espaço metropolitano. Salvador: UFBA, 2001 p. 15-30.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia das representações sociais. **OLAM. Revista de Ciência e Tecnologia**. Vol. 5, n. 1, Rio Claro, 2005, p. 29-61.

\_\_\_\_\_. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007a. 207p.

\_\_\_\_\_. Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea. **Formação**. V. 2. Presidente Prudente, p. 14-22, 2007b.

SOUZA, Luciana C. T. Morro de São Paulo/Cairu – Bahia: uma decodificação da paisagem através dos diferentes olhares dos agentes socioespaciais do lugar. 2002. 167f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Planejamento urbano e ativismo sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TRANSBAIÃO. Disponível em <http://transbaiao.com.br/site/>. Acesso em julho de 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: [www.unesco.org.br/publicações](http://www.unesco.org.br/publicações). Acesso em: 15 de fevereiro de 2008.

VAPOR DE CACHOEIRA. Disponível em <http://vapordecachoeira.blogspot.com>. Acesso em maio de 2011.

ZURIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n 24. Tradução de Silvana Rubino. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/20885368/Zukin-Paisagens-urbanas-posmodernas-Mapeando-cultura-e-poder>. Acesso em: 20/11/2010.

## APÊNDICE A

## Roteiro das Entrevistas Semi-estruturadas

## Roteiro de entrevista semi-estruturadas para os moradores

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Local de Moradia:

( ) Centro            ( ) Orla            ( ) Periferia.

Há quantos anos reside na cidade? \_\_\_\_\_.

- 1- Gosta de morar em Cachoeira? Por que?
- 2- Com que se identifica na cidade? Com o que não se identifica?
- 3- O que o patrimônio de Cachoeira representa para você? Você se sente parte do dele?
- 4- O patrimônio é para ser visto ou para ser visto e usado? Como seria a cidade sem o patrimônio?
- 5- O que a paisagem de Cachoeira representa para você?
- 6- Ao caminhar pelas ruas de Cachoeira que sensação a paisagem da cidade traz a você?
- 7- Quais os principais pontos de referência da cidade para você? Por que estes lugares? Você frequenta eles?
- 8- Quais alterações são perceptíveis na cidade nos últimos anos?

### Roteiro de entrevista semi-estruturadas para os usuários

Nome:  
Idade:  
Escolaridade:  
Profissão:  
Onde mora:

- 1- Você moraria em Cachoeira? Por que?
- 2- Com que se identifica na cidade? Com o que não se identifica?
- 3- O que o patrimônio de Cachoeira representa para você?
- 4- O patrimônio é para ser visto ou para ser visto e usado? Como seria a cidade sem o patrimônio?
- 5- O que a paisagem de Cachoeira representa para você?
- 6- Ao caminhar pelas ruas de Cachoeira que sensação a paisagem da cidade traz a você?
- 7- Quais os principais pontos de referência da cidade para você? Por que estes lugares? Você frequenta eles?
- 8- Quais alterações são perceptíveis na cidade nos últimos anos?

### Roteiro de entrevista semi-estruturadas para os turistas

Nome:  
Idade:  
Escolaridade:  
Profissão:  
Onde mora:

- 1- Você moraria em Cachoeira? Por que?
- 2- Com que se identifica na cidade? Com o que não se identifica?
- 3- O que o patrimônio de Cachoeira representa para você?
- 4- O patrimônio é para ser visto ou para ser visto e usado? Como seria a cidade sem o patrimônio?
- 5- O que a paisagem de Cachoeira representa para você?
- 6- Ao caminhar pelas ruas de Cachoeira que sensação a paisagem da cidade traz a você?
- 7- Quais os principais pontos de referência da cidade para você? Por que estes lugares?